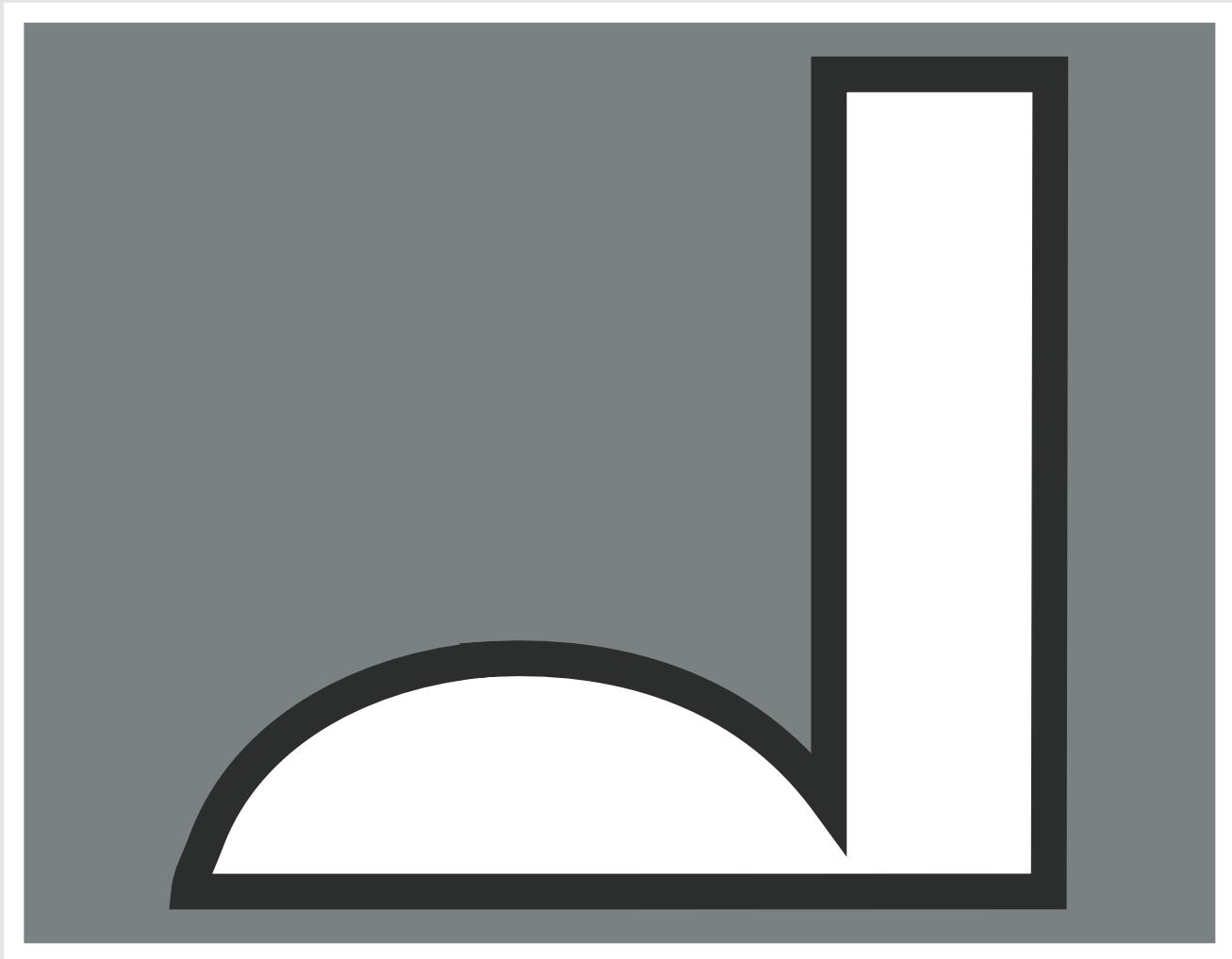




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
2^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54^a LEGISLATURA
PRESTAÇÃO DE CONTAS
EXERCÍCIO FINANCEIRO - 2011
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL E
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO E SEGUNDO GRAUS
(Ofício nº 28/2012 - CN - nº 1.341, de 2012, na origem)

ANO LXVII – SUP. “K” AO Nº 44 – QUARTA-FEIRA, 11 DE ABRIL DE 2012 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
PRESIDENTE	3º SECRETÁRIO
José Sarney - (PMDB-AP)	João Vicente Claudino - (PTB-PI)
1º VICE-PRESIDENTE	4º SECRETÁRIO
Maria Suplicy - (PT-SP)	Ciro Nogueira - (PP-PI)
2º VICE-PRESIDENTE	SUPLENTES DE SECRETÁRIO
Waldeir Moka - (PMDB-MS) ^(3,4)	1º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC) (1,5,6,7)
1º SECRETÁRIO	2º - João Durval - (PDT-BA)
Cícero Lucena - (PSDB-PB)	3º - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE)
2º SECRETÁRIO	4º - Vanessa Grazziotin - (PC-DO-B-AM)
João Ribeiro - (PR-TO)	

1. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
 2. Em 03.05.2011, o Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 47/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
 3. Em 11.11.2011, vago o mandato do Senador Gilvam Borges, devido ao seu afastamento para exercer o mandato.
 4. O Senador Waldeir Moka foi eleito 2º Vice-Presidente na sessão plenária do Senado Federal de 16.11.2011.
 5. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.
 6. Em 29.11.2011, vago em virtude do Senador Gilvam Borges ter deixado o mandato.
 7. O Senador Casildo Maldaner foi eleito 1º Suplente de Secretário na sessão plenária do Senado Federal de 08.12.2011.

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PPV) - 26 Líder: Renan Calheiros - PMDB Líder do PMDB - 19 Renan Calheiros Vice-Líder do PMDB Vital do Rêgo Romero Jucá (40) Sérgio Souza (20) Waldeir Moka Ricardo Ferraço Casildo Maldaner Líder do PP - 5 Francisco Dornelles Vice-Líder do PP Ana Amélia (12) Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (17) Líder do PV - 1 Paulo Davim	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC-DO-B/PRB) - 25 Líder: Walter Pinheiro - PT (22,27) Vice-Líderes: Aécio Gurgacz Lídice da Mata (30,39) Inácio Arruda Eduardo Lopes (37,41) Líder do PT - 13 Walter Pinheiro (22,27) Vice-Líderes: do PT Wellington Dias (28) Lindbergh Farias (23) Ana Rita (24) Aníbal Diniz (26) Líder do PDT - 5 Aécio Gurgacz Vice-Líder do PDT Pedro Taques (21) Líder do PSB - 4 Lídice da Mata (30,39) Vice-Líder do PSB Antônio Carlos Valadares (29) Líder do PC-DO-B - 2 Inácio Arruda Líder do PRB - 1 Eduardo Lopes (37,41)	Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 15 Líder: Jayme Campos - DEM (25) Vice-Líderes: Cyro Miranda (34) Pedro Chaves (31) Lúcia Vânia (31) Mário Couto (35) Paulo Bauer (7,31) Líder do PSD - 10 Alvaro Dias Vice-Líderes: do PSD Alessandro Nunes Ferreira (5) Paulo Bauer (7,31) Flexa Ribeiro (6,32) Líder do DEM - 5 José Agripino (2,10,14,15,46) Vice-Líder do DEM Jayme Campos (25)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR) - 12 Líder: Gim Argello - PTB Vice-Líderes: Blairo Maggi (19) Alfredo Nascimento (41) João Vicente Claudino Líder do PR - 6 Gim Argello Vice-Líderes: do PTB João Vicente Claudino Mozarildo Cavalcanti Líder do PRB - 6 Blairo Maggi (19) Vice-Líderes: do PR Alfredo Nascimento (41)	Governo Líder: Eduardo Braga - PMDB (38) Vice-Líderes: Gim Argello Benedicto de Lira Lídice da Mata (30,39) Jorge Viana Vital do Rêgo Líder da PSD - 2 Kátia Abreu - PSD (11,13) Vice-Líder: Sérgio Petecão	PSD - 2 Líder: Kátia Abreu - PSD (11,13) Vice-Líder: Sérgio Petecão
Vicentinho Alves (42)		
	PSOL - 1 Líder: Randolfe Rodrigues - PSOL (18)	

Notas:

1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR N° 28/2011, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM N° 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM N° 017/2011, lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do PTdoB, conforme o Ofício de Lideranças do Presidente, lido na sessão de dia 15 de março de 4/2330.
5. Senador Demóstenes Torres é designado Vice-Líder do PSD, conforme o GLPSD N° 69/2011, lido na sessão de dia 23 de março de 4/2330.
6. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSD, conforme o GLPSD N° 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSD, conforme o GLPSD N° 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
9. O Partido do Progressista (PR) desliga-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.
10. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas entre os dias 06 e 16 de outubro do corrente, conforme o OF. GLDEM N° 61/2011, lido na sessão do dia 20 de outubro de 2011.
11. Em 19.10.2011, a Senadora Kátia Abreu desfilou-se do Democratas - DEM, e filiou-se ao Partido Social Democrático - PSD (OF n° 1.128.2011-GSKAAAB).
12. Senadora Ana Amélia passou a exercer a Liderança do Partido Progressista - PP no período de 25 de outubro a 5 de novembro de 2011, conforme o OF. N° 059/2011-GLPP, lido na sessão de 25 de outubro de 2011.
13. Em 06.11.2011, foi lido o Of. n° 4/327/2011-GSKAAAB, que comunica a indicação da Senadora Kátia Abreu, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
14. Senador José Agripino exerce a Liderança do Democratas nos dias 23 a 24 de novembro do corrente, conforme o OF. N° 073/11-GLDEM, lido na sessão do dia 23 de novembro de 2011.
15. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges deixou o exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.
16. Em 29.11.2011, o Senador Gilvam Borges deixou o mandato.
17. Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 06.12.11, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.11.
18. Senador Randolfe Rodrigues é designado líder do PSOL, conforme OF. GSMB N° 713/2011, lido na sessão do dia 21 de dezembro de 2011.
19. Senador Blairo Maggi é designado Líder do PR de 01/02/2012 a 31/01/2013, conforme OF. S.N. - 2012, lido na sessão de 3 de fevereiro de 2012.
20. Senador Sérgio Souza é designado Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB N° 001/2012, lido na sessão do dia 3 de fevereiro de 2012.
21. Senador Romero Jucá é designado Vice-Líder do PRB, conforme OF. GLPR N° 001/2012, lido na sessão do dia 3 de fevereiro de 2012.
22. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do PT, conforme OF. GLPT N° 002/2012, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2012.
23. Senador Lindbergh Farias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDRAFTAG N° 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
24. Senadora Ana Rita é designada Vice-Líder do PSD, conforme OF. GLPSD N° 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
25. Senador Jayme Campos é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. S.N., lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
26. Senador Aníbal Diniz é designado Vice-Líder do PRB, conforme OF. GLPR N° 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
27. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDRAFTAG N° 005/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
28. Senador Wellington Dias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLPT N° 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
29. Senador Antônio Carlos Valadares é designado Vice-Líder do PSB, conforme OF. GLPSB N° 9/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
30. Senadora Lídice da Mata é designada Líder do PSD, conforme OF. GLPSD N° 9/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
31. Senador Paulo Bauer é designado 3º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GSJAYM N° 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
32. Senador Flexa Ribeiro é designado 2º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GSJAYM N° 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
33. Senadora Lúcia Vânia é designada 3º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GSJAYM N° 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
34. Senador Cyro Miranda é designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GSJAYM N° 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
35. Senador Mário Couto é designado 4º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GSJAYM N° 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
36. Senador Mariano Cavalcante é designado Líder do PR, conforme OF. Leg. n° 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
37. Senador Vicentinho Alves é designado 2º Vice-Líder do PR, conforme OF. Leg. n° 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
38. Senador Eduardo Braga é designado Líder do Governo, conforme Mensagem nº 75, lida na sessão de 13 de março de 2012.
39. Senadora Lídice da Mata é designada Vice-Líder do Bloco Parlamentar do Governo, em substituição ao Senador Antônio Carlos Valadares, conforme OF. n° 035/2012-GLDBAG, lido na sessão de 13 de março de 2012.
40. Senador Romero Jucá é designado 2º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB n° 038/2012, lido na sessão ordinária de 21 de março de 2012.
41. Senador Alfredo Nascimento é designado 1º Vice-Líder do PR, conforme OF. Leg. n° 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
42. Senador Vicentinho Alves é designado 2º Vice-Líder do PR, conforme OF. Leg. n° 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
43. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme o Ofício nº 039/2012-GLDBAG, lido na sessão de 27 de março de 2012.
44. Senador Demóstenes Torres comunicou o seu afastamento da Liderança do DEM, conforme os Ofícios Int. nº 032 e 033/GSDT, lidos na sessão de 27 de março de 2012.
45. Senador Jayme Campos, em pronunciamento na sessão deliberativa ordinária do Senado de 27 de março de 2012, informou ao Plenário a designação do Senador José Agripino para Líder do DEM. Presidente do Senado, Senador José Sarney, informou que a comunicação seria considerada pela Mesa e aguardaria a sua formalização para leitura em Plenário.
46. Senador José Agripino é indicado Líder do DEM, conforme OF. N° 012/12-GLDEM, lido na sessão de 28 de março de 2012.

EXPEDIENTE

Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral de Administração Florian Antônio Contílio Madruga Diretor da Secretaria Especial de Edificação e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Presidência do Senado Federal Márcia Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Atos Patrícia Freitas Portella Nunes Martins Diretora da Secretaria de Taquigrafia
--	---

**OFÍCIO N° 28/2012 – CN
(OFÍCIO N. CF-OFI-2012/01341, de 2012,
na origem)**

OFÍCIO N. CF-OFI-2012/01341

Brasília, 30 de março de 2012.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Congresso Nacional
Brasília – DF

Assunto: Documentos operacionais de tomadas de contas

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência o Relatório de Prestação de Contas deste Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, referente o exercício de 2011, em cumprimento ao estabelecido no art. 56 da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, elaborado de acordo com as orientações contidas no Aviso TCU n. 3/2011 - Gab. JM, de 1º de novembro de 2011.

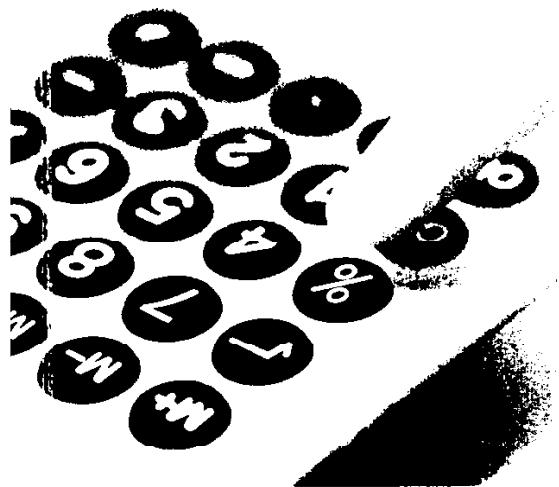
Atenciosamente,

Ministro Ari Pargendler
Ministro Ari Pargendler
Presidente

Recebi o original
30/3/2012
17:30 hs
HARQS - 2446-0

Presidência do Senado Federal
Jacqueline de Souza - Mat. 52000
Recebi o Original
Em: 02/04/2012 Hs: 15:32
Jacqueline

Conselho da Justiça Federal



2011

Relatório de
Prestação de Contas do
Conselho e da Justiça Federal de
primeiro e segundo graus

abril / 2012

Relatório de Prestação de Contas 2011
Abril - 2012

Conselho da Justiça Federal
SCES – Setor de Clubes Esportivos Sul – Trecho III – Polo 8 Lote 9 – Subsolo
CEP 70200-003 – Brasília – DF
Telefones: (061) 3022-7075/7076
e-mail: imprensa@cjf.jus.br

Composição do CJF em dez/2011:

Ministro ARI PARGENDLER
Presidente

Ministro FELIX FISCHER
Vice-Presidente

Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Corregedor-Geral da Justiça Federal,
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais
Federais e Diretor do Centro de Estudos Judiciários

Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI
Ministro CASTRO MEIRA
Desembargador Federal OLINDO HERCULANO DE MENEZES
Desembargadora Federal MARIA HELENA CISNE
Desembargador Federal ROBERTO HADDAD
Desembargadora Federal MARGA TESSLER
Desembargador Federal PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA LIMA
Membros efetivos

Ministro ARNALDO LIMA
Ministro MASSAMI UYEDA
Ministro HUMBERTO MARTINS
Desembargador Federal JOSÉ AMILCAR MACHADO
Desembargador Federal RALDÉNIO BONIFÁCIO COSTA
Desembargador Federal ANDRÉ NABARRETE NETO
Desembargador Federal LUIZ CARLOS DE CASTRO LUGON
Desembargador Federal ROGÉRIO DE MENESES FIALHO MOREIRA
Membros suplentes

Eva Maria Ferreira Barros
Secretária-Geral



RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS
Conselho e Justiça Federal de 1º e 2º Graus

Exercício 2011

ÍNDICE

I – Introdução	04
II – Estrutura Organizacional da Justiça Federal	05
III – Macro-Gestão Jurisdicional	07
A) Conselho da Justiça Federal	07
B) Justiça Federal da 1º e 2º Graus da 1ª Região	11
C) Justiça Federal da 1º e 2º Graus da 2ª Região	36
D) Justiça Federal da 1º e 2º Graus da 3ª Região	41
E) Justiça Federal da 1º e 2º Graus da 4ª Região	47
F) Justiça Federal da 1º e 2º Graus da 5ª Região	53
IV – Objetivos e Metas	56
V – Indicadores de Gestão	59
A) Indicadores Operacionais	59
B) Indicadores Orçamentário-Financeiros	65
VI – Análise dos Resultados	70
A) Programa 0569 – Prestação Jurisdicional na Justiça Federal	70
A.1) Atividades do Programa 0569 – Prestação Jurisdicional na Justiça Federal	70
A.2) Projetos do Programa 0569 – Prestação Jurisdicional na Justiça Federal	89
A.3) Operações Especiais do Programa 0569 – Prestação Jurisdicional na Justiça Federal	121
B) Programa 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União	123
C) Programa 0901 – Cumprimento de Sentenças Judiciais	125
D) Outros Destaques Recebidos	127
VII – Conclusão	129
VIII – Anexos	131
A) Demonstrativo da Força de Trabalho	
B) Balanços e Demonstrativos Contábeis	
C) Notas Explicativas	

LISTA DE ABREVIACÕES

JF	Justiça Federal
CJF	Conselho da Justiça Federal
TRFs	Tribunais Regionais Federais
SJ	Seção Judiciária
UO	Unidade Orçamentária
LOA	Lei Orçamentária Anual
PLOA	Projeto da Lei Orçamentária Anual
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira
RPV	Requisitórios de Pequeno Valor
CNJ	Conselho Nacional da Justiça
STJ	Superior Tribunal de Justiça
STF	Supremo Tribunal Federal
JEF	Juizado Especial Federal
TNU	Turma Nacional de Uniformização
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
SECJU	Secretaria Judiciária
CEF	Caixa Econômica Federal
UG	Unidade Gestora
JF1R	Justiça Federal da 1ª Região
JF2R	Justiça Federal da 2ª Região
JF3R	Justiça Federal da 3ª Região
JF4R	Justiça Federal da 4ª Região
JF5R	Justiça Federal da 5ª Região
TRF1	Tribunal Regional Federal 1ª Região
TRF2	Tribunal Regional Federal 2ª Região
TRF3	Tribunal Regional Federal 3ª Região
TRF4	Tribunal Regional Federal 4ª Região
TRF5	Tribunal Regional Federal 5ª Região

RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO CONSELHO E DA JUSTIÇA FEDERAL DE 1º E 2º GRAUS – EXERCÍCIO DE 2011 –

I – INTRODUÇÃO

Este relatório consiste na prestação de contas da Justiça Federal de 1º e 2º Graus, referente ao exercício de 2011, em atendimento ao art. 56 da Lei Complementar n. 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, sendo dividido em sete capítulos, a saber: I – Introdução; II – Estrutura Organizacional da justiça federal; III – Macro-Gestão Jurisdicional; IV – Objetivos e Metas; V – Indicadores de Gestão; VI – Análise dos Resultados; e VII – Conclusão.

No Capítulo II é apresentada de forma sucinta a estrutura organizacional da justiça federal, sua composição e abrangência de atuação.

No Capítulo III são mostradas as principais macro-realizações ocorridas no exercício de 2011 em cada uma das Regiões que compõem a justiça federal, bem como no Conselho da Justiça Federal.

O Capítulo IV contém os objetivos e metas fixadas em consonância com o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual.

No Capítulo V estão apresentados alguns indicadores de gestão que buscam demonstrar o desempenho da justiça federal no exercício de 2011, sendo possível em alguns casos, a comparação com o exercício anterior.

O Capítulo VI aborda as realizações ocorridas no período, fazendo-se a devida identificação com os recursos consignados no orçamento.

Por fim, o Capítulo VII traz a conclusão do trabalho exposto no presente relatório.

II – ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA JUSTIÇA FEDERAL

A justiça federal - JF é composta por cinco tribunais regionais federais - TRFs, vinte e sete seções judiciais - SJ e pelo Conselho da Justiça Federal – CJF que, nos termos do art. 105, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal e do art. 1º da Lei n. 11.798/2008, exerce a supervisão administrativa e orçamentária da Justiça Federal de Primeiro e Segundo Graus, como órgão central de sistema e com poderes correcionais, cujas decisões têm caráter vinculante.

A Justiça Federal de 1º Grau, em sua função jurisdicional, é exercida pelos Juízes Federais e Juízes Federais Substitutos, os quais estão distribuídos em 863 Varas Federais (Varas Federais – VF e Juizados Especiais Federais – JEF).

As seções judiciais, com sedes nas capitais das Unidades da Federação, são compostas por Varas Federais e descentralizadas em subseções judiciais no interior dos estados. A Justiça Federal de 2º Grau é exercida pelos tribunais regionais federais, distribuídos em cinco regiões, conforme demonstra o mapa a seguir:

MAPA GEOGRÁFICO DA JUSTIÇA FEDERAL



A composição, organização e competências da justiça federal de 1º e 2º graus estão previstas nos artigos 106 a 109 da Constituição Federal, na Lei n. 5.010, de 30 de maio de 1966, no Decreto-Lei n. 384, de 26 de dezembro de 1968 e na Lei n. 11.798, de 29 de outubro de 2008. À justiça federal, em seu duplo grau de jurisdição, compete processar e julgar as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal for interessada, na condição de autora, ré, assistente ou oponente, além de outras competências instituídas nos artigos 108 e 109 da Constituição Federal.

Em cumprimento às suas competências constitucionais e legais e objetivando assegurar o exercício pleno do estado de direito, a justiça federal tem procurado observar, como parâmetro principal de sua atuação, a prestação jurisdicional célere, acessível, presente e democrática. Dessa forma, no exercício de 2011, foram priorizadas ações

voltadas para o exercício da cidadania, colocando a Justiça cada vez mais próxima do cidadão, aprimorando a capacitação da força de trabalho, bem como a modernização da justiça federal de 1º e 2º graus, com aperfeiçoamento dos sistemas eletrônicos; desenvolvimento de tecnologia do sistema processual; digitalização de processos; implantação de certificação digital e mecanismos de segurança capazes de garantir a autenticidade, confidencialidade e integridade das informações.

III – MACRO-GESTÃO JURISDICIONAL

Neste capítulo são demonstradas as macro-realizações efetuadas em toda a justiça federal.

A) Conselho da Justiça Federal

O Conselho da Justiça Federal (CJF), cumprindo sua função constitucional, prevista no art. 105, parágrafo único, inciso II da Carta Magna, na Lei n. 11.798, de 29 de outubro de 2008, e no seu Regimento Interno, funciona junto ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), com atuação em todo o território nacional, cabendo-lhe a supervisão administrativa e orçamentária da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, como órgão central do sistema e com poderes correcionais, cujas decisões têm caráter vinculante.

No âmbito do CJF, foram realizadas em 2011 diversas ações de interesse da justiça federal, com vistas à uniformização de procedimentos e ao intercâmbio entre o Conselho e a Justiça Federal de 1º e 2º graus e os demais poderes da União. Entre as ações, destacam-se:

⇒ Conclusão do projeto Judiciário em Dia, realizado pelas Corregedorias do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho da Justiça Federal em parceria com os tribunais regionais federais, com o objetivo de garantir o cumprimento da Meta n. 2 do Judiciário (para 2009 e 2010), que prevê o julgamento de todos os processos de conhecimento que ingressaram na Justiça até 31 de dezembro de 2005 e de 2006, além da redução de pelo menos 70% do acervo dos gabinetes atendidos. O projeto foi estruturado em duas frentes de trabalho. A primeira consistiu na realização, pelos tribunais, de mutirões de julgamento, cujo objetivo principal foi amplamente alcançado, proporcionando a redução do acervo de processos em estoque. A segunda frente de trabalho referiu-se à elaboração de plano para melhor gerenciar as rotinas dos gabinetes, tendo obtido como produto um diagnóstico dos processos de trabalho, os quais integrarão o plano de trabalho das áreas de gestão por processos;

⇒ Implantação do Sistema SIGA-DOC, criado pela equipe da Subsecretaria de Tecnologia da Informação e de Comunicações da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, que permite a criação, transferência, assinatura e demais atos de tramitação de documentos

administrativos de forma exclusivamente eletrônica. O projeto encontra-se na fase de execução, após a realização de customizações necessárias para sua utilização de forma simultânea no CJF e na 2ª Região da Justiça Federal. Primeiramente, foram realizados treinamentos na ferramenta para aproximadamente 85% dos usuários do Conselho, e posteriormente, como o sistema necessita de assinatura digital, os servidores do CJF foram certificados digitalmente. O sistema entrou em operação no dia 2 de janeiro de 2012;

⇒ Elaboração do Manual de Atos Oficiais Administrativos e padronização dos procedimentos de elaboração de atos administrativos no âmbito do Conselho, visando a gestão documental eficiente, eficaz e efetiva e a preservação da memória institucional, bem como a consolidação de uma cultura administrativa que possibilite o aprimoramento da comunicação oficial, elevando o grau de profissionalismo e relacionamento, com a consequente melhoria dos serviços prestados à Justiça Federal;

⇒ Continuidade na coordenação e acompanhamento da instalação de novas varas federais na Justiça Federal, criadas pela Lei n. 12.011, de 4 de agosto de 2009, e com localidades definidas por meio da Resolução CJF n. 102/2010, com cronograma de instalação gradativa, entre 2010 e 2014. O CJF está, desde então, acompanhando a instalação dessas unidades em todo o País, atento às necessidades relativas à infraestrutura física e tecnológica, ao orçamento e ao desenvolvimento profissional. Em 2011, 46 varas foram instaladas até 31 de dezembro, conforme previsto no cronograma;

⇒ Desenvolvimento de projeto para implantação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), que promoverá, entre outros benefícios, a integração das unidades de tecnologia da informação, o alinhamento estratégico das ações na Justiça Federal e a definição de uma política de aquisição dos recursos de informática. Dessa forma, os processos de trabalho serão organizados com a adoção de novos modelos de gestão alinhados ao planejamento estratégico. O desenvolvimento do projeto está aguardando a aprovação da revisão dos planos estratégicos da Justiça Federal e de tecnologia da informação. Após a aprovação, o PDTI deverá ser revisado e publicado em 90 dias;

⇒ Coordenação da ação que prevê a “criação de unidade de gerenciamento de projetos para auxiliar na implantação da gestão estratégica”, tendo como objetivos específicos a integração das unidades e a aplicação da metodologia de gerenciamento de projetos definida para a Justiça Federal, em cumprimento à Meta 01 do Poder Judiciário para 2011. O projeto está sendo executado nos cinco tribunais regionais federais. Na 1ª e 5ª Regiões foi disponibilizado um consultor em escritório de projetos para auxiliar na sua implantação nas diversas unidades desses tribunais. Neste sentido, foram realizadas a

análise situacional e a adaptação da Metodologia de Gerenciamento de Projetos e do Modelo de Gestão de Portfólio e Operação do Escritório de Projetos às necessidades e realidades de cada um desses tribunais. Após essa etapa, passou-se a um período de operacionalização, durante o qual os consultores apoiaram a atividade de inventário dos projetos;

⇒ Celebração dos seguintes acordos de cooperação e convênios:

- Acordo de Cooperação Técnico-Institucional n. 001/2011 – CJF, celebrado entre o Conselho da Justiça Federal e o Superior Tribunal de Justiça, para fins de parceria em ações de gestão administrativa;
- Acordo de Cooperação Técnica n. 002/2011 – CJF, celebrado entre o Conselho da Justiça Federal e o Banco do Brasil S.A., visando à abertura de contas, para depósitos vinculados a obrigações, nos termos da IN 03/2009 SIti/MPOG;
- Acordo de Cooperação Técnica n. 003/2011 – CJF, celebrado entre o Conselho da Justiça Federal e o STF, para fins de divulgação de atos Institucionais por intermédio da TV Justiça;
- Acordo de Cooperação Técnica n. 004/2011 – CJF, para utilização de sistema eletrônico de licitações, celebrado entre o Conselho da Justiça Federal e o Banco do Brasil S.A;
- Termo de Cooperação n. 001/2011 – CJF, celebrado entre o Conselho da Justiça Federal, o STF e o CNJ, que tem por objeto a conjugação de esforços entre os participes para o desenvolvimento de ações com vistas à realização de serviços gráficos relativos à comunicação institucional do STF e do CNJ;
- Termo de Cooperação n. 002/2011 – CJF, celebrado entre o Conselho da Justiça Federal e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea, cujo objeto é a execução e desenvolvimento do projeto de pesquisa denominado “Acesso à Justiça nos Juizados Especiais Federais”;
- Termo de Cooperação n. 003/2011 – CJF, celebrado entre o Conselho da Justiça Federal, o TRF 2ª Região e a SJRJ, que tem por objeto a conjugação de esforços para o desenvolvimento e a evolução do Sistema Integrado de Gestão Administrativa, a ser utilizado para a criação, movimentação e gerenciamento dos documentos, processos administrativos e outras funcionalidades nos órgãos integrantes do ajuste;

- Convênio n. 002/2011 – CJF, para possibilitar o acesso às informações registradas no Sínapi-Sipci, celebrado entre o Conselho da Justiça Federal e a Caixa Econômica Federal;
- Convênio n. 012/11 TRE-MG – Termo de Cooperação Mútua celebrado entre o Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, o Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais, o Tribunal de Justiça Militar de Minas Gerais e o CJF, que visa a estabelecer a integração entre os participes, com a finalidade de desenvolver e realizar eventos de educação corporativa, presenciais e a distância, como também outros projetos que visem à atualização, capacitação, aperfeiçoamento e desenvolvimento dos servidores dos órgãos conveniados, atendendo aos respectivos planejamentos estratégicos, assim como os do Poder Judiciário.

⇒ Realização de inspeção no TRF 1ª Região, pela Corregedoria-Geral da Justiça Federal com o apoio da Secretaria de Controle Interno, no período de 16 a 25 de novembro de 2011, em atenção ao preceituado pelo artigo 65 do Regimento Interno do CJF. Foram analisados os serviços judiciais nos gabinetes dos desembargadores, coordenadorias, seções, turmas, controle interno, gestão de tecnologia da informação, estatística, segurança, transporte e distribuição;

⇒ Realização de julgamentos da Turma Nacional de Uniformização – TNU, que constitui a última instância jurisdicional no âmbito dos JEFs, dirimindo divergências entre turmas recursais regionais e uniformizando as decisões de turmas recursais e regionais que contrariam sua jurisprudência ou à do STJ. No exercício de 2011, a produtividade da TNU foi a seguinte: 9.066 processos recebidos; 14.486 processos autuados; 30 audiências de distribuição ordinária e 14 de redistribuição; 5.498 processos distribuídos e 236 redistribuídos; 8 sessões ordinárias de julgamento; 1.342 processos julgados; 8.728 decisões do Presidente da Turma; 475 despachos do Presidente da Turma; 632 decisões monocráticas dos juízes relatores; 42 despachos dos juízes relatores; 3.314 processos com baixa definitiva; 32 processos remetidos ao STF (recursos extraordinários e agravos de instrumento); 146 incidentes remetidos ao STJ; 631 processos remetidos às turmas recursais (sem trânsito em julgado); 39 processos remetidos às turmas regionais de uniformização (sem trânsito em julgado); e 12.288 processos em tramitação até 31/12/2011, os quais serão contabilizados como remanescentes para 2012.

B) Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 1ª Região

O Tribunal Regional Federal da Primeira Região, com sede na Capital Federal e jurisdição no Distrito Federal e nos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins, compõe-se de vinte e sete juizes vitalícios, nomeados pelo presidente da República, sendo vinte e um provenientes de juízes federais, três de advogados e três de membros do Ministério Público Federal.

No TRF da 1ª Região, a função jurisdicional é exercida pelos Desembargadores Federais nos órgãos julgadores compostos de Plenário, Corte Especial e quatro Seções, estas integradas por oito Turmas Especializadas, constituída cada uma de três desembargadores federais. A 1ª e a 2ª Turmas compõem a 1ª Seção; a 3ª e a 4ª Turmas, a 2ª Seção; a 5ª e a 6ª Turmas, a 3ª Seção, a 7ª e a 8ª Turmas, a 4ª Seção.

Na Justiça Federal de 1º Grau da Primeira Região, as atividades judicantes são exercidas nas Varas Federais, nos Juizados Especiais Federais e nas Turmas Recursais pelos Juízes Federais e Juízes Federais Substitutos.

A justiça federal conta com varas de competência geral (cível e criminal) e especializadas em execuções fiscais, benefícios previdenciários, matéria agrária, criminal e de Juizado Especial Federal. As varas das Subseções Judicárias possuem competência para processar e julgar ações cíveis em geral e as de natureza criminal, e onde não há vara de JEF, o Juizado funciona como adjunto.

A 1ª Região conta com 16 Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais, sendo duas na Bahia, três em Minas Gerais, uma conjunta (Pará e Amapá) e as demais, uma em cada um dos outros Estados que integram a Região.

Destaca-se, ainda, a Turma Regional de Uniformização de Jurisprudência/TRU nas Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais da Primeira Região, composta pelos 16 juízes Presidentes das Turmas Recursais e presidida pelo Coordenador Regional dos Juizados Especiais Federais da 1ª Região. Compete à Turma Regional julgar pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões das Turmas Recursais na Primeira Região sobre questões de direito material.

A Justiça Federal de 1º Grau possui jurisdição em 13 Estados da Federação, mais o Distrito Federal, totalizando 14 Seções Judicárias com sede nas capitais, 63 Subseções Judicárias com sede em cidades do interior de cada Estado e 232 Varas Federais.

A seguir, serão demonstradas as principais ações desenvolvidas nas unidades da Justiça Federal da Primeira Região no exercício de 2011:

TRF 1^a Região

⇒ Conclusão do Escritório de Projetos Estratégicos Regional - EPER, com o intuito de apoiar a execução de projetos estratégicos da 1^a Região, promovendo informações de caráter gerencial e apoiando a alta administração na tomada de decisão, bem como fazer o alinhamento desses projetos ao Planejamento Estratégico do órgão e da Justiça Federal, seguindo a determinação contida na Portaria Presi/Cenag 142, de 28/3/2011, o que contribuiu para o cumprimento da Meta 1 do CNJ para 2011 de "criar unidade de gerenciamento de projetos para auxiliar a implantação da gestão estratégica";

⇒ Prosseguimento da obra de construção da nova sede do Tribunal, com a assinatura do contrato com a empresa ENGEFORT Construtora Ltda, para complementação das fundações e dos elementos estruturais;

⇒ Adesão do Tribunal ao Projeto Mutirão "Judiciário em Dia", capitaneado pela Corregedoria Nacional de Justiça do CNJ com colaboração da Corregedoria-Geral da Justiça Federal do CJF, onde participaram 14 juízes federais que atuaram em 7 turmas suplementares, com vistas a julgar mais de cinquenta mil processos autuados até 2006 e abrangidos pela Meta 2 do CNJ, relativa aos anos de 2009 e 2010. O mutirão teria, a princípio, duração de seis meses a contar da primeira sessão de julgamento, mas a pedido da Presidência do Tribunal, o CNJ permitiu a manutenção das turmas suplementares até o final de 2011. Foram julgados 28.745 processos no exercício de 2011. Destaca-se a criação da Secretaria Executiva de apoio permanente ao mutirão, que buscou centralizar as tarefas administrativas e dar mais celeridade à atividade judicante;

⇒ Implantação do Sistema de Conciliação da Justiça Federal da 1^a Região – SISTCON, por meio da Resolução Presi 2, de 24/3/2011, com o objetivo de promover a conciliação das partes, tanto na fase pré-processual como na fase processual. O sistema busca a conciliação em novos tipos de matérias (além de SFH e previdência social) e a oficialização de núcleo central de conciliação na sede do Tribunal e de núcleos locais nas capitais que compõem a 1^a Região. O sistema visa, também, à criação de centros judiciários nas seccionais e subseções responsáveis por implantar a política de conciliação nas cidades e municípios, realizar audiências conduzidas por conciliadores e prestar atendimento e orientação aos cidadãos;

⇒ Realização de 86.874 homologações em audiências de conciliação e celebração de 2.267 acordos no exercício de 2011;

⇒ Recebimento do II Prêmio Conciliar é legal, juntamente com o Tribunal de Justiça de Goiás (TJGO) e o Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região, concedido pelo Conselho Nacional de Justiça, através do Movimento pela Conciliação que objetiva homenagear tribunais, magistrados e servidores responsáveis pelo volume de acordos celebrados ao longo do ano de 2011. Somados, esses tribunais homologaram 34 mil acordos, totalizando R\$ 97.669.996,33 (noventa e sete milhões seiscentos e sessenta e nove mil novecentos e noventa e seis reais e trinta e três centavos);

.. ⇒ Realização de nove Juizados Itinerantes, contemplando os Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Mato Grosso, Minas Gerais, Piauí, Rondônia e Roraima, com a concretização de 7.737 audiências, 13.004 pessoas atendidas e 5.212 acordos homologados, que geraram o valor de R\$13.566.254,16;

⇒ Organização e realização de mutirões de audiência de instrução e julgamento em Seções e Subseções Judiciárias da 1ª Região, com o escopo de reduzir pautas de audiências, que contavam com marcações para o ano de 2015. Foram realizadas 32.982 audiências com 37.102 processos julgados e geração de R\$ 111.419.073,96;

⇒ Realização de Mutirões de Cidadania, paralelamente aos mutirões de audiências e em juizados itinerantes concretizados nos JEFs da 1ª Região, onde foram adotadas práticas de ações sociais que consistem em oferecer aos jurisdicionados serviços preventivos e de orientação, gratuitos, nas áreas de saúde, como aferição de pressão, exames simples, como os oftalmológicos, serviço odontológico, atividades educativas, culturais, qualidade de vida, entre outras. A ação alcança, ainda, familiares e testemunhas que acompanham a parte autora. As parcerias com os SESIs e as entidades públicas e privadas para a realização de ação social, faz com que a Justiça Federal cumpra seu o papel social de facilitar o acesso à justiça, além de proporcionar espaço para o exercício da cidadania;

⇒ Promoção de mutirão à distância envolvendo juízes recém-empossados, em virtude da situação crítica em que se encontravam os JEFs, onde, apesar da dedicação dos juízes federais, não se consegue vencer os números de processos a serem julgados. Foram selecionadas as varas que não tinham juízes auxiliares, com mais de 500 processos conclusões há mais de 60 dias. Foram beneficiadas as Varas de JEFs das Seções da Bahia, Distrito Federal, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Piauí, Roraima, Rondônia e

Tocantins. Os juízes ficaram responsáveis em sentenciar em média 850 processos entre os dias 4/4/2011 a 25/7/2011. Foram mobilizados 32 juízes que julgaram o total de 21.211 processos durante o período do mutirão;

⇒ Instituição do Comitê Regional das Tabelas Processuais da Justiça Federal da 1ª Região (Coretab1), através da Portaria Presi/Cenag 199 de 2/5/2011, ao qual incumbe implementar e gerir, no âmbito do Tribunal, das Seções e Subseções Judiciárias da 1ª Região, as tabelas processuais unificadas do Poder Judiciário definidas pela Resolução CNJ 46, de 18/12/2007, bem como propor ao Comitê Gestor das Tabelas da Justiça Federal (Cogetab) as demandas regionais para alteração das referidas tabelas;

⇒ Implantação do Sistema e-Jur nas Seções Judiciárias da 1ª Região, restando apenas a SJMG, em cumprimento à Meta 9, específica para a Justiça Federal, que consiste em inserir o “processo eletrônico judicial e administrativo em 70% das unidades de primeiro e segundo grau”. O Sistema foi premiado pelo Centro de Estudos de Justiça das Américas (CEJA) no IX Seminário de Gestão Judicial e Acesso à Justiça, que ocorreu na Costa Rica em dezembro de 2011, sendo o único projeto selecionado na área processual. O e-Jur é adaptação dos sistemas processuais judiciais existentes, que possibilita a gestão de documentos e processos de 1º e 2º graus no formato digital, em concomitância com os processos já cadastrados (Lei 11.419, de 19/12/2006), permitindo a visualização e o acompanhamento dos processos, inclusive de recursos, em formato digital, bem como a edição de documentos, com assinatura eletrônica ou certificação digital, por meio dos sistemas judiciais já existentes e em desenvolvimento na 1ª Região. A exceção para este trabalho em ambiente virtual são os processos que versam sobre matéria criminal e os que são sigilosos. O Tribunal enviou ao STJ, no dia 3/8/2011, o primeiro processo que tramitou inteiramente em formato digital, sem a utilização de papel;

⇒ Criação do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação do TRF da 1ª Região (CGTI-TRF1), com a finalidade de discutir as ações e os investimentos em Tecnologia da Informação e apresentar soluções tecnológicas de qualidade e de segurança das informações (Portaria Presi 411, de 26/9/2011). Esse comitê foi instituído em face da recomendação contida no Acórdão TCU 1.603/2008, para que sejam promovidas ações com o objetivo de disseminar, implantar e aperfeiçoar o planejamento estratégico institucional, planejamento estratégico de TI e comitê diretivo de TI, bem como em consonância com as Resoluções 90 e 99/2009 do CNJ, que dispõem sobre os requisitos de nívelamento de tecnologia da informação no âmbito do Poder Judiciário e institui o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação no âmbito do Poder Judiciário e da importância de se assegurar a infraestrutura apropriada às atividades da JF1R e a

necessidade de alinhamento da estratégia de Tecnologia da Informação à estratégia institucional, por meio da priorização dos investimentos e a alocação de recursos nos diversos projetos e ações de TI;

⇒ Instituição de Comissão para o planejamento e acompanhamento das ações relativas à implantação dos procedimentos de operacionalização de pagamentos na assistência judiciária gratuita no âmbito da 1ª Região, com o objetivo de prestar assessoramento e apoio técnico e operacional ao grupo de trabalho do sistema AJG, instituído pelo CJF; acompanhar, monitorar e orientar as ações dos gestores das Seccionais integrantes da 1ª Região; auxiliar na padronização de procedimentos em toda a 1ª Região e propor melhorias, acompanhar ajustes e auxiliar na implantação do Sistema nas Seccionais, notadamente em relação às suas funcionalidades e/ou características (Portaria Conjunta Presi/Cenag 511, de 15/12/2011);

⇒ Criação de Grupo de Trabalho para Desenvolvimento da Ferramenta Web Service para integração do Sistema de Peticionamento Eletrônico, através da Portaria Conjunta TRF1/Presi-PRR1-AGU-PGFN 504, de 13/12/2011, e adequação da ferramenta de WebService e suas operações, de modo a possibilitar a utilização do peticionamento eletrônico pela Procuradoria Regional da República da 1ª Região, AGU/Procuradoria Regional Federal da 1ª Região e pela Procuradoria Regional da Fazenda Nacional – 1ª Região;

⇒ Implantação e melhoria de sistemas e programas na área de tecnologia da informação, destacando-se:

- **e-Cint:** sistema de Citação e Intimação Eletrônica: permite o envio de citações e intimações via Internet às entidades e advogados. Principais melhorias: implementação da monitoria de disponibilidade das seções pelo NOC – Network Operacion Center; alteração da consulta processual; inclusão de novos controles para identificar o motivo do cruzamento de seções; verificação de seção cruzada e impedimento de login no caso de uma seção cruzada; adaptação do e-Cint antigo; desenvolvimento do e-Cint para o 1º Grau (Processual); integração com o GPD (sistema de gerência de processos digitais de primeiro e segundo graus) para a inclusão de citação e intimação via barramento de serviço; desenvolvimento do e-Cint para o 2º Grau (Juris);
- **e-Conciliador:** sistema de controle de cadastro de candidatos a conciliadores, destinados às unidades da 1ª Região, que permite o cadastramento via formulário

Web dos candidatos a conciliadores, bem como gerencia a seleção dos interessados;

- **Sistema GPD – Gerenciador de Processo Digital:** Está implantado no TRF, em 13 seções Judiciárias, exceto em Minas Gerais e na Subseção de Uberlândia, com o objetivo de tornar o processo público. Principais melhorias: inclusão do atributo justiça gratuita no 1º grau; implantação de Apensos do Juris na tela do Gerenciador de Documentos; implantar Dependente do Juris na tela Gerenciador de Documentos; inclusão do botão Gerenciar documentos na tela Ver Histórico; ajuste no botão "Nova consulta"; descentralização (TRF1); implementação do serviço Trocar acervo de lotação; implementação da rotina Lançar Movimentação; implementos na rotina Lançar Movimentação - Mensagens do sistema, nas *popUps* de mensagem e erro, na consulta Tipo de Movimentação; implementação da Data/hora atual dos bancos de dados locais; conversão de datas em horário de verão; migração do GPD para o ambiente do Amapá; implementação da Citação/intimação de partes do processo no GPD; criação dos serviços "tramar processo para uma localização", "estornar última tramitação" e "listar localizações de uma lotação"; apresentar processos pré-cadastrados (2º grau); preparar GPD para trabalhar com TRF1Doc (2º grau); serviço para permitir troca de acervo (2º grau); alterado o 'registrar' por 'assinar sem certificado digital';
- **e-Proc – Sistema de Peticionamento Eletrônico:** Permite ao jurisdicionado encaminhar à JF1R petições via *internet*. Principais melhorias: alteração do módulo de validação presencial permitindo o cadastro de OABs pelos servidores da justiça; alteração do módulo de envio de arquivos com a implementação da validação do arquivo como sendo do tipo PDF (*Portable Document Format*); implantação de auditoria nas tabelas do sistema;
- **e-Digitalizador:** sistema para digitalização de documentos em todos os órgãos da JF1R que corresponde a projeto do Programa de Trabalho e-Jur. Seu objetivo é a digitalização de documentos. Principais melhorias: inclusão de situações nas estatísticas; duplicação de documentos; ordenação na consulta de documentos; mensagem do documento com situação "Recusado"; correção da mensagem de erro vazia ao cancelar consulta; envio de documentos em lote (para 1 ou 2 documentos); gravação de documentos na pasta "Aprovados";
- **e-Sisad:** sistema de gerenciamento e controle de documentos e processos administrativos digitais na 1ª Região;

- **e-Sosti:** sistema de gestão dos atendimentos a solicitações de TI, que tem por objetivo permitir o gerenciamento e controle das solicitações e das empresas contratadas para execução dos serviços de TI, para todas as unidades da 1ª Região;
- **DataMart Mutirão Judiciário em dia:** sistema de emissão de relatório, baseado em replicação de dados e mediante a ferramenta própria, com o objetivo de fornecer à Administração ferramenta de gestão do projeto “Mutirão Judiciário em Dia”;
- **JEF Virtual - Juizados Especiais Federais e Turmas Recursais:** tem como objetivo protocolar/cadastrar e manter os processos judiciais virtuais, proporcionando a administração e o trâmite dos processos virtuais dos JEFs e das Turmas Recursais da 1ª Região. Melhorias: declínio de competência; remessa de processos virtuais do JEF/Uberlândia (e-JUR) à TR/BH (JEF Virtual); inclusão automática de documentos do RED do JEF Virtual; remessa do JEF-AP para TR-PA; criação de nova rotina de impressão/geração de documentos em lote; padronização das caixas de tramitação da SJMA e SJGO; desenvolvimento de rotina de informações a serem disponibilizadas à PR/DF; atualização de rotina de informações disponíveis à Procuradoria Regional da República da 1ª Região (PRR1); cancelamento automático de audiências ao se lançar movimentações de “devolvidos com sentença”; apensamento entre processos virtuais no JEF Virtual; apensamento entre processos virtuais do JEF Virtual e processos físicos (Processual-Oracle); inclusão de filtro dos processos que estão em segredo de justiça; inclusão citação dos réus como pessoa física e a possibilidade de intimar por meio de seus advogados; inclusão de classificação por assuntos na geração da publicação; implantação de folha de rosto para as petições eletrônicas recebidas via triagem (vara JEF e TR) e no anexador automático do JEF Virtual; atualização da rotina de geração de documentos a serem enviados para a Turma Nacional de Uniformização (TNU) e confecção de manual de orientações acerca desse procedimento; atualização e correção da rotina de RE-STF;
- **Juris - Sistema de Acompanhamento de Processos Judiciais do TRF 1ª Região:** Permite o gerenciamento e o controle da tramitação dos processos judiciais de 2º grau. Melhorias em 2011: ajustes na estrutura de apensamento de processos para atender apensamento de processos em formatos distintos (físico/digital); resolução de problemas na rotina de recebimento de petições iniciais vindas do e-Proc quando existem documentos duplicados; revisão do mecanismo de contadores de distribuição; vinculação de processos em fase de cumprimento de acórdão, para o presidente da Seção a partir da alteração da classe; inclusão de mecanismo para

indicar a situação da parte; busca de dados do 1º grau para autuação de recursos; adaptações em registros de relator e criação de fase; manutenção de consulta de processos no GPD; revisão da rotina de cadastro inicial – comarca;

- **Precatórios:** sistema de acompanhamento e pagamento de requisições do TRF 1ª Região que permite o gerenciamento e o controle do pagamento de Requisições de Pequeno Valor (RPVs) e Precatórios, além da prestação de contas à União. Melhorias: programa para assinar e inserir eletronicamente documentos PDF na base de dados; programa de geração relatórios para identificação de inconsistências nos ofícios de saque e depósito; programa de geração de relatórios para identificação de depósitos sem saque; inclusão e alteração de regras de processamento das requisições de pagamento eletrônicas; programa para identificação e alteração de destino de ofícios de saque e depósito de processos redistribuídos no decorrer do trâmite das requisições; alterações no relatório gerado para a AGU; alterações na geração de ofícios de saque e depósito; inclusão de mecanismo de certificação digital de ofícios de saque de comarca; alteração na estrutura de geração do arquivo de dados para o CJF; alterações no cadastro e processamento de requisições de pagamento federais e de comarca; alterações nos relatórios discriminativos de requisições de pagamento; inclusão de filtros no processamento de informações vindas do Banco do Brasil e CEF;
- **Processual:** sistema de registro e acompanhamento das movimentações processuais de 1º grau, o qual permite o gerenciamento e o controle na tramitação dos processos judiciais de 1º grau. Melhorias: Implementação de novas funcionalidades referentes à Numeração Única; Aumento da integração do Sistema Processual com os sistemas e-Jur e Juris; desenvolvimento de nova rotina para triagem das petições incidentais referentes a processos digitais; desenvolvimento de nova Rotina de Estorno de movimentação processual; redistribuição de processos em decorrências da criação de novas varas; novo cadastro de requisições de pagamento em decorrência da EC 62/2009, desenvolvimento de funcionalidade para retornar a classe anterior dos processos de execução de sentença (classe 4100); desenvolvimento de rotina para atribuição de processos ao juiz de forma agendada;
- **Sistema Cálculo de Custas:** objetiva facilitar o cálculo de custas e despesas processuais dos processos da 1ª Região, em integração com o site do Tesouro Nacional gerando a Guia de Recolhimento da União (GRU). Melhorias em 2011: adequação do sistema à Portaria/Presi/Corej 84 de 14/2/2011;
- **Sistema da Jurisprudência:** sistema que inclui os programas de atualização de dados de acórdãos, súmulas, inclusive dos JEFs, decisões monocráticas, análise

comparativa, arguições e programa de pesquisa textual. Melhorias: projeto pesquisa textual google nas bases de jurisprudência; início da implementação da nova metodologia de cargas de decisões monocráticas;

- **SIOUV – Sistema de Ouvidoria Administrativa:** permite a informatização do recebimento de manifestações dos usuários da Justiça Federal, com o registro das ocorrências via site do Tribunal ou no próprio sistema. Seu objetivo é documentar as reclamações/sugestões dos usuários e as respostas das Secretarias do Tribunal para os manifestantes. Destinados às unidades do TRF1 e ao público externo, que cadastra as manifestações por meio de formulário disponível na internet;

- **SNCJ – Sistema Nacional de Cálculo Judicial:** disponibiliza recursos e ferramentas de apoio à elaboração dos cálculos judiciais, reduzindo o tempo de julgamento de processos na Justiça Federal. Destinado às contadorias das 5 Regiões da Justiça Federal. Permite às Varas a atualização dos cálculos já elaborados no sistema. Melhorias: reformulação e criação da rotina que faz toda a observação de correção monetária e juros e que é essencial para implantação do módulo de múltiplos encadeamentos; aperfeiçoamento no cálculo de férias do módulo de Reajuste Salarial; aperfeiçoamento no cálculo de 13º salário do módulo de INSS; implantação do Sistema de Cálculo nas novas subseções da 1ª Região.

⇒ Posse de 59 novos juízes federais substitutos no dia 24/3/2011, oriundos de concursos promovidos pelo TRF 1ª Região, os quais assumiram os seus cargos nas varas instaladas no Distrito Federal e nas seguintes localidades: Aparecida de Goiânia/GO, Araguaina/TO, Barreiras/BA, Belém/PA, Boa Vista/RR, Campo Formoso/BA, Castanhal/PA, Cuiabá/MT, Divinópolis/MG, Eunápolis/BA, Feira de Santana/BA, Goiânia/GO, Governador Valadares/MG, Guanambi/BA, Imperatriz/MA, Ipatinga/MG, Jequié/BA, Juazeiro/BA, Macapá/AP, Manaus/AM, Palmas/TO, Parnaíba/PI, Paulo Afonso/BA, Picos/PI, Porto Velho/RO, Pouso Alegre/MG, Rio Branco/AC, São Luís/MA, Sete Lagoas/MG, Sinop/MT, Teresina/PI e Vitória da Conquista/BA;

⇒ Realização do 14º Concurso Público para Juiz Federal Substituto da 1ª Região, para provimento de 29 vagas e outras que surgirem durante o prazo de validade do concurso, e do 5º Concurso Público para provimento do quadro de servidores, com edital destinado à formação de cadastro de reserva do quadro de pessoal do Tribunal e da Justiça Federal de 1º Grau da 1ª Região, em razão de instalação das novas varas federais;

⇒ Firmamento de parcerias e acordos de cooperação, destacando-se:

- Associação Pré-Cooperativista dos Catadores e Recicladores de Resíduos Sólidos de Brasília - APCORB: termo de compromisso para doação de material reciclável para realizar coleta seletiva dos resíduos gerados pelas atividades rotineiras desta Corte (Termo de Compromisso 1/2011, de 21/10/2011 a 21/4/2012);
- Banco do Brasil S/A: celebrado o 1º Termo Aditivo ao Termo de Cooperação Técnica, com o objetivo de regulamentar a prestação, pelo banco, dos serviços de abertura de contas específicas, destinadas a abrigar os recursos creditados ao amparo da Resolução CNJ 98/2009;
- Caixa Econômica Federal, Corregedoria Nacional de Justiça e Corregedoria-Geral da Justiça Federal, respectivamente, do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho de Justiça Federal e EMGEA: acordo de cooperação para propiciar ambiente adequado à realização de mutirões de conciliação processual e pré-processual para a prevenção, composição e solução de litígios relativos a débitos de pessoas físicas, oriundos de contratos com garantia imobiliária (Acordo de Cooperação 30/2011, de 16/3/2011 a 16/3/2021);
- Caixa Econômica Federal, Conselho da Justiça Federal e TRFs: convênio com o objetivo de possibilitar o acesso às informações registradas no SINAPI - SIPCI, nas opções, funções e perfis discriminados neste instrumento, onde o conveniente, através de sua rede, poderá consultar e obter informações, de acordo com a abrangência atribuída pelo gestor do sistema para o qual solicitou acesso, estando ciente do grau de sigilo atribuído à informação disponibilizada (Convênio 2/2011, de 16/9/2011 a 16/9/2016);
- Faculdade Anísio Teixeira – FAT: convênio para instalação na Faculdade Anísio Teixeira de um posto avançado de atendimento do JEF Adjunto da Subseção Judiciária de Feira de Santana/BA (Convênio 2/2011, de 23/8/2011 a 23/8/2021);
- Fundação Educacional Monsenhor Messias: instalação de Posto Avançado do Juizado Especial Federal no Município de Sete Lagoas (Convênio 2/2008, de 8/10/2008 a 7/10/2013);
- Ministério da Justiça: termo de cooperação para a realização de Cursos de Conciliação direcionados para magistrados e servidores dos JEFs da 1ª Região, com base nas ações do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), instituído pela Lei 11.530, de 24/10/2007 e no projeto de fortalecimento à mediação e conciliação (s/n, vigência de 28/9/2011 a 31/12/2011);
- Prefeitura Municipal de Teresina: convênio assinado entre o TRF 1ª Região e a Prefeitura Municipal de Teresina, para viabilizar o acesso da comunidade escolar

local às instalações da Justiça Federal de Teresina e realizar eventos instrutivos diversos relacionados ao funcionamento e ao papel da Justiça na sociedade, por meio do projeto educacional “Justiça Federal na Escola” (Termo de Cooperação 1/2011, de 31/8/2011 a 31/8/2021);

- Supremo Tribunal Federal: Acordo de Cooperação 41/2011 e 42/2011 para estabelecer condições para a divulgação e exibição, pela TV e Rádio Justiça, de programa de cunho educativo, produzido pelo TRF 1^a Região, observada a legislação em vigor (de 25/11/2011 a 24/11/2012);
- Tribunal de Contas da União: cooperação técnica para intercâmbio de experiências, informações e tecnologias, visando à capacitação, ao aperfeiçoamento e à especialização técnica de recursos humanos, ao desenvolvimento institucional e da gestão pública, mediante a implementação de ações conjuntas ou de apoio mútuo e de atividades complementares de interesse comum (Acordo de Cooperação 2/2011, de 26/7/2011 a 26/7/2013);
- Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios: cooperação técnica para intercâmbio de experiências, informações e tecnologias, visando à capacitação, ao aperfeiçoamento e à especialização técnica de recursos humanos, ao desenvolvimento institucional e da gestão pública, mediante a implementação de ações conjuntas ou de apoio mútuo e de atividades complementares de interesse comum (Acordo de Cooperação 1/2011, de 12/4/2011 a 12/4/2013);
- Tribunal Regional do Trabalho da 3^a Região: convênio para desenvolver e realizar eventos de educação corporativa, presenciais e a distância, visando à capacitação, desenvolvimento e aperfeiçoamento dos servidores dos órgãos conveniados, atendendo aos respectivos planejamentos estratégicos (Convênio 1/2011, de 11/01/2011 a 11/01/2016).

Seção Judiciária do Acre

- ⇒ Instalação do sistema de processo digital e-Jur em três varas cíveis e treinamento do corpo funcional, em 26 de fevereiro de 2011;
- ⇒ Realização do JEF Itinerante na cidade de Cruzeiro do Sul, visando a atender à população mais carente do Vale do Juruá, sobretudo às demandas envolvendo questões previdenciárias;
- ⇒ Realização, nos dias 9 e 10/8/2011, de minimutirão em processos do Sistema Financeiro de Habitação, com aproximadamente 70% de acordos celebrados. Foram

realizadas 13 audiências e 9 acordos, o que possibilitou a finalização de processos que tramitavam há muito tempo na Seção.

Seção Judiciária do Amapá

⇒ Realização de Juizado Especial Itinerante, nos municípios de Amapá, Calçoene, Tartarugalzinho, Pracuúba, Ferreira Gomes e Porto Grande. Foram realizadas atermações inclusive fora da sede dos municípios, como nos projetos de assentamento do INCRA (Cruzeiro e Piquiá, no Amapá; Governador Janary I e II, Cedro e Nova Vida, em Tartarugalzinho) e na comunidade rurícola do Km 142 da Perimetral Norte;

⇒ Realização do mutirão de audiências do JEF Itinerante nos municípios de Amapá, Calçoene, Tartarugalzinho, Pracuúba, Ferreira Gomes e Porto Grande. Foram realizadas 1.042 audiências, com 1.647 pessoas atendidas, que resultaram em 1.342 processos sentenciados, no período de 5 a 15 de junho;

⇒ Aquisição de equipamentos de informática, como computadores, monitores, scanners e impressoras para as salas de audiência da 3^a Vara e nos Gabinetes (Juiz Titular e do Juiz Substituto). Foram comprados, também, centrais de ar, aparelhos telefônicos e veículos para atender necessidades da Seção e das Subseções de Laranjal do Jari e Oiapoque;

⇒ Instalação das Subseções Judiciárias do Laranjal do Jari e Oiapoque. A Subseção do Laranjal do Jari tem competência geral e de juizado especial federal adjunto cível e criminal e a de Oiapoque abrange, também, o Município de Calçoene;

⇒ Realização da 2^a Semana Nacional de Conciliação 2011, no período de 28/11 a 1º/12/2011, tendo como resultado o percentual de 64% de acordos, nas causas de Responsabilidade Civil, FGTS e Crédito Comercial, envolvendo a Caixa Econômica Federal. Nas causas da União com Servidores Públicos Federais (Gratificação de Desempenho do Plano Geral de cargos do Poder Executivo – GPGPE), os acordos realizados alcançaram 63% das ações implementadas.

Seção Judiciária do Amazonas

⇒ Instalação do sistema de processo digital, nos módulos de Gerenciador de Processo Digital (GPD) e editor de texto (TRF1Doc), bem como treinamento do corpo funcional para utilização do sistema;

⇒ Modernização das instalações da Seccional, com a elaboração do projeto de reforma da passarela que interliga o prédio sede ao anexo II (Plenário); reforma do layout do JEF; elaboração do projeto de ancoragem para os serviços de limpeza da fachada dos imóveis da Seccional; instalação de portal detector de metais e fabricação e instalação de toldos no estacionamento na Subseção Judiciária de Tabatinga;

⇒ Realização do 1º mutirão de conciliação do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), no período de 12 a 16/9/2011. Foram selecionadas 112 ações pela CEF, pela Empresa Gestora de Ativos (EMGEA) e pela coordenação do Sistema de Conciliação da Primeira Região (SistCon), sendo realizadas 83 audiências, com 72% de acordos homologados e R\$ 897 mil recuperados em créditos, de acordo com o relatório divulgado pela Justiça Federal do Amazonas.

Seção Judiciária da Bahia

⇒ Melhoria das instalações da sede da Seccional por meio da contratação de serviços, entre os quais se destacam: execução de estacionamento provisório composto por 67 vagas; reestruturação das áreas do prédio dos JEFs, para melhor acomodação da Área Administrativa e COJEF; criação de Consultório Médico, além da substituição do piso das secretarias e resolução de anomalias do piso de acesso à garagem; execução dos serviços de correção de infiltrações e pontos de alagamento, bem como execução de reforma no arquivo judicial no prédio dos Juizados Especiais Federais;

⇒ Implantação e melhorias de sistemas e programas na área de tecnologia da informação, a saber: instalação de novos equipamentos de armazenamento, processamento e ativos de rede no Centro de Processamento de Dados do edifício-sede e no prédio dos JEFs e TRs, assim como nas Subseções; substituição dos micros de configuração obsoleta, assim como impressoras defeituosas, além de instalação de scanners de produção e monitor adicional, com vistas a atender às demandas dos novos sistemas instalados;

⇒ Realização do mutirão de conciliação dos processos relativos ao Sistema Financeiro da Habitação - SFH, no período de 16/3 a 19/4/2011, com 300 acordos e apoio do CNJ, CJF e EMGEA;

⇒ Implantação do Processo Digital e-Jur na SJBA, no período de 19 a 30/9/2011;

⇒ Realização do mutirão de audiências do JEF na Subseção Judiciária de Feira de Santana, no período de 21 a 25/2/2011. Levou-se a julgamento cerca de 1.700 processos. Ao final de cinco dias de trabalho, foram colhidas 2.400 oitivas (depoimentos pessoais e

testemunhas) e homologados 748 acordos, pelos dez juízes federais participantes do mutirão, chegando-se a, aproximadamente, 2 milhões de reais em requisições de pagamento expedidas;

⇒ Realização de JEF itinerante nas cidades de Saubara e Santo Amaro. Foram ouvidas mais de 950 pessoas e atermados 409 pedidos. Em Santo Amaro, foram sentenciados 401 processos: 49 procedentes, 101 acordos, 173 improcedentes e 70 extintivos, o que resultou no montante de R\$ 572.689,10, oriundos de acordos. Em Saubara, foram sentenciados 125 processos: 22 procedentes, 30 acordos, 52 improcedentes e 20 extintivos, totalizando R\$177.961,30, oriundos de acordos realizados;

⇒ Realização do mutirão de audiências na Subseção Judiciária de Campo Formoso, nos períodos de 28/3 a 2/4/2011 e 23/5 a 3/6/2011. No primeiro, foram realizadas 2.537 audiências, com 64,1% de acordos, gerando R\$ 9.540.168,79 em RPVs expedidas e no segundo mutirão foram julgados 1.070 processos que não dependiam de audiências e versavam sobre amparo assistencial, auxílio-doença, aposentadoria por invalidez, por idade e por contribuição;

⇒ Instalação da Subseção Judiciária de Irecê, em 30/6/2011, composta de Vara Única, que terá competência geral e de Juizado Especial Federal Adjunto Cível e Criminal, com jurisdição sobre 33 municípios e cerca de 500 mil pessoas;

⇒ Inauguração da 2ª Vara Federal de Feira de Santana, em 15/7/2011, com jurisdição sobre 52 municípios;

⇒ Instalação da Subseção Judiciária de Teixeira de Freitas, integrada por Vara Federal Única, com jurisdição, além de Teixeira de Freitas, nos seguintes Municípios: Itamaraju, Prado, Nova Viçosa, Caravelas, Lajedão, Itanhém, Medeiros Neto, Ibirapuã, Vereda, Alcobaça e Mucuri, em 16/12/2011.

Seção Judiciária do Distrito Federal

⇒ Melhorias nas instalações físicas do Núcleo de Administração Financeira e Patrimonial e instalação do grupo de gerador no edifício Cabo Frio, onde existem varas especializadas em Direito Penal, de Execução Fiscal e do JEF, além de áreas da Administração da SJDF e do TRF 1ª Região, bem como instalação de plataforma elevatória no auditório do Ed. Sede I;

⇒ Instituição do Programa de Acessibilidade da SJDF, por meio da Portaria Diref-213, de 25/3/2011, o qual tem como diretrizes promover medidas para facilitar o acesso da

pessoa deficiente às edificações da Seção, bem como priorizar o atendimento, inclusive facilitando o acesso à informação impressa e eletrônica, dentro das possibilidades de software de leitura, transcrição em braile e de gravação em áudio visual. Como parte das ações do Programa de Acessibilidade, houve distribuição de exemplares em braile da Constituição Federal às unidades da Casa;

⇒ Realização da I Semana da Conciliação da Justiça Federal do DF, no período de 27/6 a 1º/7/2011, resultando em 228 audiências, atingindo 80,37% de conciliação em processos relacionados ao Sistema Financeiro da Habitação (SFH). Os acordos somaram R\$ 5.438.877,95 do total de, aproximadamente, 26 milhões em dívidas apresentadas em juízo;

⇒ Realização da II Semana de Conciliação da Justiça Federal do DF, quando foram julgados 164 processos referentes ao Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e administrados pela EMGEA, alcançando índice de 75% de acordos. O valor das dívidas propostas nas audiências superou o valor de R\$ 20 milhões, dos quais foram negociados cerca de R\$ 5,8 milhões. As audiências aconteceram na SJDF, no período de 19 a 23/9/2011;

⇒ Realização do mutirão de execuções fiscais, no período de 24 a 27/10/2011, em parceria com a Procuradoria-Geral do DF e com o CNJ. Na ocasião foram efetuadas 39 audiências, com 100% de acordos homologados e mais de R\$ 146 mil em valores recuperados;

⇒ Promoção de conciliações em processos judiciais relativos a contratos do Sistema Financeiro de Habitação (Resolução Presi 100-14, de 25/5/2005), com 298 audiências realizadas, que resultaram em 230 acordos, obtendo 77,18% de índice de acordo, que somaram R\$ 19.608.981,00. Em processos de execução fiscal, foram realizadas 134 audiências, obtendo 128 acordos, com índice de 95,52%, que somaram R\$ 818.589,18.

Seção Judiciária de Goiás

⇒ Execução dos serviços de adaptação, reforma e modernização das instalações dos edifícios das Subseções Judiciárias de Formosa, Jataí e de Uruaçu, e no edifício onde funcionarão os JEFs na Seccional;

⇒ Instalação de leitores, computadores e scanners; recebimento de bens doados pelo CNJ (micros, nobreaks e scanners); instalação e ativação do Grupo Gerador na

Seccional; instalação e ativação do CPD das Subseções; implantação do e-Admin; aquisição de switches de borda para as novas Varas; ativação dos *no-breaks* de 15 KVA que atendem os CPDs de Goiânia, Anápolis, Aparecida, Luziânia e Rio Verde;

- ⇒ Instalação da Vara da Subseção Judiciária de Jataí, em 20/6/2011;
- ⇒ Instalação da 15ª Vara Federal do JEF na Seccional, em 21/6/2011, que atenderá 13 municípios vizinhos, quais sejam: Aporé, Caiapônia, Chapadão do Céu, Doverlândia, Itajá, Itarumã, Lagoa Santa, Mineiros, Perolândia, Portelândia, Santa Rita do Araguaia, Serranópolis e Palestina de Goiás;
- ⇒ Realização, no período de 26 a 30/9/2011, da segunda etapa do Mutirão da Conciliação do SFH, quando foram realizadas 306 audiências, homologados 104 acordos, cujo percentual alcançou 71,72%, e negociados valores no montante de R\$ 4.095.672,79;
- ⇒ Realização de mutirão de audiências, em novembro, com 167 audiências, sendo homologados acordos em 52,85% dos processos, totalizando mais de R\$ 2 milhões em créditos recuperados pela CEF. Com o resultado obtido nesta edição do mutirão, o Estado cumpriu a meta estabelecida pelo CNJ de firmar 749 acordos em 2011;
- ⇒ Realização de três mutirões na Subseção Judiciária de Jataí, que alcançaram total de 308 conciliações obtidas de 450 audiências realizadas;
- ⇒ Realização no JFF Adjunto da Subseção Judiciária de Rio Verde da semana de conciliação previdenciária, com 204 processos de aposentadoria rural por idade, no período de 28/3 a 1º/4/2011, resultando na efetivação de 98 acordos;
- ⇒ Participação da Subseção Judiciária de Uruaçu na campanha "CPF Legal", realizado em junho/2011, por meio de mutirão de conciliação de processos de execução fiscal que envolviam dívidas de pequeno valor (até R\$10.000,00). Houve acordo em 80% dos processos, representando cerca de 10% do acervo de executivos fiscais em tramitação na Subseção, contribuindo para a regularização do CPF de vários cidadãos e a reinclusão sócio-econômica dessas pessoas, além de ajudar na desobstrução do judiciário federal;
- ⇒ Realização mensal de Mutirões do JEF da Subseção Judiciária de Uruaçu nos quais ocorrem audiências de conciliação, instrução e julgamento de processos previdenciários, com julgamento de mais de 150 processos;
- ⇒ Firmamento de parcerias e convênios, destacando-se:
 - Parceria da Subseção Judiciária de Jataí com a Procuradoria Federal, Gerência Executiva do INSS, Agência Local do INSS e Prefeitura Municipal a fim de viabilizar a

realização de mutirão de audiências previdenciárias com implantação imediata dos benefícios;

- Intercâmbio de informações da Subseção Judiciária de Luziânia com a Central de Perícias da Seção Judiciária do Distrito Federal para cadastramento de profissionais que atendessem a áreas específicas, para as quais não existem profissionais médicos habilitados no Município.

Seção Judiciária do Maranhão

⇒ Instalação do sistema de processo digital e-Jur, em 14/2/2011. No primeiro momento, foram virtualizados os mandados de segurança e ações monitórias. Para as demais classes processuais, a virtualização dar-se-á de forma gradativa. Por ocasião da implantação do sistema, fora disponibilizado treinamento aos Juízes e servidores das varas alcançadas;

⇒ Realização, no período de 14 a 26/3/2011, do mutirão audiências de conciliação, instrução e julgamento nos processos da SJMA, julgando os processos associados a 7^a e 9^a Vara do JEF. O esforço concentrado contou com a participação de 28 magistrados. Foram selecionados 12.095 processos virtuais de matéria previdenciária, que geraram o pagamento de R\$ 36.404.989,27 em benefícios previdenciários expedidos em RPVs;

⇒ Realização do mutirão de audiências do JEF da Subseção Judiciária de Imperatriz, no período de 2 a 7/5/2011. O esforço concentrado contabilizou 3.414 audiências realizadas, sendo proferidas 3.323 sentenças, incluindo nesse montante 2.688 processos julgados, gerando em torno de R\$ 4.000.000,00 em RPVs;

⇒ Realização do mutirão de audiências do JEF na Seccional, no período de 9 a 21/5/2011, tendo sido realizadas 6.910 audiências no âmbito da 9^a Vara Federal das quais resultaram 5.305 acordos (77%) e expedidas 4.331 Requisições de Pequeno Valor. No âmbito da 7^a Vara Federal foram realizadas cerca de 3 mil audiências, com percentual de acordo em torno de 70% e expedidas perto de 1.500 Requisições de Pequeno Valor. No total das Varas Federais indicadas, o montante de recursos alcançou a cifra de 36 milhões de reais. Nesse mutirão, houve integração de diversos órgãos públicos que, em suas áreas específicas, impactaram diretamente o jurisdicionado com as ações sociais respectivas, e realização de, aproximadamente, 1.800 atendimentos nas áreas de audiometria, nutrição, aferição de pressão arterial e vacinação. Destaca-se a participação da Secretaria Municipal

de obras, Exército, Polícia Militar, UFMA, SESI, Instituto Florence, Centro Integral à Saúde do Idoso, CAISI, APAE, SENAC, além de outros;

⇒ Instalação da 10ª Vara Federal na Seccional, especializada em JEF, em 28/6/2011, proporcionando a redistribuição do acervo virtual então existente nas 7ª e 9ª Varas, contribuindo, assim, para tornar mais célere a tramitação processual;

⇒ Realização de mutirão de audiências da JFMA em processos do Sistema Financeiro da Habitação, com 240 audiências realizadas, 75% de acordos firmados e mais de R\$ 6 milhões de reais negociados. No caso das situações pré-processuais, o número de acordos homologados atingiu 89% com apenas 3 ausências e cerca de R\$ 750.000,00 negociados;

⇒ Realização de audição operacional na SJMA, em novembro, e de correição geral ordinária na Subseção Judiciária de Caxias, no período de 21 a 30/11/2011.

Seção Judiciária de Mato Grosso

⇒ Melhoria das instalações físicas, entre as quais, destacam-se: conclusão da obra do novo Arquivo Judicial; serviços de execução da obra referente ao segundo pavimento do prédio sede da Subseção de Rondonópolis; obra da futura sede da Subseção de Cáceres; serviços de acessibilidade para deficientes auditivos e visuais nos edifícios da SJMT em Cuiabá e Rondonópolis; reorganização do espaço físico da Seção de Benefícios Sociais, para atender às novas pessoas lotadas e novos serviços que serão prestados; implantação do Programa 5 Sensos da Qualidade na SJMT; execução do projeto de engenharia de segurança no trabalho existente para implantação de Brigada de Incêndio no edifício da Seccional; melhoria das instalações físicas do JEF;

⇒ Realização na Seccional, em 3/3/2011, da 1ª audiência por videoconferência, que teve como objetivo a instrução da ação penal com réu preso;

⇒ Realização de correição ordinária, no período de 30/5 a 10/6/2011, na Seccional e nas Subseções Judiciárias de Cáceres, Diamantino, Rondonópolis e Sinop;

⇒ Realização do mutirão de audiências de conciliação na Seccional, no período de 12 a 16/9 e de 30/11 a 2/12/2011, com realização de 311 audiências e percentuais de acordo de 77,65% no 1º período e 61,62 % no 2º período. Os valores acordados totalizaram R\$ 6.070.471,62, tendo sido discutidos em audiência o total de R\$ 22.964.595,44;

⇒ Realização do JEF Itinerante no município de São José do Rio Claro, com participação de 10 municípios circunvizinhos. Foram atendidas 1.100 pessoas e ajuizadas

725 ações. Houve a realização de 657 audiências, 571 perícias médicas e 373 perícias socioeconômicas, proferidas 699 sentenças e 200 conciliações homologadas;

⇒ Instalação da Vara Única da Subseção Judiciária de Barra do Garças, em 4/11/2011, com competência geral, inclusive para examinar processos cíveis e criminais dos Juizados Especiais Federais. A jurisdição da vara abrange 31 municípios.

Seção Judiciária de Minas Gerais

⇒ Obras do imóvel de Contagem e assinatura de contrato de locação do imóvel que abrigará a nova Subseção de Muriaé;

⇒ Implantação do sistema Malote Digital, consistindo em instalação, cadastro de usuários e suporte técnico. A iniciativa visa atender a Resolução 100/2009 do CNJ, que dispõe sobre a introdução da correspondência digital no âmbito do Poder Judiciário, em observância, ainda, à Meta 10, segundo a qual 90% da comunicação oficial entre os órgãos do Judiciário deverá ser feita por meio eletrônico;

⇒ Realização do mutirão de audiências do Sistema Financeiro da Habitação - SFH na Seccional, no período de 6 a 15/6/2011, que resultou em 404 audiências, com 169 acordos homologados, representando um saldo de 40% de acordos e mais de 9 milhões de reais em valores negociados. Além dos contratos do SFH ativos, foram contemplados, em 2011, aqueles cujos imóveis já foram arrematados na fase de execução extrajudicial e, por isso, estão sendo objeto de discussão judicial. Nesses casos, foi negociada a possibilidade de recompra, em condições especiais e com descontos, por parte dos antigos proprietários. Para essa modalidade foram destinados 64 contratos;

⇒ Promoção, pela 3ª Turma Recursal de Minas Gerais, entre os meses de julho e agosto de 2011, em ação conjunta da Cojef e da CEF, da análise de 180 recursos inominados referentes aos anos de 2006 a 2010, que aguardavam julgamento, objetivando a redução do acervo por intermédio de avaliação da possibilidade de desistência dos recursos inominados interpostos pela CEF ou nova oportunidade conciliatória pela referida instituição. O esforço resultou na resolução de 25% do acervo;

⇒ Realização do mutirão de conciliação do Sistema Financeiro da Habitação – SFH na Seccional, no período de 22/8 a 2/9/2011. Foram realizadas 293 audiências, com 155 acordos homologados. O total de valores negociados superou R\$ 9 milhões;

⇒ Implantação do Serviço de Cumprimento de Julgados (SCJ), por meio da Portaria Presi/Coger/Cojef 600-324, de 13/10/2011, o qual teve por objetivo "concentrar esforços para a satisfação de créditos, entrega rápida e efetiva da prestação jurisdicional e baixa de processos julgados" nas varas dos JEFs da SJ/MG. O prazo de vigência do Serviço foi prorrogado até o dia 19/12/2011 (Portaria/Presi/Coger/Cojef 600-234, 13/10/2009), atingindo a meta proposta e contribuindo significativamente para a extinção dos processos físicos ainda pendentes de plena efetivação. Assim, até 30/7/2011, foram recebidos 29.656 processos, no SCJ. Desse total, foram expedidos 21.423 RPVs (Requisições de Pequeno Valor), representando montante de R\$ 251.413.353,60 pagos aos jurisdicionados dos JEFs. Ao final, foram finalizados e arquivados definitivamente 23.752, tendo sido devolvidos para as varas dos JEFs apenas 3.876 processos na fase de execução;

⇒ Participação na 6ª Semana Nacional de Conciliação no Estado de Minas Gerais, no período de 22 a 30/11/2011, que reuniu a Justiça Federal de 1º Grau em Minas Gerais, o Tribunal de Justiça/MG e o Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região e terminou com saldo de 265 audiências de conciliação relativas aos processos do Sistema Financeiro de Habitação atingindo total de 56,60% de acordos e arrecadação de R\$ 8.821.779,44;

⇒ Realização do mutirão de audiências do JEF da Subseção Judiciária de Passos, no período de 31/1 a 4/2/2011;

⇒ Realização de correições gerais ordinárias nas seguintes Subseções Judiciárias: Uberlândia, Uberaba, Patos de Minas, São Sebastião do Paraíso, Pouso Alegre, Passos, Lavras, Varginha e São João Del Rei, no período de 14 a 25 de março; Montes Claros, Ipatinga, Teófilo Otoni, Governador Valadares e Juiz de Fora, no período de 1º a 15/4/2011; e Unaí e Paracatu, no período de 18 a 19/4/2011;

⇒ Instalação da 4ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Uberlândia, em 25/3/2011, incumbida de processar e julgar os feitos cíveis e criminais de competência dos JEFs (Lei 10.259/2001);

⇒ Realização do JEF Itinerante na cidade de Peçanha, no período de 4 a 9/4/2011, que tem jurisdição sobre mais 21 municípios vizinhos. Ao todo, foram instruídas e julgadas 1.792 ações judiciais que tiveram por objeto prestações de natureza previdenciária e assistencial, em sua grande maioria, proposta por trabalhadores rurais. Dentre elas: 1.093 foram julgadas procedentes; 371 improcedentes; 95 ações extintas sem resolução do mérito e 238 processos conclusos para sentença;

⇒ Realização de mutirão de conciliação, no período de 1º a 15/4/2011, no JEF de Uberaba, em parceria com o INSS. Foram analisados 445 processos conclusos para

sentença, o que resultou em 161 acordos homologados, gerando economia de mais de meio milhão de reais para os cofres públicos;

⇒ Instalação da 2ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Montes Claros, em 29/4/2011, que terá competência geral e juizado especial adjunto, civil e criminal e inauguração da 2ª Vara Federal de Ipatinga, em 22/9/2011, que, além de ter competência geral, funcionará como JEF adjunto cível e criminal;

⇒ Instalação das seguintes Subseções Judiciárias: de Munhuaçu, no dia 14/6/2011, com competência geral e JEF Adjunto Cível e Criminal, com jurisdição em Abre Campo, Alto Caparaó, Alto Jequitibá, Caiana, Caparaó, Caputira, Carangola, Caratinga, Chalé, Conceição de Ipanema, Divino, Durande, Espera Feliz, Ipanema, Lajinha, Luisburgo, Manhuaçu, Manhumirim, Martins Soares, Matipo, Mutum, Orizânia, Pedra Bonita, Piedade de Caratinga, Pocrane, Reduto, Santa Bárbara do Leste, Santa Margarida, Santa Rita de Minas, Santana do Manhuaçu, São João do Mantimento, Sericita, Simões, Taparuba e Vermelho Novo; de Contagem, em 30/6/2011, com duas varas especializadas em JEFs, para atender a população local e os municípios de Betim, Igarapé, Juatuba, Mateus Leme e São Joaquim de Bicas; e de Muriaé, em 23/9/2011, que funcionará como JEF Adjunto Cível e Criminal e tem competência geral, com jurisdição, além de Muriaé, nos municípios de Antônio Prado de Minas, Astolfo Dutra, Barão de Monte Alto, Cataguases, Dona Euzébia, Eugenópolis, Estrela Dalva, Faria Lemos, Fervedouro, Itamarati de Minas, Laranjal, Leopoldina, Miradouro, Mirai, Palma, Patrocínio de Muriaé, Pedra Dourada, Pirapetinga, Recreio, Rosário de Limeira, Santana de Cataguases, São Sebastião Vargem Alegre, São Francisco do Glória, Tombos e Vieira;

⇒ Realização do projeto Perícia Itinerante, lançado pela Coordenação do JEF de Belo Horizonte, o qual teve como objetivo a realização de perícias no interior do Estado com médicos da Central de Perícias de Belo Horizonte, nas seguintes Subseções Judiciárias: de Divinópolis/MG, no período de 28 a 30/6/2011, envolvendo as duas varas da subseção e teve como resultado a realização de 277 perícias; de Montes Claros/MG, que realizou em junho e julho de 2011 cerca de 600 perícias; de Lavras/MG que concretizou 300 perícias, em junho, e 472, em setembro; e a Subseção de Paracatu/MG que realizou, entre 25 a 30/7/2011, 412 perícias médicas;

⇒ Realização do mutirão de perícias e audiências, no período de 8 a 12/8/2011, na Subseção Judiciária de Manhuaçu. Foram julgados 806 processos e realizados 314 acordos. Ao total, foram expedidas 635 requisições de pequeno valor (RPVs), que totalizam

R\$ 3.973.284,32. Foram efetuadas 750 perícias médicas, 108 perícias socioeconômicas e 708 audiências de instrução e julgamento;

⇒ Realização de mutirões de audiências dos JEFs nas seguintes Subseções Judiciárias:

- Subseção de Paracatu, no período de 12 a 15/9/2011: Foram realizadas 811 audiências, com 535 acordos, 68 sentenças procedentes, 142 sentenças improcedentes, 43 sentenças de extinção sem mérito, gerando em torno de 6 milhões de reais em RPVs expedidas;
- Subseção de Lavras, no período 17 a 21/10/2011: Foram realizadas 679 audiências em ações previdenciárias envolvendo o INSS, referentes a benefícios que dependem de comprovação de tempo de atividade rural. Foram feitos 400 acordos nas audiências realizadas, gerando a expedição de 401 requisições de pagamentos, no total de R\$ 5.015.473,63. Os magistrados proferiram 205 sentenças em processos que não obtiveram acordo, sendo que, no total, foram prestados 665 depoimentos das partes autoras e ouvidas 668 testemunhas;
- Subseção de Governador Valadares, no período de 28/11 a 2/12/2011: Foram efetuadas 104 audiências e 49 acordos, apresentando índice de 48% de sucesso obtido e totalizando R\$ 3.585.355,74 em valores negociados.

⇒ Realização de mutirões de conciliação e de audiências, referentes ao Sistema Financeiro da Habitação (SFH), nas seguintes Subseções Judiciárias: de Uberlândia, no período de 26 a 30/9/2011, com realização de 102 audiências, 49 acordos homologados, totalizando mais de R\$ 2 milhões em valores negociados; e de Uberaba, no período de 26 a 26/10/2011, com 77 audiências realizadas, 40% de acordos firmados e R\$ 2.579.767,78 movimentados;

⇒ Realização do mutirão de audiências na Subseção Judiciária de Uberlândia, no período de 21 a 24/11/2011. O critério para escolha dos feitos foi o objeto, sendo que, somente aqueles que visavam à concessão de aposentadoria por tempo de serviço rural, pensão por morte e auxílio doença, foram selecionados, gerando expedição Requisições de Pequeno Valor – RPV, no montante de R\$ 661.196,33;

⇒ Realização do 2º mutirão de perícias e audiências, no período de 21 a 25/11/2011, na Subseção Judiciária de Manhuaçu. Foram realizadas 689 audiências que geraram RPVs no valor de R\$ 3.762.303,68.

Seção Judiciária do Pará

- ⇒ Realização do mutirão de audiências na Seccional, em maio, acerca de questões do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), com realização de 20 audiências;
- ⇒ Realização da correição geral ordinária nas nove varas federais que funcionam em Belém e nas varas únicas instaladas nas Subseções da Justiça Federal dos municípios de Santarém, Altamira, Castanhal e Redenção, no período de 25/7 a 5/8/2011;
- ⇒ Realização de sessão de julgamento da Turma Regional de Uniformização de Jurisprudência dos JEFs da 1ª Região, em Belém, quando foram julgados 112 processos;
- ⇒ Participação da Semana Nacional de Conciliação, com realização de Mutirão de Audiências do Sistema Financeiro da Habitação, no período de 16 a 22/11/2011. Foram agendadas 112 audiências, que resultaram em 85 acordos fechados, com valor total de R\$ 5.038.783,61, o que equivale a 91,4% de índice de efetividade. Na 8ª Vara do JEF, foram realizadas 205 audiências com 105 acordos homologados;
- ⇒ Realização de mutirões de audiências no julgamento de processos do JEF, nas seguintes Subseções Judiciárias.
 - Subseção de Marabá, no período de 7 a 12/2/2011: Foram julgados 2.808 processos de matéria previdenciária, dos quais 1.848 tiveram acordos com efeitos retroativos, no valor de R\$ 10.124.060,24;
 - Subseção de Altamira, no período de 6 a 11/6/2011: Foram realizadas 1.363 audiências, com R\$ 6.853.503,33 em RPVs expedidas.
- ⇒ Inauguração da nova sede da Subseção Judiciária de Marabá e da 2ª Vara nessa Subseção, em 19/5/2011, com competência sobre todas as ações (cíveis, criminais e de execuções fiscais), de todas as classes e ritos que, direta ou indiretamente, versem sobre Direito Ambiental ou Agrário;
- ⇒ Inauguração da Vara da Subseção Judiciária de Redenção, em 20/5/2011, com competência geral e Juizado Especial Federal Adjunto cível e criminal;
- ⇒ Realização de mutirão de audiências, no período de 12 a 16/9/2011, com mais de 150 audiências nos processos de natureza previdenciária do JEF Adjunto da Subseção Judiciária de Redenção, resultando na homologação de 104 acordos;
- ⇒ Participação da Subseção Judiciária de Castanhal na Semana Nacional de Conciliação, com 224 audiências realizadas e 169 acordos efetivados. O total de RPVs expedidas foi de R\$ 493.177,70.

Seção Judiciária do Piauí

⇒ Realização dos seguintes mutirões de audiências no julgamento de processos dos Juizados Especiais Federais:

- Mutirão de audiências da 6ª Vara da SJPI, no período 1º a 5/8/2011, que resultou na homologação de 358 acordos, gerando R\$ 2 003 046,00 em valores negociados. A iniciativa foi repetida no período de 3/11 a 2/12/2011, com a realização de 175 audiências, com índice de acordo de 79%, tendo sido negociados cerca de R\$ 500 mil em benefícios. A iniciativa beneficiou pessoas de diversos municípios, tais como Corrente, Floriano e São Raimundo Nonato;
- Mutirão de audiências na Subseção Judiciária de Picos, no período de 19 a 24/9/2011, com 2.100 audiências. O percentual de acordos foi superior a 76% dos feitos e as requisições de pagamento alcançaram a cifra de R\$ 5,4 milhões de reais.

⇒ Realização de mutirão de audiências em processos referentes ao Sistema Financeiro da Habitação, no período de 22 a 26/8/2011, na Seccional, quando foram realizadas 141 audiências, com 78 acordos homologados, representando percentual de 55,32% de acordos, e mais de 3,5 milhões de reais em valores negociados;

⇒ Realização de mutirão de conciliação, no período de 28/11 a 2/12/2011. Foram realizadas audiências em Teresina e na Subseção Judiciária de Picos, com montante de R\$ 2.487.308,34 negociados. Foram julgados processos da CEF, em ações de contratos comerciais que tramitam em diversas Varas Federais do Piauí; de execuções fiscais em tramitação na 4ª Vara; de danos morais e materiais que tramitam nos JEFs; e dos processos previdenciários em tramitação nas 6ª e 7ª Varas Federais e na Subseção Judiciária Federal de Picos.

Seção Judiciária de Rondônia

⇒ Treinamento do corpo funcional, em março, com o objetivo de prepará-los para conhecer o funcionamento do sistema de processo digital e-Jur, que está sendo implantado na Seccional;

⇒ Realização do 1º JEF no Vale do Guaporé, no período de 8 a 12/8/2011. Foram ajuizados e apreciados 605 processos;

⇒ Realização da correição geral na Seccional e nas Subseções de Ji-Paraná e Guajará-Mirim, de 22 a 31/8/2011;

⇒ Realização em parceria com outros órgãos afins, no período de 8 a 12/8/2011, do primeiro mutirão do JEF no Vale do Guaporé, nos municípios de Costa Marques, São Francisco do Guaporé e São Miguel do Guaporé. Foram ajuizados e apreciados 605 processos. Também foi realizado na Seccional, no dia 9/12/2011, o mutirão de conciliação de processos do Sistema Financeiro da Habitação.

Seção Judiciária de Roraima

⇒ Instalação do sistema de processo digital e-Jur e treinamento do corpo funcional, com o objetivo de prepará-los para conhecer o funcionamento do sistema;

⇒ Melhorias das instalações físicas da Seccional com a aquisição de mobiliários e equipamentos de informática e reforma dos gabinetes. Foram adquiridos dois veículos comuns para o transporte de magistrados e servidores em serviço destinados às Varas Federais;

⇒ Realização do JEF Itinerante no Município de São Luís do Anauá que teve por objetivo atender aos jurisdicionados daquele município e circunvizinhanças. Houve a realização de acordo em 51,61% dos litígios. Nas ações restantes, 32,26% dos pedidos foram considerados improcedentes, 6% procedentes e 9,68% convertidos em diligências, em caráter excepcional e com a anuência de ambas as partes;

⇒ Realização da correição geral ordinária na Seccional, no período de 12 a 23/9/2011;

⇒ Realização do mutirão de conciliação do Sistema Financeiro da Habitação, em novembro, com a realização de 25 audiências entre mutuários e a CEF, onde foram efetuados 22 acordos, o que representa um índice de aproveitamento de 88%. De acordo com a Seccional, foram recuperados cerca de R\$ 1 milhão em valores.

Seção Judiciária de Tocantins

⇒ Instalação do sistema de processo digital e-Jur e treinamento do corpo funcional, em 27 de janeiro;

⇒ Realização da correição geral ordinária na Seccional e na Subseção Judiciária de Araguaína, no período de 7 a 11/2/2011;

⇒ Inauguração da Subseção Judiciária de Gurupi, em 22/6/2011, sendo beneficiados 80 mil habitantes da região e outros 200 mil, de 35 municípios vizinhos;

- ⇒ Realização do mutirão de audiências do JEF da Subseção Judiciária de Araguaína, no período de 27/6 a 2/7/2011. Foram julgados 823 dos 1.171 processos selecionados para julgamento, demonstrando percentual de êxito/acordo da ordem de 70%. Por fim, foram injetados R\$ 1.664.044,01 em recursos financeiros na econômica local por intermédio da expedição de 414 RPVs, além dos benefícios previdenciários que serão pagos mensalmente aos segurados da Previdência Social;
- ⇒ Realização do mutirão de audiências do JEF na Seccional, no período de 29/8 a 3/9/2011. Foram realizadas 1.737 audiências e serão pagos em benefícios previdenciários R\$ 7.583.384,28, referentes a valores retroativos;
- ⇒ Realização do mutirão de audiências na Subseção Judiciária de Gurupi, nos períodos de 12 a 16/9/2011 e 3 a 7/10/2011. Foram realizadas 501 audiências e emitidas Requisições de Pequeno Valor no total de R\$ 1.350.532,60;
- ⇒ Manutenção de convênio com DETRAN/TO, cujo objeto é possibilitar à Justiça Federal do Tocantins o acesso, via *extranet*, à base de dados daquele Departamento, inerente ao RENAVAM, com o fim de efetuar bloqueio de transferência e/ou licenciamento, desbloqueio, bloqueio de veículos *sub judice* e outros.

C) Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 2ª Região

A Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 2ª Região é composta por dois órgãos de 1ª Instância, que são as Seções Judiciárias dos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, e pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região, órgão de 2ª Instância, com sede na cidade do Rio de Janeiro.

A Jurisdição de 1º Grau da Justiça Federal da 2ª Região é exercida por 134^(*) Juízes Federais e 86^(*) Juízes Federais Substitutos, distribuídos em 104 Varas (86 no Rio de Janeiro e 18 no Espírito Santo), 30 Juizados Especiais Federais (27 no Rio de Janeiro e 3 no Espírito Santo) e 3 Turmas Recursais (2 no Rio de Janeiro e 1 no Espírito Santo).

(*) Fonte: Núcleo de Magistratura – NUMAG – TRF-2ª Região

A Jurisdição de 2º Grau é exercida por 27 Desembargadores Federais que compõem o TRF2R, estruturado, até dezembro de 2011, em 08 Turmas Especializadas, 03 Seções Especializadas e o Tribunal Pleno, integrando-o, ainda, a Escola de Magistratura Regional Federal – EMARF, destinada a promover cursos de preparação e aperfeiçoamento de Magistrados, e o Centro Cultural da Justiça Federal – CCJF, vinculado à Presidência do Tribunal.

Foram muitas as ações empreendidas no exercício de 2011, direcionadas aos segmentos das atividades finalísticas, as quais evidenciamos:

⇒ Instalação das seguintes Unidades Judicárias no Estado do Rio de Janeiro, atendendo uma população estimada de 8.202.291 habitantes: 2ª Vara de Duque de Caxias, 2ª Vara de Nova Iguaçu, 4ª e 32ª Vara do Rio de Janeiro e 2ª Vara de Itaboraí;

⇒ Edição dos seguintes atos administrativos, como iniciativas encampadas em prol das conciliações:

- Resolução n. 15, de 15/4/2011, que promoveu o ajuste na denominação do Gabinete de Conciliação para Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos - na estrutura da Presidência - e criação das Seções de Apoio, de Triagem e de Mutirão, ambas subordinadas ao Núcleo Permanente de Métodos Consensuais;
- Resolução n. 19, de 24/5/2011, que criou, na estrutura da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania e a Resolução nº 45, de 30/8/2011, que estruturou o Centro na Seção Judiciária do Espírito Santo. Vale salientar que a criação desses Centros revela o engajamento da JF2R com a simplificação dos ritos e com a resolução de conflitos por intermédio de mecanismos mais simples, ágeis e que resultem na conciliação entre as partes, a partir do uso de métodos pré-processuais. O empreendimento contempla política do Tribunal que está em consonância fina com a Resolução n. 125/CNJ, que prevê a criação de núcleos permanentes de conciliação e de centros judiciários para atender juizados e varas das áreas cível, fazendária, previdenciária e de família;
- Resolução n. 38, de 8/8/2011, que delegou ao Director do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do TRF2R competência para designar Juízes Federais para atuarem nos mutirões de conciliação, realizados no âmbito da 2ª Região. Em suma, o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos tem por escopo o processo pacífico da mediação como solução de conflitos, oferecendo aos jurisdicionados uma justiça ágil e eficiente, em cumprimento à orientação do Conselho Nacional de Justiça no que tange ao Movimento Nacional pela Conciliação;
- Provimento Conjunto n. 13, de 12/8/2011, pela Corregedoria Regional da Justiça Federal da 2ª Região e pelo Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do TRF2R, de modo a regulamentar o mutirão pré-processual de cobranças de anuidades da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB.

⇒ Firmamento de acordo de cooperação entre o TRF2R, o Conselho da Justiça Federal, o Conselho Nacional de Justiça, os demais TRFs, a Empresa Gestora de Ativos - EMGEA e a Caixa Econômica Federal - CEF, com vistas à realização de mutirão nacional de julgamentos de processos do Sistema Financeiro da Habitação - SFH, de forma a viabilizar o pagamento de perícias contábeis em relação aos mutuários hipossuficientes. Ressalta-se que a JFES foi a primeira seccional da Região Sudeste a cumprir a meta anual do CNJ de audiências designadas em mutirão, definida no referido acordo de cooperação (Sistema Financeiro da Habitação);

⇒ Realização de dez mutirões na Justiça Federal de 1º e 2 graus da 2ª Região, tendo sido celebrados 3.378 acordos, que correspondem a 63,46% do total das 5.323 audiências realizadas, envolvendo o montante de R\$ 66.104.926,57;

⇒ Vabilização de esforços das Unidades da Justiça Federal de 1º Grau da 2ª Região para a continuidade dos trabalhos relacionados com a implantação e a expansão das ações direcionadas para a virtualização dos autos. Na SJES a digitalização do passivo processual das Varas Federais da Capital obteve como resultado final a digitalização de um total de 4.032 processos do acervo, de 6.474 iniciais das Varas Federais comuns e de 16.634 iniciais dos Juizados Especiais Federais. No âmbito da SJRJ, teve início em 2011 o procedimento de expansão da digitalização do acervo de processos para as Varas Federais especializadas em execução fiscal, sendo que ao final do exercício três dessas Varas tiveram seus acervos totalmente digitalizados;

⇒ Digitalização, com exceção das varas com competência criminal, dos processos dos órgãos jurisdicionais da 2ª Região (incluindo varas, juizados e turmas recursais) que resultou, até 31/12/2011, em 386.792 processos eletrônicos na SJRJ e 61.243 na SJES. Com essa tecnologia, da petição inicial à sentença, todos os documentos são digitalizados e ficam disponíveis para consulta na página do Órgão;

⇒ Continuidade da utilização do Sistema de Assistência Judiciária Gratuita da 2ª Região (AJG) nas Unidades da JF2R, que visa ao gerenciamento da atuação dos advogados dativos e voluntários, peritos, tradutores, intérpretes e curadores, nomeados para atuarem nos autos que contam com a assistência judiciária gratuita. O sistema permite que, por meio do uso da Internet, realize-se o cadastramento, consultas diversas (como por exemplo: nomeações; solicitações de pagamento; pagamentos efetuados; comprovantes de rendimentos e outras), e ainda que tais profissionais optem por aceitarem as nomeações. Em 2011, o número de pessoas beneficiadas pela ação Assistência Jurídica a Pessoas Carentes foi superior ao planejado, graças, sobretudo, à valorosa e eficiente atuação dos

JEFs; à implantação do processo de virtualização dos autos; à expansão das atividades jurisdicionais através da interiorização da Justiça e à agregação da competência delegada. Ao todo, nas unidades da Justiça Federal de 1º e 2º graus da 2ª Região, foram atendidas 35.708 pessoas carentes, o que representa aproximadamente 180,61% do planejamento inicial de 12.725 beneficiados;

⇒ Utilização do Sistema de Intimação e Peticionamento Eletrônico, que permite a comunicação dos atos processuais (intimação e citação) de forma eletrônica, bem como que os procuradores, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público Federal cadastrados possam encaminhar petições intercorrentes de forma eletrônica, tudo por meio do acesso à Internet, o qual, atualmente, conta com 21 órgãos cadastrados. Na SJRJ a utilização desse sistema possibilitou, apenas no primeiro semestre de 2011, que 66% das petições intercorrentes referentes a processos eletrônicos fossem recebidas em meio digital;

⇒ Edição da Resolução n. T2-RSP-2011/00006, de 11/10/2011, pelo TRF2R, a qual implantou a Ouvidoria-Geral da Justiça Federal da 2ª Região, que servirá de canal de comunicação direta entre o TRF2R e os cidadãos, no sentido de ampliar a transparência dos atos praticados pelos magistrados e servidores no âmbito da Região, bem como da Resolução n. T2-RSP-2011/00007, de 11/10/2011, que instituiu a Coordenadoria de Apoio à Ouvidoria-Geral da Justiça Federal da 2ª Região – COAUGE, que garantiu a estrutura organizacional necessária ao funcionamento da Ouvidoria-Geral da Justiça Federal da 2ª Região;

⇒ Criação, de iniciativa da SJRJ, da Central de Cálculos cujo objetivo é imprimir celeridade à realização dos cálculos judiciais, com base na otimização dos recursos existentes, no espírito de cooperação e do trabalho em equipe. Sua criação foi motivo de artigo publicado no Jornal O Fluminense, de onde se extrai a seguinte opinião: "Há necessidade da adoção de medidas práticas e duradouras. A central é uma delas e os bons exemplos dos outros ramos do judiciário devem ser encampados";

⇒ Participação do TRF2R na "Ação Itinerante da Casa de Direitos da Cidade de Deus". A iniciativa resultou de uma parceria firmada entre o Conselho Nacional de Justiça, a Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro, o Ministério da Justiça e os Tribunais de vários ramos do Judiciário e tem como objetivo ampliar o alcance do atendimento, em especial, à população menos favorecida economicamente, difundir os direitos aos membros da Comunidade, propiciar a prestação de serviços, tais como a expedição de documentos oficiais, promovendo o resgate da cidadania;

⇒ Assinatura de Termo de Acordo e Cooperação do TRF2R com o CNJ, que prevê a participação da instituição no Projeto "Justiça Aqui", que constitui o 1º Centro Unificado do Judiciário do País, criado para atender os complexos da Penha e do Alemão na zona norte do Rio de Janeiro, com população aproximada de 500 mil moradores. O Projeto oferece, em um mesmo local, acesso do público a todos os ramos do Poder Judiciário, garantindo o pleno exercício da cidadania, colocando à disposição da população meios capazes e suficientes para concretização dos ideais de Justiça;

⇒ Firmamento de convênios com entidades, para fins do Programa de Penas Restritivas do Direito, destacando-se os firmados com a Associação Pestalozzi de João Neiva, Obra Social Cristo Rei, Casa de Apoio de Campo Grande, Associações de Pais e Amigos Dos Excepcionais – APAE de Cariacica, Lar Irmã Sheyla e Casa do Vovô Simeão, os quais possibilitam ao apenado a prestação de penas alternativas;

⇒ Realização dos seguintes leilões:

- XIII Leilão Unificado da Justiça Federal de 1º Grau, no Estado do Espírito Santo, no qual foram arrematados 6 bens, totalizando o valor de R\$ 1.191.265,50;
- Leilão isolado da 4ª Vara Federal de Execução Fiscal da SJES: a 1ª Praça em 13/09/2011, e a 2ª Praça, em 27/09/2011, com um montante total dos lances no valor de R\$ 134.035,00, ainda não integralmente arrecadado;
- Leilões isolados da 1ª Vara Federal de Execução Fiscal da SJES: o primeiro teve a 1ª Praça em 03/05/2011, e a 2ª Praça, em 17/05/2011. Já quanto ao segundo leilão, a 1ª praça ocorreu em 16/08/2011, ao passo que a 2ª se deu 30/08/2011. Quinze lotes foram a este leilão com 04 bens arrematados. O valor total arrecadado com os dois Leilões foi de R\$ 38.550,00.

⇒ Conclusão dos seguintes Projetos:

- Reforma do Prédio localizado à Rua Almirante Barroso, nº 78, Centro-RJ, destinado a abrigar as instalações da nova sede administrativa da Justiça Federal de 1º Grau do Estado do Rio de Janeiro, propiciando condições adequadas de infraestrutura aos servidores e demais usuários e a consequente melhoria dos serviços de apoio prestados à área fim da Justiça Federal. Essa mudança física permitiu a desocupação de grande parte dos imóveis que a área administrativa ocupava (prédios da Av. Rio Branco e da Av. Venezuela, ambos no Centro-RJ) onde, após promover melhorias na infraestrutura, a SJRJ pretende instalar novas Varas Federais;

- Construção da nova sede da Seção Judiciária do Espírito Santo, tendo em vista a execução da última etapa das obras civis (Etapa 5 – Automação e Segurança).
 - ⇒ Determinação, pela SJES, como importante e inovador passo no aspecto ambiental, de que os futuros editais para aquisição de pilhas, baterias e lâmpadas fluorescentes tragam cláusula que condicione as empresas à retirada, transporte, tratamento e destinação final dos produtos fornecidos, na forma do art. 33 da Lei n. 12.305/2010.

Diante de todas essas realizações fica evidenciado que, em face dos resultados obtidos com ações endereçadas à efetividade, como a atuação dos Mutirões de Conciliação, a participação expressiva no cumprimento de metas estabelecidas pelo CNJ e a observância ao rigoroso planejamento gerencial que inclui revisão constante dos processos de trabalho, a Administração constata a eficiência dos meios empregados e dispõe da certeza de que empreendimentos como a ampliação do Quadro de Pessoal, a construção da nova sede do TRF da 2ª Região, o acompanhamento e a implementação *pari passu* da evolução tecnológica, a interiorização da Justiça Federal na 2ª Região e a continuidade das ações voltadas às formas de pacificação dos conflitos são itens prioritários da Gestão.

D) Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 3ª Região

A Justiça Federal da 3ª Região é composta pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região (UO 12104) e Seções Judiciárias de São Paulo e de Mato Grosso do Sul (UO 12101). O TRF3R encontra-se sediado na cidade de São Paulo e tem jurisdição sobre os Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul, exercida por 43 Desembargadores Federais vitalícios, que integram 10 Turmas, 3 Seções, o Órgão Especial e o Plenário.

A SJSP é constituída por 176 Varas Federais e 20 JEF Cíveis Autônomos, constituídos de 35 Varas-Gabinetes (modalidade padrão), 03 unidades descentralizadas, 79 Juizados Criminais Adjuntos; 05 Turmas Recursais e 01 Turma Regional de Uniformização. A SJMS possui 16 Varas Federais e 02 JEF Cíveis autônomos, estruturados em Varas-Gabinete (modalidade padrão); 47 Juizados Criminais Adjuntos e 01 Turma Recursal. Há, na JF3R, 434 cargos de Juízes Federais criados, estando 332 providos e 102 vagos.

Em conformidade com o Planejamento Estratégico para o quinquênio de 2010/2014, aprovado pela RES Plenário/TRF3R n. 86/2009, e com o Mapa Estratégico da JF (RES CJF n. 73/2009), a JF3R, que tem por missão garantir à sociedade uma prestação jurisdicional acessível, rápida e efetiva, vem-se empenhando na conquista da concretização do acesso à

justiça, cujo resultado comprova-se pelo expressivo número de processos julgados no exercício de 2011, qual seja, 773.480 processos, representando aumento de 3,53% em relação ao exercício de 2010 e 14,40% em comparação com o exercício de 2009 (Fonte: AEGE). Nesse mister, tem dado primazia a ações de incremento da estrutura organizacional e aquelas voltadas à oferta de uma prestação jurisdicional que atenda aos anseios da sociedade, destacando-se entre os projetos e atividades voltados ao atingimento dos objetivos do Planejamento Estratégico:

⇒ **MUTIRÃO "JUDICIÁRIO EM DIA"**

- Participação no mutirão "Judiciário em Dia", iniciativa do TRF3R, em parceria com a Corregedoria Nacional de Justiça, do CNJ, e com a Corregedoria-Geral da Justiça Federal, do CJF, sob a coordenação daquela, encerrou seus trabalhos em 20 de setembro de 2011 com a marca de 84.191 processos julgados no período de 13/09/2010 a 19/09/2011, cumprindo as metas 2/2009 e 2/2010 do CNJ, de redução do acervo dos processos que ingressaram no tribunal até 31 de dezembro de 2006. O mutirão, implantado no TRF3R, inaugurou um novo modelo de gestão na administração dos processos, atuando em duas frentes: gestão de processos (PJ-e) e gestão de pessoas, mediante fortalecimento das equipes de juízes e manutenção de estrutura mínima de secretaria, cujas tarefas foram compartilhadas com as subsecretarias de turmas. A utilização efetiva do Sistema de Gestão Eletrônica de Documentos Processuais permitiu a discussão prévia do processo, diminuindo o tempo das sessões de julgamento;
- Criação do processômetro, indicador virtual localizado no site www.trf3.jus.br, na internet, que demonstra, em tempo real, a quantidade de processos julgados, assegurando, assim, transparéncia ao trabalho desenvolvido, em benefício direto aos jurisdicionados da JF3R.

⇒ **JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS**

- Aumento da produtividade dos JEFs da JF3R, aliado à diminuição do número de processos distribuídos (11% de 2009 para 2010 e 6% de 2010 para 2011), com redução de 17% dos processos em tramitação, no exercício de 2011 (253.622 processos), quando comparado ao exercício de 2010 (306.362) e, em 24%, em relação ao exercício de 2009 (332.343);
- Implementação do sistema de gerenciamento de filas, aumentando a eficiência na gerência e administração das respectivas unidades e agilizando o atendimento presencial aos jurisdicionados;

- Realização de três mutirões da Cidadania (PROV CJF3R n. 325, 329 e 332/2011);
- Realização de força-tarefa, tendo por escopo o treinamento e aperfeiçoamento dos servidores das unidades dos JEF da JF3R.

⇒ **GESTÃO AMBIENTAL**

- Organização, pela Comissão de Gestão Ambiental da JF3R, do Manual de Utilização Racional de Recursos Naturais e Materiais de Consumo;
- Campanha de coleta de lâmpadas fluorescentes;
- Disponibilização de papéis recicláveis, relativos à eliminação de processos findos, às cooperativas de catadores de lixo, contribuindo para a promoção da inclusão social e preservação do meio ambiente (RES CJF n. 23/2008);
- Inauguração do novo prédio da Subseção Judiciária de São José dos Campos, o primeiro projetado pela Justiça Federal que, além de totalmente adaptado à Lei n. 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, possui iniciativas de preservação ambiental, tais como o aproveitamento da iluminação natural, sistema de reutilização de águas pluviais e coleta seletiva de lixo;
- Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental nas licitações: RP 05/2011 (*post it* em papel reciclado não clorado); PE 32/2011 (impressão frente e verso); PE 41/2011 (ar condicionado tipo *split*, exigência de gás ecológico e selo Procel A); RP 44/2011 (papel reciclado, exigência de selo FCS ou CERFLOR e certificação ambiental); RP 54/2011 (corretivo líquido à base de água e tinta para carimbo sem óleo); RP 56/2011 (caneta esferográfica com tinta a base de corantes orgânicos); RP 62/2011 (divisórias em madeira aglomerada); RP 67/2011 (solução de cabeamento estruturado – constituído com no mínimo 70% de material reciclado).

⇒ **PROGRAMA DE CONCILIAÇÃO** (Fonte: Gabinete da Conciliação TRF3R)

- Instalação das Centrais de Conciliação nas cidades de São Paulo e de Campinas (Portarias n. 43/2011 do Juiz Federal Diretor da 5ª Subseção Judiciária e 52/2011 da Diretoria do Foro da SJSP), mostrando uma nova face da Justiça, com o propósito de fornecer resposta rápida às demandas, reduzir o tempo de tramitação processual e propiciar uma possibilidade única de solução compartilhada do litígio;
- Institucionalização da função do conciliador responsável pela realização de audiências de tentativa de conciliação e normatização do procedimento do Programa

de Conciliação como método de prevenção e solução consensual de conflitos (RES CA/TRF3R n. 423 e 430/2011);

- Treinamento de conciliadores leigos por meio do curso “Capacitação em Métodos Consensuais de Solução de Conflitos”, promovido pela EMAG (Escola de Magistrados da Justiça Federal da 3ª Região);
- Ampliação do leque de matérias, envolvendo processos de execução fiscal; dos Conselhos regulamentadores de profissões e de contratos da carteira comercial da CEF (empréstimos de pessoas físicas e jurídicas);
- Utilização do GEDPRO (Sistema de Gestão Eletrônica de Documentos Processuais) nas audiências de conciliação, com atualização imediata do andamento processual, e agilização das intimações nos processos versando sobre SFH, por meio do aplicativo SPEe, processado pela ECT (Empresa de Correios e Telégrafos);
- Realização de Mutirão de Conciliação, em setembro de 2011: 635 processos pautados envolvendo contratos para aquisição da casa própria e 253 acordos, com recuperação de créditos, pela CEF, no valor de R\$ 11.798.651,43;
- Realização da Semana Nacional de Conciliação em dezembro de 2011: 905 audiências designadas e 734 realizadas, resultando em 384 acordos. Arrecadou-se em acordos de processos do SFH, R\$ 8.570.398,49;
- Em 2011 o TRF3R figurou no ranking nacional como um dos Tribunais mais avançados na prática da conciliação do país, recebendo menção honrosa do CNJ, em reconhecimento à qualidade técnica das suas práticas autocompositivas.

⇒ Implantação do sistema de Processo Judicial Eletrônico (PJ-e) de 1º e 2º graus da Justiça Federal da 3ª Região (RES PRES/TRF3R n. 250, 260 e 264/2011), em 172 das 241 unidades judiciais da 3ª Região para o ingresso de novos feitos e em 100% dos Juizados Especiais Federais e Turmas Recursais (Fonte: Justiça Federal de São Paulo em 20-12-2011);

⇒ Implantação da primeira etapa do Processo Administrativo Eletrônico, voltada para registro, produção e tramitação de documentos, atos e processos administrativos, com a adoção do Sistema Integrado de Gestão Administrativa - SIGA (RES PRES/TRF3R 267/2011);

⇒ Disponibilização pelo TRF3R, desde 22/3/2011, de consulta processual via mobile, por meio de telefones celulares com acesso à internet;

⇒ Implantação dos Sistemas Hermes – Malote Digital e SICOM (Sistema de Comunicações da 3ª Região), proporcionando economia, celeridade e eficiência às

comunicações oficiais recebidas e emitidas, desonerando a União dos custos inerentes aos serviços de envios de documentos físicos. O treinamento para utilização do sistema foi feito por EAD – Educação a Distância;

- ⇒ Desenvolvimento de aplicativo para transmissão de ofícios requisitórios (precatórios e requisições de pequeno valor) em lote;
- ⇒ Implantação da certidão de distribuição, *on line*, na JFMS;
- ⇒ Implementação de solução de gestão documental no TRF3R, voltada à produção e reprodução de documentos em meio físico e digital;
- ⇒ CONVÉNIOS, PARCERIAS E ACORDOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA
 - Secretaria da Administração Penitenciária de São Paulo (convênio). Objeto: conjugação de esforços para implantação e execução continuada do Programa Integrado de Penas e Medidas Alternativas da Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania, mediante a disponibilização de vagas para prestadores de penas e medidas alternativas no TRF3R e SJSP;
 - Prefeituras Municipais de São João da Boa Vista/SP; Mogi das Cruzes/SP; Araraquara/SP; Caraguatatuba/SP; Araçatuba/SP; Assis/SP e Registro/SP (acordos). Objeto: atendimento da Lei nº 12.011/2009, que dispõe sobre a criação de 230 (duzentas e trinta) Varas Federais, destinadas à interiorização da JF de primeiro grau e à implantação dos JEFs no País;
 - Prefeitura Municipal de São João da Boa Vista/SP (acordo). Objeto: edificação da sede da Justiça Federal no Município de São João da Boa Vista/SP;
 - Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul (acordo). Objeto: troca de dados e informações por meio eletrônico (PJ-e);
 - Escola Superior de Administração de Marketing e Comunicação e JFSP (acordo). Objeto: cooperação mútua na implementação de serviço de voluntariado no Fórum Central de Campinas, por meio de estágio não remunerado no serviço de mediação e conciliação de estudantes regularmente matriculados, a partir do 4º ano do Curso de Direito da FSAMC;
 - Sociedade Padre Anchieta de Ensino Ltda. (acordo). Objeto: implementação do serviço voluntário nas unidades interessadas da JF3R, por meio de estágio não remunerado de estudantes regularmente matriculados;

- TRF2R (acordo). Objeto: troca de dados e informações e utilização dos recursos materiais e humanos destinados à implantação do Projeto Processo Judicial Eletrônico (PJ-e);
- TRF2R (acordo). Objeto: conjugação de esforços para utilização, manutenção e desenvolvimento evolutivo do Sistema Integrado de Gestão Administrativa - SIGA, a ser utilizado para a criação, movimentação e gerenciamento dos documentos e processos administrativos;
- TRFs, Corregedoria Nacional de Justiça, Corregedoria-Geral da JF e Empresa Gestora de Ativos - EMGEA (acordo). Objeto: compromisso da EMGEA em arcar com as despesas das perícias contábeis nos processos do SFH, em relação às partes hipossuficientes.

⇒ Recepção na Ouvidoria Geral da JF3R, no ano de 2011, de 713 manifestações válidas. Desse total, foram concluídas 74%, 91% e 95% no TRF3R, JF de Primeiro Grau e TR/JEF, respectivamente. Ressalta-se que houve redução de 5,44% das manifestações válidas recebidas e aumento de 1% no atendimento na Ouvidoria em comparação ao exercício de 2010;

⇒ Criação de Comissão Multidisciplinar de Acessibilidade, visando o acompanhamento de medidas de efetivação da acessibilidade das pessoas com deficiência e o planejamento e promoção de oficinas de conscientização de servidores e magistrados sobre os direitos das pessoas com deficiência (Portaria n. 6817/2011);

⇒ Implantação do Boletim de Julgamentos do TRF3R, com o objetivo de ampliar a divulgação interna dos julgados, propiciando maior intercâmbio de informações, com agilidade e eficiência;

⇒ PROGRAMAS DE ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO SOBRE AS FUNÇÕES, ATIVIDADES E ÓRGÃOS DO PODER JUDICIÁRIO EM ESCOLAS E/OU ESPAÇOS PÚBLICOS

- Edição da RES PRES/TRF3R n. 262/2011, instituindo o programa "Conhecendo a Justiça" no âmbito do TRF3R, cujo escopo é consolidar positivamente a imagem do Poder Judiciário perante a sociedade, com ênfase na JF3R, apresentando suas funções, atividades e órgãos;
- Início dos projetos "TRF3 de Portas Abertas" (visitas monitoradas e previamente agendadas de alunos de instituições de ensino superior ao TRF3R) e "Apresentando o Judiciário à Sociedade" (promoção de palestras em espaços públicos).

E) Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 4ª Região

A Justiça Federal de 1º e 2º Graus na 4ª Região está estruturada da seguinte forma:

o Tribunal Regional Federal da 4ª Região, com 27 Desembargadores Federais, sediado na capital do Rio Grande do Sul, abrangendo três Seções Judiciais: a do Rio Grande do Sul, contando com 75 Varas Federais e Juizados Especiais Federais; a de Santa Catarina, com 42 Varas Federais e Juizados Especiais Federais e a do Paraná, contando com 62 Varas Federais e Juizados Especiais Federais. Totalizam, assim, 179 Varas Federais instaladas e 04 Juizados Especiais Federais Avançados. Integram, ainda, 10 Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais da 4ª Região, sendo 4 na Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, 3 na Seção Judiciária de Santa Catarina e 3 na Seção Judiciária do Paraná.

Visando a realização de sua Missão, estabelecida no seu Planejamento Estratégico de “Garantir à sociedade uma prestação jurisdicional acessível, rápida e efetiva”, vários projetos e ações foram realizados, dentre os quais, de maneira resumida, destacam-se:

⇒ Conclusão da implantação do Sistema E-PROC V2 e otimização de seu funcionamento com as seguintes ações:

- Adaptação e integração das rotinas das sessões de julgamento;
- Viabilização da assinatura de documentos do GEDPRO (Gerenciamento Eletrônico de Documentos Processuais) com sigla/senha como alternativa ao uso de certificado digital;
- Lançamento automático de eventos no sistema processual a partir da assinatura de documentos do GEDPRO;
- Prosseguimento da implementação no TRF das classes: Mandado de Segurança (seção), Ação Rescisória e Incidente de Arguição de Inconstitucionalidade;
- Implantação de classes de ações de competência do Juizado Especial Federal;
- Remessa de processos eletrônicos para o STJ e STF;
- Desenvolvimento das integrações dos seguintes sistemas: Certidão Regional, Rol de Culpados, Estatísticas Mensais de 1º e 2º Graus, Relatórios Estatísticos da Corregedoria, SIAPRO 1º Grau e Implantação das Estatísticas de 2º Grau (relativas aos processos eletrônicos);
- Desenvolvimento da interface para acesso às estatísticas de 2º Grau relativas aos processos físicos e eletrônicos;
- Conclusão da integração do Sistema de Requisições de Pagamento;

- Parcelamento automático dos precatórios com cessão de crédito ou com honorários contratuais destacados;
- Implantação dos Relatórios de Tempos Médios relativos aos processos eletrônicos;
- Desenvolvimento de novas funcionalidades relativas aos JEFs, TRs, TRU e CEJUSCON, para atender requisitos particulares, tais como filtros, relatórios e facilidades na movimentação processual;
- Disponibilização da consulta de processos por todos os critérios de pesquisa na Consulta Processual Unificada no Portal da Justiça Federal da 4ª Região;
- Viabilização técnica para que o MPF, assim como a DPU, possam impetrar Habeas Corpus em benefício de pessoas físicas;
- Organização do cadastro de entidades;
- Expansão dos convênios e acordos com instituições para troca de dados entre sistemas via WebService.

⇒ Otimização do Sistema GEDPRO - Gerenciamento Eletrônico de Documentos

Processuais - com a implantação das seguintes funcionalidades:

- Publicação automática na intranet do TRF do relatório consolidado das notas taquigráficas das sessões de julgamento;
- Rotina de verificação de impedimentos para processos eletrônicos (e-ProcV2), que pode ser utilizada pelos Gabinetes e Secretarias;
- Alterações para facilitar a marcação e o controle da informação de "precedente relevante" nos documentos;
- Consulta ao processo com *login* automático no e-ProcV2, melhorando a integração entre os dois sistemas;
- Aprimoramento do controle de divergências nas sessões de julgamento quando da existência de voto divergente;
- Disponibilização no portal, da relação das requisições de pagamentos incluídas nas propostas orçamentárias para acesso das entidades previamente cadastradas.

⇒ Melhorias implementadas na estrutura visando uma melhor prestação jurisdicional:

- Manutenção do Gabinete de Apoio às Turmas Recursais, dos JEFs da 4ª Região, para auxílio no julgamento do elevado quantitativo de processos em andamento nessas turmas, priorizando o auxílio às Turmas Recursais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul;

- Reestruturação e manutenção da Assessoria de Apoio aos Gabinetes, junto à Presidência, com equipe de servidores para auxílio no julgamento dos processos nos Gabinetes dos Desembargadores Federais;
- Reestruturação das Secretarias e Turmas, tendo em vista a implantação do e-Proc V2 no Tribunal, com a destinação de servidores e funções comissionadas aos Gabinetes dos Desembargadores Federais e outras áreas;
- Implantação e instalação de 4 novas Varas Federais, criadas pela Lei nº 12.011/2009: a Vara Federal e Juizado Especial Federal Adjunto de Capão da Canoa-RS (nova subseção); a Vara Federal e JEF Adjunto de Gravataí - RS (nova subseção); a 5ª Vara do JEF Previdenciário de Porto Alegre (RS) e a 3ª Vara Federal Criminal de Foz do Iguaçu (PR);
- Implantação do Juizado Especial Federal de Ibaiti, na Subseção Judiciária de Jacarezinho;
- Redistribuição de competência entre Varas das Subseções Judiciárias de Criciúma, Guarapuava, Maringá, Curitiba e Santa Maria face as demandas jurisdicionais;
- Alteração da jurisdição territorial das subseções de Guarapuava, Cascavel e Campo Mourão.
 - ⇒ Iniciativas voltadas ao incremento das Conciliações na Justiça Federal da 4ª Região, envolvendo:
 - Instalação do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NPCON) no âmbito do Tribunal Regional Federal da 4ª Região;
 - Transformação das Centrais de Conciliação de cada Seção Judiciária da Justiça Federal da 4ª Região, nas capitais, em Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSCON - nos termos fixados pela Resolução CNJ nº 125/2010;
 - Instalação de Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania nas Subseções Judiciárias de Novo Hamburgo, Caxias do Sul, Blumenau, Rio Grande, Pelotas, Maringá, Londrina, Cascavel, Foz do Iguaçu, Ponta Grossa, Santa Maria, Joinville, Criciúma;
 - Realização do III Fórum da Conciliação: Conciliações na área da Seguridade Social, na JFSC;
 - Realização de 2.955 audiências de conciliação nos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSCON - com 1.543 acordos efetuados,

envolvendo o montante de R\$ 47.822.637,39, alcançando-se um índice de sucesso de acordos de 52,2%;

- Realização de 200 audiências de conciliação em matéria previdenciária no Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos com 145 acordos homologados, representando um índice de sucesso de 72,5%;
- Realização de 26.768 audiências de conciliação nas Varas Federais e JEFs das três Seções Judiciárias, sendo 13.599 realizadas com conciliação, ou seja, 50,8% de sucesso;
- Realização de audiências em matéria do SFH (Sistema Financeiro de Habitação), conforme metas estabelecidas pelo CNJ para a 4ª Região, sendo 4.074 audiências designadas, 3.269 audiências realizadas (80,24%) e R\$ 73.119.852,22 em acordos homologados;
- Inauguração da Casa de Justiça e Cidadania em Criciúma/SC, junto ao CEJUSCON, criada para tornar mais fácil o acesso do público a direitos fundamentais, orientação e assistência jurídica gratuita, entre outros serviços;
- Participação da Semana Nacional da Conciliação (realizada de 28/nov a 2/dez/2011), na qual foram designadas 6.375 audiências com R\$ 40.992.068,33 em acordos homologados;
- Realização de acordo de cooperação entre a Corregedoria Nacional de Justiça, a Corregedoria-Geral da Justiça Federal, os TRFs das cinco regiões, a EMGEA (Empresa Gestora de Ativos) e a CEF, em 30/03/2011;
- Assinatura de acordo entre o CJF, CNJ, TRFs e EMGEA para viabilizar perícias em mutirões do SFH em 16/05/2011.

⇒ Ações relacionadas a Obras e Contratos:

- Conclusão do imóvel-sede da Seção Judiciária de Santa Catarina, em Florianópolis;
- Retomada da construção do prédio-sede da Subseção Judiciária de Rio Grande/RS;
- Finalização dos projetos arquitetônicos e realização de licitação visando à contratação de empresas construtoras para as obras dos prédios de Blumenau/SC e Foz do Iguaçu/PR;
- Colaboração efetiva na desocupação do local da antiga Vila Chocolatão, implementação de acessos e vigilância no terreno anexo do TRF para o ingresso de veículos e ampliação das vagas no estacionamento;

- Implementação de melhorias no prédio da Rua Miguel Couto para a realização do serviço de digitalização de processos;
- Virtualização de todas as atividades a cargo da Diretoria Administrativa, dispensando o uso de papel para a tramitação dos procedimentos administrativos, mediante a utilização do Sistema Eletrônico de Informações (SEI);
- Adoção de critérios de transparência na gestão com a divulgação dos contratos, procedimentos licitatórios e demais atividades administrativas no portal, visando ao fortalecimento da imagem institucional junto à sociedade e demais Poderes Públicos.
 - ⇒ Desenvolvimento e implantação do sistema BI (*Business Intelligence*) referente aos dados de todos os sistemas processuais, constituindo o "Portal de Estatísticas". O mesmo tem por finalidade disponibilizar na rede Intranet da Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 4ª Região, as informações referentes à movimentação processual, bem como estatísticas judiciais que auxiliem na tomada de decisão;
 - ⇒ Aperfeiçoamento do SEI - Sistema Eletrônico de Informações - com o desenvolvimento dos módulos de sigilo, atualização do arquivamento e de ciência, além de módulo específico de gerenciamento do planejamento;
 - ⇒ Realização de convênios de cessão do SEI para outras instituições públicas como Defensoria Pública Geral da União, INSS, OAB, AGERGS, TJES, TJTO, TJMSP, TJMMG, TJMRS, EMBRAPA UVA E VINHO, Prefeituras de Alegrete e São Gabriel;
 - ⇒ Realização da primeira edição do SEI-Federação, evento que reuniu instituições conveniadas com objetivo de atualização e troca de experiências para evolução do sistema;
 - ⇒ Realização de Reuniões de Análise Estratégica (RAE) para revisão e ajuste do Planejamento Estratégico do TRF e da Justiça Federal da 4ª Região, alinhando-os ao Planejamento Estratégico do CJF e do CNJ;
 - ⇒ Realização do Currículo Permanente - Módulo III - Direito Previdenciário na modalidade semipresencial, com a realização de um encontro mensal, alternadamente, em cada uma das capitais que integram a Justiça Federal da 4ª Região, sendo cada aula transmitida por videoconferência para as demais subseções judiciais que apresentaram magistrados inscritos;
 - ⇒ Realização do Currículo Permanente - Módulo IV - Direito Penal e Processual Penal desenvolvido de forma presencial, com um encontro em cada uma das capitais dos três Estados do região Sul;

- ⇒ Realização do III Seminário Internacional Brasil-Alemanha em conjunto com o CEJ - Centro de Estudos Judicários - do Conselho da Justiça Federal, em comemoração dos dez anos da EMAGIS;
- ⇒ Realização da IX Convenção Latino-americana de Direito;
- ⇒ Realização do III Fórum de Conciliação da Justiça Federal da 4ª Região, na área da seguridade social (credenciado junto à ENFAM);
- ⇒ Treinamento e aperfeiçoamento voltados ao processo eletrônico judicial para 172 magistrados e 163 servidores, em atendimento à Meta Prioritária nº 9 "implantar processo eletrônico judicial e administrativo em 70% das unidades de primeiro e segundo graus até dezembro de 2011";
- ⇒ Realização, na modalidade à distância, dos cursos Produção do Texto no Processo Eletrônico, Sociologia Jurídica, Planejamento e Gestão Estratégica, como etapa do Programa de Desenvolvimento Gerencial, voltado a magistrados;
- ⇒ Criação da Biblioteca Virtual pela EMAGIS, inicialmente identificada com o Currículo Permanente, porém já com projeto de tornar-se um repositório de materiais instrucionais, produção científica e demais indicações bibliográficas;
- ⇒ Capacitação de 246 Magistrados com a realização de cursos: de aperfeiçoamento (20); cursos de aperfeiçoamento voltados à vitaliciedade (18) e à promoção por merecimento (18);
- ⇒ Publicação do livro Curso Modular de Administração da Justiça: Planejamento Estratégico, tendo como organizadores o Desembargador Federal Luiz Fernando Wolk Penteado e a Juíza Federal Vera Lúcia Fell Ponciano, abordando a coletânea dos artigos dos magistrados participantes do Currículo Permanente - Módulo VI - Administração da Justiça: Planejamento Estratégico;
- ⇒ Realização de 2 edições da Revista do TRF4; 12 edições do Boletim Jurídico; 6 edições da Revista de Doutrina, com a publicação de 59 artigos e 28 repositórios oficiais de jurisprudência;
- ⇒ Continuidade da realização das atividades do XIV Concurso Público para Provimento de Cargo de Juiz Federal Substituto da 4ª Região, culminando na divulgação do edital contendo a lista dos 25 candidatos aprovados em todas as etapas, sendo que destes, 22 já tomaram posse em 2011.

F) Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 5ª Região

A Justiça Federal da 5ª Região, que atende a 29.618.236 habitantes, é constituída pelo Tribunal Regional Federal (TRF5) e seis Seções Judicárias, com jurisdição nos Estados de, Alagoas, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe.

Atualmente o TRF5 é composto por 15 desembargadores federais e 843 servidores, dividindo-se em quatro Turmas de Julgamento, cada uma com três desembargadores, havendo, ainda, o Plenário. Possui, também, um Conselho de Administração, integrado por nove membros.

As Seções Judicárias compõem o Primeiro Grau de Jurisdição e são formadas por 98 Varas Federais, sendo 58 Varas nas capitais e 40 no interior dos estados, compreendendo, entre elas, 18 Juizados Especiais Autônomos e 78 Adjuntos, dos quais 28 Juizados Especiais Cíveis, com processamento eletrônico, e 50 Juizados Especiais Criminais, sendo seu processamento físico. A sua força de trabalho em dezembro de 2011 era constituída por 149 magistrados e 3.264 servidores.

Dentre os principais acontecimentos e ações ocorridas na 5ª Região, destacam-se:

⇒ Recebimento de congratulações do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por estar entre os tribunais brasileiros que obtiveram melhor desempenho no cumprimento das Metas Prioritárias de 2010, apesar dos problemas decorrentes da carência de pessoal;

⇒ Alcance das Metas Nacionais do Judiciário estabelecidas pelo CNJ para ano de 2011, merecendo destaque a Meta nº 3, que consistia em julgar quantidade igual a de processos de conhecimento distribuídos em 2011, e parcela do estoque, com acompanhamento mensal, atingindo o percentual de cumprimento de 105,51%;

⇒ Desenvolvimento dos seguintes projetos, que contribuíram para atingir a Meta 9/2011 (específica para a Justiça Federal), que determinou a implantação do processo eletrônico judicial e administrativo em 70% das unidades judicárias de primeiro e segundo grau até dezembro de 2011:

- Processo Judicial Eletrônico PJe, que resultou da decisão do CNJ de desenvolver um Sistema Processual Único, a ser utilizado por todas as esferas da Justiça, que resultasse na eliminação do uso de papel nas ações judiciais, além de maior grau de segurança no trâmite, a redução de custos, a celeridade no julgamento dos processos e a transparência da atividade judicial. Neste sentido, foi celebrado Termo de Cooperação Técnica 005/2011 entre o TRF5, o Conselho Nacional de

Justiça (CNJ), o Conselho da Justiça Federal (CJF) e demais Tribunais Regionais Federais, com o objetivo de compartilhar soluções, através da cooperação institucional, resultando numa radical mudança de cultura na Justiça Federal. Em 2011, houve a implantação e a capacitação de servidores do Tribunal Regional Federal da 5ª Região no PJe, resultando na modernização do processo judicial;

- Sistema Fluxus (Processo Administrativo Eletrônico), que consiste em sistema informatizado de gestão arquivística de documentos, visando automatizar os procedimentos de gestão documental no exercício das atividades administrativas, emprestando maior celeridade, qualidade, segurança, eficiência e transparência, bem como assegurando a autenticidade e integridade dos documentos. Ainda, como benefícios da utilização do Fluxus, pode-se mencionar: maior detalhamento das movimentações dos documentos e processos, agora eletrônicos; maior flexibilização e agilidade nas pesquisas; maior facilidade na gestão nas unidades administrativas; backup periódico de dados; possibilidade de envio eletrônico de processos e documentos entre Tribunal e Seções Judiciárias; maior rapidez no trâmite dos processos e documentos; acesso via intranet/internet, possibilitando a independência de localização física; redução de despesas com relação a material de consumo e contribuição com a conservação do meio ambiente. Em 2011, o referido sistema foi implantado em 70% das unidades judiciárias de 1º e 2º graus da Justiça Federal da 5ª Região, atendendo a Meta do CNJ nº 9/2011.

⇒ Implantação do Projeto Sistema de Expedição Eletrônica de Requisitórios de Pagamento Administrativo para Peritos, Tradutores e Intérpretes (AJG5), como projeto piloto, na Seção Judiciária da Paraíba. Foi instalado o módulo judiciário, que abrange cadastro, nomeação e acompanhamento dos eventos relativos à Assistência Judiciária Gratuita. O AJG5 está totalmente integrado com o Sistema Eletrônico Processual de Juizado (Creta), bem como ao sistema físico de 1º Grau (Tebas), refletindo todo o ambiente operacional da seção judiciária e a todo universo de assistência judiciária, evitando retrabalho de digitação de dados e garantindo a segurança e integridade da informação. A evolução do referido projeto prevê a integração ao sistema AJG Central (CJF), com o envio das informações necessárias, de acordo com os layouts definidos pelo CJF, bem como ao sistema SIAFI, possibilitando a geração de listas de credores, da mesma forma como são realizados os pagamentos de requisitório (Precatórios e RPV), resultando no aumento da segurança e controle dos procedimentos;

⇒ Conclusão do Projeto Diário Eletrônico da 5ª Região, por meio da Resolução n. 29/2011, com implementação das etapas restantes do projeto e disponibilização no site

do TRF5 das publicações relativas às matérias administrativas de 2º grau (2ª etapa) e das publicações concernentes às matérias judiciais e administrativas de 1º grau (3ª etapa). Cabe ressaltar que todos os atos judiciais e administrativos da 5ª Região, permitidos em lei, já estão sendo publicados no Diário Eletrônico, que substituiu a versão impressa, reduzindo os custos com publicação, além de contribuir com a conservação do meio ambiente, decorrente da eliminação do papel;

⇒ Implantação de novas Varas Federais, previstas na lei n. 12.011/2009, que tem como um dos objetivos facilitar o acesso à Justiça. Foram instaladas 09 (nove) Unidades Judiciárias na 5ª Região, assim distribuídas: duas Varas Federais na Seção Judiciária do Rio Grande do Norte (11ª no Município de Assu e 12ª no Município de Pau dos Ferros); quatro Varas Federais na Seção Judiciária de Pernambuco (28ª no Município de Arcoverde, 29ª e 30ª Varas no Município de Jaboatão dos Guararapes, e 31ª no Municípios de Caruaru); uma Vara Federal na Seção Judiciária de Alagoas (9ª no Município de Maceió); uma Vara Federal na Seção Judiciária do Ceará (27ª no Município de Itapipoca) e uma Vara Federal na Seção Judiciária da Paraíba (12ª no Município de Guarabira).

IV – OBJETIVOS E METAS

Apresentam-se, neste capítulo, os objetivos e metas consignados nas peças orçamentárias da justiça federal, referentes ao exercício de 2011.

A justiça federal foi contemplada no Orçamento Público, aprovado pela Lei n. 12.381, de 9/2/2011, com o montante de R\$ 6.865.033.239,00 (seis bilhões, oitocentos e sessenta e cinco milhões, trinta e três mil, duzentos e trinta e nove reais) para a execução das ações orçamentárias do Órgão e R\$ 52.400.275,00 (cinquenta e dois milhões, quatrocentos mil, duzentos e setenta e cinco reais) para pagamento de Cumprimento de Sentenças Judiciais referentes a precatórios e requisições de pequeno valor – RPV, totalizando uma dotação inicial de R\$ 6.917.433.514,00 (seis bilhões, novecentos e dezessete milhões, quatrocentos e trinta e três mil, quinhentos e quatorze reais), havendo posteriormente um acréscimo de R\$ 336.660.357,00 (trezentos e trinta e seis milhões, seiscentos e sessenta mil, trezentos e cinquenta e sete reais), bem como crédito especial no valor de R\$ 48.933.861,00 (quarenta e oito milhões, novecentos e trinta e três mil, oitocentos e sessenta e um reais). Houve, ainda, uma redução de R\$ 251.409.777,00 (duzentos e cinquenta e um milhões, quatrocentos e nove mil, setecentos e setenta e sete reais), resultando numa dotação autorizada de R\$ 7.051.617.955,00 (sete bilhões, cinquenta e um milhões, seiscentos e dezessete mil, novecentos e cinquenta e cinco reais). Ao longo do exercício de 2011, a justiça federal recebeu destaque no montante de R\$ 13.622.957.032,23 (treze bilhões, seiscentos e vinte e dois milhões, novecentos e cinquenta e sete mil, trinta e dois reais e vinte e três centavos) e concedeu destaque no valor de R\$ 5.911.548,47 (cinco milhões, novecentos e onze mil, quinhentos e quarenta e oito reais e quarenta e sete centavos).

R\$ 1,00	
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	VALOR
Dotação Inicial (Justiça Federal)	6.865.033.239,00
Dotação Inicial (Precatórios e RPV)	52.400.275,00
DOTAÇÃO INICIAL	6.917.433.514,00
Especiais	48.933.861,00
Acréscimos	336.660.357,00
Redução Orçamentária	(251.409.777,00)
DOTAÇÃO AUTORIZADA	7.051.617.955,00
Destaques Recebidos	13.622.957.032,23
Destaques Concedidos	(5.911.548,47)
Dotação Indisponível	(44.173.032,00)
TOTAL GERAL	20.624.490.406,76

Os créditos orçamentários disponibilizados para o Órgão 12000 – Justiça Federal no montante de R\$ 7.051.617.955,00 (sete bilhões, cinquenta e um milhões, seiscentos e dezessete mil, novecentos e cinquenta e cinco reais), após acréscimo e redução, foram distribuídos entre os 02 (dois) Programas consignados nas 6 (seis) Unidades Orçamentárias que a compõem, acrescidos dos destaques recebidos no montante de R\$ 13.617.827.998,00 (treze bilhões, seiscentos e dezessete milhões, oitocentos e vinte e sete mil, novecentos e noventa e oito reais), destinados ao pagamento de sentenças judiciais transitadas em julgado – PRECATÓRIOS e RPV da Administração Direta e Indireta e R\$ 5.129.034,23 (cinco milhões, cento e vinte e nove mil, trinta e quatro reais e vinte e três centavos) provenientes de outros programas destinados à administração de imóveis do patrimônio da União, para atender despesas de taxas extras condominiais oriundas da administração de imóveis funcionais, ao apoio às atividades de planejamento, orçamento, controle e fiscalização da gestão administrativa do Poder Judiciário e ao enfrentamento à criminalidade e à violência, nas suas raízes sociais e culturais e reduzir de forma significativa seus altos índices em territórios com ausência de coesão social. Além disso, foram recebidos destaques para manutenção e funcionamento do órgão, pagamento dos vencimentos e demais vantagens aos magistrados e servidores, bem como para a uniformização de rotinas e procedimentos entre os órgãos do judiciário, viabilizando a certificação digital, instalação de equipamentos e softwares.

PROGRAMA		Dotação Autorizada	Destaques Recebidos/Concedidos	Dotação Indisponível	TOTAL
0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União	716.014.118,00	(274.988,63)	0,00	715.739.129,37
0565	Prestação Jurisdicional no Supremo Tribunal Federal	0,00	18.703,63	0,00	18.703,63
0569	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal	6.335.603.837,00	(5.636.559,84)	(44.173.032,00)	6.285.794.245,16
0794	Gestão do Patrimônio Imobiliário da União	0,00	5.142,00	0,00	5.142,00
0901	Cumprimento das Sentenças Judiciais	0,00	13.617.827.998,00	0,00	13.617.827.998,00
1389	Controle da Atuação Administrativa e Financeira no Poder Judiciário	0,00	4.750.749,67	0,00	4.750.749,67
1453	Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI	0,00	354.438,93	0,00	354.438,93
TOTAL		7.051.617.955,00	13.617.045.483,76	(44.173.032,00)	20.624.490.406,76

Dos Programas destinados à justiça federal, destaca-se o Programa 0569 – Prestação Jurisdicional na Justiça Federal, que é composto de 51 Ações, divididas em Projetos, Atividades e Operações Especiais, tendo como objetivo garantir o pleno exercício do direito por meio da prestação dos serviços jurisdicionais, observando o disposto na Constituição Federal, na Lei n. 11.653/2008 (Plano Plurianual 2008/2011), na Lei de Diretrizes Orçamentárias n. 12.309/2010, na Lei Complementar n. 101/2000 – LRF e na legislação complementar.

A justiça federal foi contemplada no Programa 0901 – Cumprimento de Sentenças Judiciais, composto de 3 ações, com destaques recebidos de Autarquias e Fundações Públicas, para pagamento de débitos judiciais devidos pela União, em cumprimento ao art. 100 da Constituição Federal e ao art. 26 da Lei n. 12.309, de 9 de agosto de 2010, bem como no Programa 0089 – Pagamento de Inativos e Pensionistas, com dotação autorizada para essa finalidade.

V – INDICADORES DE GESTÃO

Apresentam-se aqui alguns indicadores de gestão utilizados para monitoramento do desempenho da Justiça Federal no exercício de 2011, que estão distribuídos em dois grandes grupos denominados: Indicadores Operacionais e Indicadores Orçamentário-Financeiros. No primeiro grupo estão incluídos indicadores relativos à movimentação processual e de receitas geradas pela Justiça Federal, no desempenho de suas atribuições e no segundo grupo estão inseridos aqueles relacionados à composição das despesas executadas pela Justiça Federal.

A) INDICADORES OPERACIONAIS

A.1) Movimentação Processual

A.1.1) Quantitativo de Processos

Este indicador tem por objetivo comparar o quantitativo e a situação de processos existentes na Justiça Federal de 1º e 2º Graus, inclusive nos Juizados Especiais Federais, nos exercícios de 2009 a 2011.

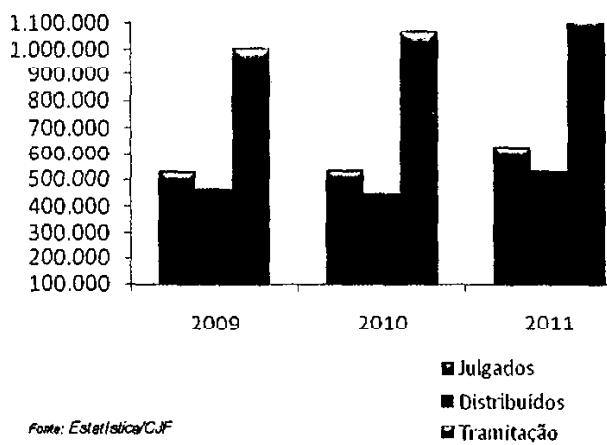
A movimentação processual na Justiça Federal pode ser dividida em três classes, a saber: processos distribuídos, são aqueles repartidos entre os magistrados do Órgão durante o exercício de 2011; processos julgados, são aqueles que obtiveram sentença final em 2011; e processos em tramitação, são os que ainda estavam transitando em 31/12/2011, não importando o ano em que foram protocolados.

A tabela e o gráfico a seguir apresentam a movimentação processual nos Tribunais Regionais Federais. Comparando-se o exercício de 2011 em relação a 2010, verifica-se que houve acréscimo de 17,46% nos processos julgados, 18,57% nos distribuídos e 5,15% nos processos em tramitação. Em relação a 2009, no exercício de 2011 o acréscimo foi de 18,89% nos processos julgados, 14,27% nos distribuídos e 11,81% nos processos em tramitação.

TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS

PROCESSOS	2009 (A)	2010 (B)	2011 (C)	% (C)/(B)	% (C)/(A)
Julgados	524.795	531.180	623.937	17,46%	18,89%
Distribuídos	458.739	442.136	524.222	18,57%	14,27%
Tramitação	1.001.343	1.064.779	1.119.632	5,15%	11,81%

TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS



Fonte: Estatística/CJF

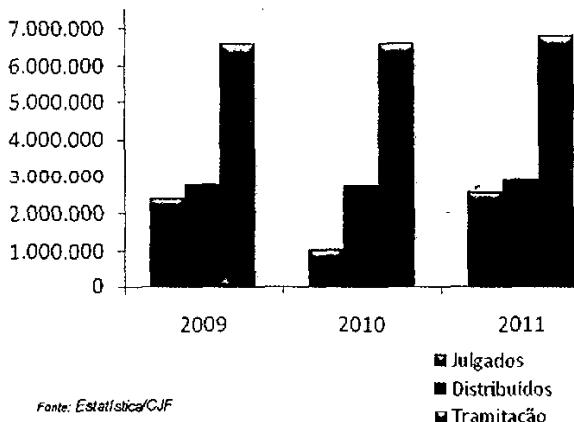
A tabela e o gráfico seguintes demonstram que na Justiça Federal de 1º Grau houve acréscimo de 135,05% nos processos julgados, 5,31% nos distribuídos e 2,85% nos processos em tramitação, comparando-se o exercício de 2011 com 2010. Em relação a 2009, o acréscimo nos processos julgados foi de 6,35%, nos distribuídos 4,06% e nos processos em tramitação 2,97%.

JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU

PROCESSOS	2009 (A)	2010 (B)	2011 (C)	% (C)/(B)	% (C)/(A)
Julgados	2.378.022	1.075.961	2.529.075	135,05%	6,35%
Distribuídos	2.742.928	2.710.418	2.854.416	5,31%	4,06%
Tramitação	6.585.299	6.592.675	6.780.832	2,85%	2,97%

Nota: Foram considerados processos da JF 1º Grau + TNU + Turmas Recursais + JEFs

JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU

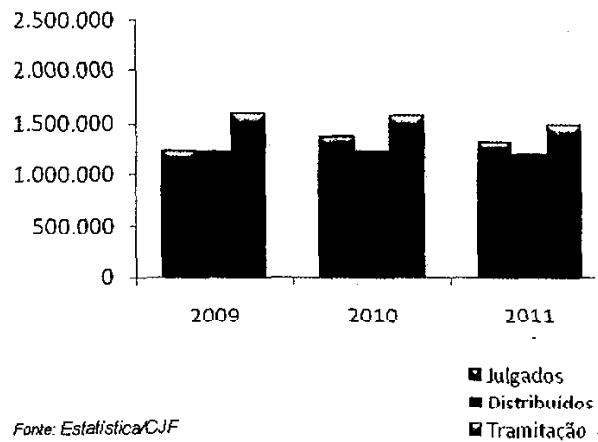


A tabela e o gráfico seguintes representam a movimentação processual nos Juizados Especiais Federais. Comparando-se o exercício de 2011 com 2010, houve redução de 4,25% nos processos julgados, 2,42% nos distribuídos e 6,04% nos processos em tramitação. Em relação a 2009, no exercício de 2011 houve acréscimo de 7,87% e redução de 2,68% nos processos distribuídos e 7,29% nos processos em tramitação.

JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS

PROCESSOS	2009 (A)	2010 (B)	2011 (C)	% (C)/(B)	% (C)/(A)
Julgados	1.226.032	1.381.212	1.322.559	-4,25%	7,87%
Distribuídos	1.215.092	1.211.833	1.182.501	-2,42%	-2,68%
Tramitação	1.599.116	1.577.838	1.482.472	-6,04%	-7,29%

JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS



A.1.2) Média de processos Julgados e Distribuídos por Juiz

Este indicador visa apresentar a relação entre o número de processos julgados na Justiça de 1º e 2º graus e o número de magistrados existentes na Justiça Federal.

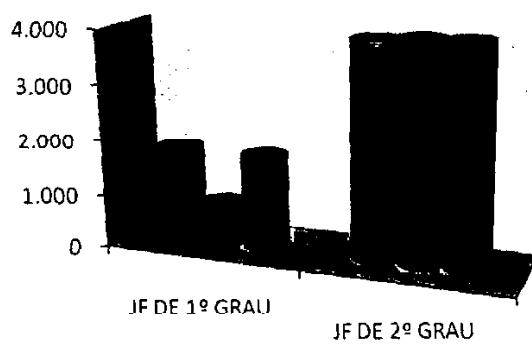
O gráfico seguinte demonstra que nos Tribunais Regionais Federais a média de processos julgados por juiz foi de 4.837 processos representando um aumento de 20,19% no exercício de 2011 em comparação a 2010. Na Justiça Federal de 1º grau a média foi de 1.739 processos por juiz, apresentando acréscimo de 119,70% no mesmo período.

Cabe ressaltar que a diferença entre os números apurados pelas duas Instâncias não deve servir de parâmetros para comparação ou avaliação de seus desempenhos, em virtude dos diferentes graus de complexidade/singularidade de cada ação judicial. Esse número corresponde diretamente ao desempenho da movimentação processual apresentado no item anterior.

PROCESSOS JULGADOS POR JUIZ

JUSTIÇA FEDERAL	2009 (A)	2010 (B)	2011 (C)	% (C)(B)
JF DE 1º GRAU	1.761	792	1.739	119,70%
JF DE 2º GRAU	3.946	4.024	4.837	20,19%

PROCESSOS JULGADOS POR JUIZ



Fonte: Estatística/CJF

■ 2009 ■ 2010 ■ 2011

A.2) Indicadores de Receitas Geradas

Este indicador visa aferir o valor das receitas arrecadadas pela União Federal oriundas de execuções fiscais, nos exercícios de 2009 a 2011, em consequência do desempenho da Justiça Federal.

A.2.1) Arrecadação de Custas Judiciais

O presente indicador visa medir a arrecadação de custas judiciais na Justiça Federal de 1º e 2º graus.

As Custas Judiciais estão regulamentadas pela Lei n. 9.289, de 4 de julho de 1996, e constituem-se em receitas da União.

A tabela e o gráfico abaixo representam a evolução da receita arrecadada pela Justiça Federal de 1º e 2º graus, de 2009 a 2011, com custas judiciais, repassadas à União.

No exercício de 2011, o montante arrecadado foi de R\$ 66.286.233,69 (sessenta e seis milhões, duzentos e oitenta e seis mil, duzentos e trinta e três reais e sessenta e nove centavos), com uma redução de 6,15% em relação ao exercício de 2010 e acréscimo de 16,35% em relação a 2009.

ARRECADAÇÃO DE CUSTAS JUDICIAIS

R\$ 1,00

Arrecadação	2009 (A)	2010 (B)	2011 (C)	% (C)/(B)	% (C)/(A)
Custas Judiciais	56.969.838,25	70.630.038,60	66.286.233,69	-6,15%	16,35%

ARRECADAÇÃO DE CUSTAS JUDICIAIS JF DE 1º E 2º GRAUS

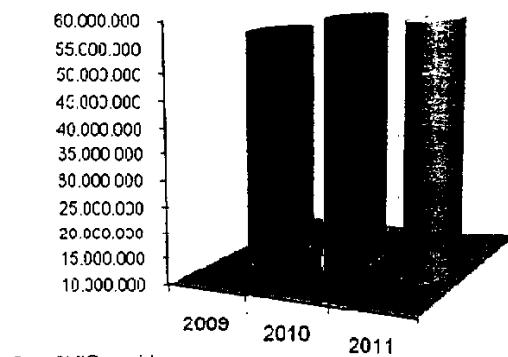


Foto: Sidi/Gerencial

A.2.2) Arrecadação de Depósitos Judiciais

O presente indicador visa demonstrar a arrecadação de receitas de depósitos judiciais na Justiça Federal de 1º e 2º Graus.

Os depósitos Judiciais referentes aos tributos e contribuições federais são depositados na Caixa Econômica Federal. Antes da edição da Lei n. 9.703/98 os valores arrecadados eram convertidos em renda da União ou devolvidos ao contribuinte após o trânsito em julgado da ação. A partir da regulamentação da referida lei, os valores arrecadados são considerados como receita da União antes mesmo do trânsito em julgado da ação.

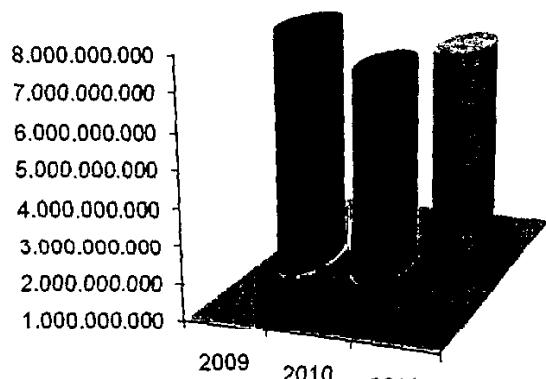
A tabela e o gráfico abaixo representam a evolução dos depósitos judiciais no âmbito da Justiça Federal de 1º e 2º graus, nos exercícios de 2009 a 2011.

No exercício de 2011 houve um acréscimo de 9,33% em relação ao exercício de 2010 e redução de 5,77% em relação a 2009. A arrecadação total de depósitos judiciais em 2011 foi de R\$ 7.694.319.306,18 (sete bilhões, seiscentos e noventa e quatro milhões, trezentos e dezenove mil, trezentos e seis reais e dezoito centavos).

ARRECADAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS

Arrecadação	2009 (A)	2010 (B)	2011 (C)	% (C)/(B)	% (C)/(A)
Depósitos Judiciais	8.165.132.547,93	7.037.676.913,82	7.694.319.306,18	9,33%	-5,77%

**DEPÓSITOS JUDICIAIS
JF DE 1º E 2º GRAUS**



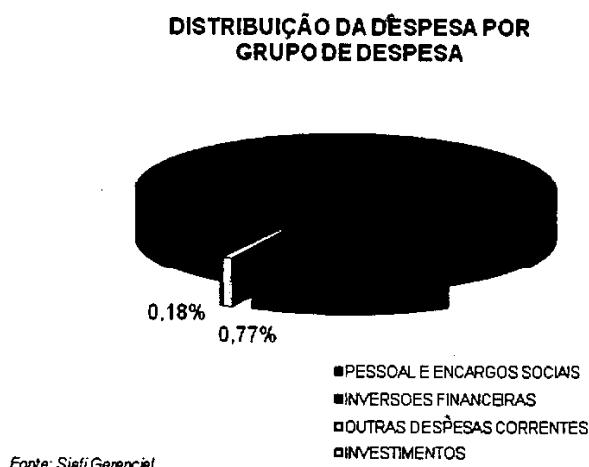
Fonte: Siafi Gerencial

B) INDICADORES ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIROS

B.1) Composição da Despesa Total da Justiça Federal

Este indicador visa aferir a composição da despesa executada pela justiça federal, no exercício de 2011, que totalizou R\$ 6.611.480.794,58 (seis bilhões, seiscentos e onze milhões, quatrocentos e oitenta mil, setecentos e noventa e quatro reais e cinquenta e oito centavos).

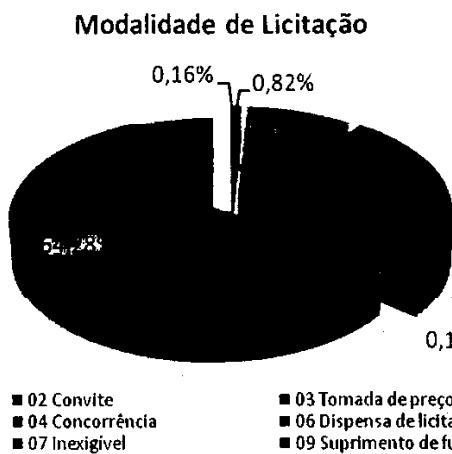
Esse valor é constituído de 83,60% referente a despesas com pessoal e encargos sociais, 0,77% com outras despesas correntes, 0,18% com investimentos e 15,46% com despesas de inversões financeiras, conforme demonstrado no gráfico seguinte:



B.2) Execução da Despesa por Modalidade de Licitação

Esse indicador visa demonstrar a execução da despesa por modalidade de licitação, em atendimento a legislação prevista nas Leis n. 8.666/93 e n. 10.520/2002, excluindo-se as despesas com pessoal, encargos sociais, diárias, auxílios e outras não aplicáveis.

O gráfico a seguir demonstra que o Pregão foi a modalidade mais utilizada em 2011, com 64,28%, representando agilidade e economicidade na aplicação dos recursos públicos.

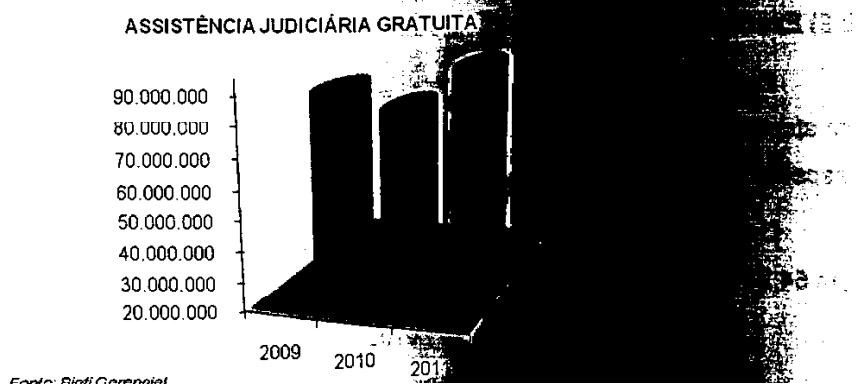


B.3) Despesas com Assistência Judiciária Gratuita

Esse indicador visa demonstrar a evolução da despesa efetuada com o custeio de Assistência Judiciária Gratuita, regulamentada pela Lei n. 1.060, de 5 de fevereiro de 1950.

O gráfico a seguir demonstra que em 2011 a despesa com assistência jurídica a pessoas carentes aumentou 17,92% em comparação ao exercício de 2010 e 11% em relação a 2009.

Atividade	2009 (A)	2010 (B)	2011 (C)	% (C)/(B)	% (C)/(A)
				% (C)/(B)	% (C)/(A)
Assistência Judiciária Gratuita	84.776.330,05	79.800.236,02	94.099.119,06	17,92%	11%

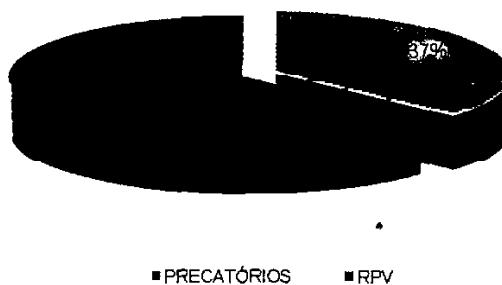


B.4) Composição da Despesa com Precatórios e Requisição de Pequeno valor – RPV

No montante da despesa executada pela Justiça Federal está incluído o valor relativo ao pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor – RPV da administração direta e indireta, por determinação do art. 100 da Constituição Federal de 1988, repassados por meio de destaque, os quais demandam a força de trabalho da Justiça Federal, impactando na prestação jurisdicional.

No exercício de 2011, a despesa executada pela justiça federal relativa ao cumprimento de sentenças judiciais transitadas em julgado (Precatórios e RPV) totalizou R\$ 20.475.405.460,20 (vinte bilhões, quatrocentos e setenta e cinco milhões, quatrocentos e cinco mil, quatrocentos e sessenta reais e vinte centavos). Desse total, 37% refere-se a Precatórios e 63% à Requisições de Pequeno Valor, conforme demonstrado no gráfico seguinte:

DESPESAS COM PRECATÓRIOS E RPV

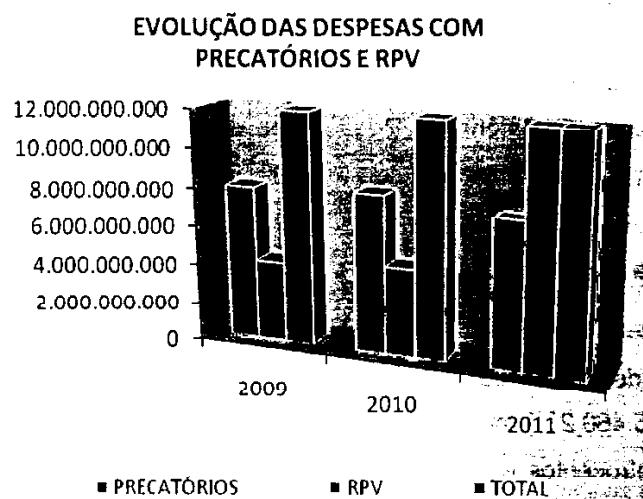


Fonte: Siefi Gerencial

EVOLUÇÃO DA DESPESA COM PRECATÓRIOS E RPV

Despesa Realizada	2009 (A)	2010 (B)	2011 (C)	R\$ 1,00	
				% C/B	% C/A
PRECATÓRIOS	8.010.519.801,10	8.152.447.860,42	7.486.069.237,69	-8%	-7%
RPV	4.169.671.166,92	4.536.293.888,37	12.989.336.222,51	186%	212%
TOTAL	12.180.190.968,02	12.688.741.748,79	12.688.741.748,79	61%	68%

Comparando os exercícios de 2011 e 2010, verifica-se redução de 8% no valor total de despesas executadas com Precatórios e acréscimo de 186% com RPV. Em comparação com o exercício de 2009, essas despesas apresentaram redução de 7% para Precatórios e acréscimo de 212% para Requisições de Pequeno Valor.



Fonte: SIAFI Gerencial

B.5) Despesa da Justiça Federal em relação à Despesa Pública da União

Os indicadores a seguir foram desenvolvidos pela Secretaria de Controle Interno do CJF que, entre outros, compõe os *Indicadores Orçamentários e Financeiros*.

Este indicador denominado G_2 visa medir a participação das despesas da Justiça Federal em relação ao total das despesas efetuadas pela União.

Para tanto, utiliza-se a seguinte fórmula para apuração do indicador:

$$G_2 = \frac{DJF}{DPU}$$

Onde:

G_2 = Percentual de participação das despesas da JF/União;

DJF = Despesa da Justiça Federal;

DPU = Despesa Pública da União

Segundo consulta no SIAFI Gerencial, o valor da Despesa Total da União em 2011 apresentou o montante de R\$ 1.597.440.473.398,03. A despesa da Justiça Federal totalizou R\$ 6.611.480.794,58.

Dessa forma, aplicando-se a fórmula do indicador obtém-se como resultado, $G_2 = 0,41\%$, que demonstra o percentual de participação da Justiça Federal no Total da Despesa da União.

B.6) Despesa da Justiça Federal por Habitante

Este indicador denominado G_4 tem a finalidade de apresentar o montante da despesa executada pela Justiça Federal em relação ao número total de habitantes do país.

Para tanto, utiliza-se a seguinte fórmula para apuração do Indicador:

$$G_4 = \frac{DJF}{h}$$

Onde:

G_4 = Valor disponibilizado à Justiça Federal por habitante;

DJF = Despesa da Justiça Federal;

h = nº total de habitantes do país.

O valor da despesa da Justiça Federal em 2011 totalizou R\$ 6.611.480.794,58 e a população do país foi de 192.379.287 habitantes, segundo o censo do IBGE.

Dessa forma, aplicando a fórmula do indicador obtém-se como resultado, $G_4 = 34,37$, indicando o valor disponibilizado à Justiça Federal para atender a cada habitante no país.

VI – ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste capítulo, serão apresentadas as considerações acerca dos resultados alcançados nas 51 ações (atividades, projetos e operações especiais), distribuídas nos Programas 0901-Cumprimento de Sentenças Judiciais, 0089-Previdência de Inativos e Pensionistas da União e 0569-Prestação Jurisdicional na Justiça Federal, com a execução realizada nas vinte e sete Unidades Gestoras Executoras da Justiça Federal de 1º Grau, cinco Unidades Gestoras Executivas representativas da Justiça Federal de 2º Grau (tribunais regionais federais) e uma Unidade Gestora Executiva do Conselho da Justiça Federal, consoante o orçamento aprovado para o exercício de 2011, por meio da Lei n. 12.381, de 9 de fevereiro de 2011.

Os quadros apresentados na análise dos resultados estão considerando os valores e metas corrigidas no SIGPLAN de acordo com as alterações orçamentárias ocorridas durante o exercício, após a publicação da LOA.

A) PROGRAMA: 0569 – Prestação Jurisdicional na Justiça Federal

O Programa Prestação Jurisdicional na Justiça Federal tem como objetivo garantir ao cidadão o exercício do direito por meio da prestação dos serviços jurisdicionais, observando o disposto nos artigos 108 e 109 da Constituição Federal e legislação complementar.

A.1) Atividades do Programa 0569 – Prestação Jurisdicional na Justiça Federal

No exercício de 2011 o referido programa apresentou a seguinte execução orçamentária para as atividades previstas:

AÇÃO: ATIVIDADE	Dotação Autorizada		Execução		R\$ 1.00
	Orçamentária	Física	Financeira	Física	
20Ak – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente da Criação e/ou Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos e Carreiras e Revisão de Remunerações					
UO 12101	(1) 8.622.000				

AÇÃO: ATIVIDADE	R\$ 1.00			
	Dotação Autorizada	Execução		
	Orçamentária	Física	Financeira	Física
2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes Produto: Pessoa beneficiada (unidade)				
UO 12101	64.434.518	59.257	56.247.247	58.362
	(3)2.154.387	(4) 57.257	(5)5.893.267	(6)5.702
UO 12102	4.655.880	4.311	4.646.695	4.141
			(5)1.761	
UO 12103	3.187.880	3.311	2.873.493	2.271
			(5)198.092	
UO 12104	7.486.959	4.608	6.585.586	4.560
			(5)882.755	
UO 12105	4.934.840	2.673	3.827.993	2.712
			(5)1.106.846	
UO 12106	2.484.000	2.300	1.911.747	1.921
			(6)571.252	
TOTAL	115.184.077	76.460	76.092.761	73.967
2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados Produto: Criança de 0 a 6 anos atendida				
UO 12101	21.800.653	4.888	21.530.220	5.331
		(4) 5.182	(5)111.059	(6)30
UO 12102	898.800	214	807.679	192
			(5)900	
UO 12103	768.000	190	753.670	181
UO 12104	1.135.000	260	1.124.145	284
		(4) 284	(5)10.855	
UO 12105	628.800	164	615.217	147
UO 12106	501.400	112	487.666	118
		(4) 119		
TOTAL	25.732.653	5.828	25.318.597	6.253
2011-Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados Produto: Servidor beneficiado (unidade)				
UO 12101	3.606.290	2.041	3.543.536	2.259
		(4) 2.224	(5)20.471	

R\$ 1.00

AÇÃO: ATIVIDADE	Dotação Autorizada		Execução	
	Orçamentária	Física	Financeira	Física
UO 12102	30.720	42	22.541	33
UO 12103	528.290	314	509.452	267
UO 12104	902.660	746	799.744	709
UO 12105	95.763	(4) 709 51	(5)50.451 87.661	58
UO 12106	120.450	73	97.273 (6)22.726	84
TOTAL	5.284.173	3.267	5.060.207	3.410
2012 – Auxílio-alimentação aos Servidores e Empregados				
Produto: Servidor beneficiado (unidade)				
UO 12101	163.404.436	18.629	162.745.853	22.391
UO 12102	8.708.553	1.114	8.604.435	1.101
UO 12103	8.415.326	1.067	8.359.482	1.091
UO 12104	14.450.683	1.852	14.370.378	1.884
UO 12105	7.781.596	984	7.779.507	1.004
UO 12106	5.025.281	651	4.975.977	649
TOTAL	207.785.875	24.297	206.835.632	28.120
2058 – Divulgação dos atos do Poder Judiciário e dos serviços essenciais à Justiça – TV Justiça				
Produto: Programa veiculado (hora)				
UO 12101	3.654.000 (2)214.288	600	2.643.726 (5)544.036	624
4091 –Capacitação de Recursos Humanos				
Produto: Servidor capacitado (unidade)				
UO 12101	14.245.107 (2)400.000 (3)48.000	13.397 (4) 14.525	10.200.488 (5)1.977.396	14.472 (6)1.767
UO 12102	1.516.235	436	934.707 (5)394.248	508 (6)22

AÇÃO: ATIVIDADE	R\$ 1.00			
	Execução			
	Orçamentária	Física	Financeira	Física
UO 12103	976.000	653 (4) 646	714.006 (5) 101.696	924
UO 12104	1.746.535	1.914 (2) 200.000 (4) 1.472	1.407.322 (5) 133.603	1.375 (6) 97
UO 12105	1.419.800	981 (2) 90.000	1.128.269 (5) 142.419	982
UO 12106	433.000	685	232.145 (5) 52.165	685
TOTAL	20.336.677	18.066	14.616.937	18.946
4224 - Assistência Jurídica a Pessoas Carentes Produto: Pessoa assistida (unidade)				
UO 12101	94.880.000	397.377 (4) 405.617	94.088.244 (5) 705.835	450.227 (6) 1.469
UO 12102	10.000	45	0	0
UO 12103	15.000	40	2.431	8
UO 12105	80.000	190	8.442	17
UO 12106	15.000	50	(5) 7.964 0	0
TOTAL	95.000.000	397.702	94.099.117	450.252
4257 - Julgamento de Causas na Justiça Federal Produto: Processo julgado (unidade)				
UO 12101	3.756.222.740	2.220.136 (2) 1.746.517 (3) 16.929	3.633.177.139 (5) 116.840.453	2.529.075
UO 12102	240.953.612	120.000 (3) 195.391	225.973.851 (5) 12.812.987	117.054
UO 12103	207.514.933	87.000 (2) 1.231.561 (3) 195.268	195.101.613 (5) 10.889.371	79.119
UO 12104	330.689.928	226.505 (3) 207.356	319.326.089 (5) 10.734.485	267.290
UO 12105	188.923.724	92.114 (2) 310.000 (3) 341.682	182.989.549 (5) 4.716.894	115.494
UO 12106	129.855.440	49.000 (3) 406.736	123.134.947 (5) 6.202.681	44.980
TOTAL	4.854.160.377	2.794.755	4.679.793.188	3.153.012

AÇÃO: ATIVIDADE	Dotação Autorizada		Execução		R\$ 1.00
	Orçamentária	Física	Financeira	Física	
OBS: As metas informadas nesta atividade estão de acordo com a apuração da Seção de Estatística do CJF, divulgadas após o período de inclusão dos dados no SIGPLAN.					
8417 – Funcionamento do Centro Cultural da Justiça Federal Produto: Centro cultural mantido (unidade) UO 12103					
	4.333.000	01	3.256.572	01	(2)163.058 (5)913.250
OBSERVAÇÕES: a) A Dotação Autorizada refere-se às previsões corrigidas das metas físicas e do financeiro; b) A Dotação Autorizada e meta física da UO 12101 são executadas por intermédio das 27 Unidades Gestoras da Justiça Federal de 1º Grau e do Conselho da Justiça Federal. (1) Dotação cancelada e remanejada para a ação 09HB – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais; (2) Dotação Indisponível; (3) Destaque concedido; (4) Meta física corrigida; (5) Inscrição em RP não processados; (6) Meta física de RP a ser atingida em 2011.					

Como produto dessa execução orçamentária, apresentam-se as principais realizações ocorridas em cada uma das ações integrantes do programa:

20AK – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente da criação e/ou provimento de cargos e funções e reestruturação de cargos e carreiras e revisão de remunerações

A dotação desta ação foi cancelada e remanejada para a ação 09HB – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais, com a finalidade de viabilizar a sua execução.

2004 – Assistência Médica e Odontológica

Em cumprimento ao art. 230 da Lei n. 8.112/90, com redação dada pela Lei n. 9.527/97, foi alocada dotação visando assegurar aos servidores, magistrados e dependentes a saúde física e mental, bem como um melhor desempenho funcional e aumento da qualidade e capacidade laborativa, sendo prestados serviços de assistência social, hospitalar, laboratoriais, perícias, serviços odontológicos e psicológicos, aquisição de medicamentos, equipamentos, materiais de consumo e manutenção de equipamentos.

2010 – Assistência Pré-Escolar aos Dependentes

Em cumprimento à Constituição Federal e ao Decreto n. 977, de 10/11/93, a atividade proporcionou a assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores, na faixa etária de zero até seis anos de idade em creches e pré-escolas, bem como aos excepcionais cujo desenvolvimento corresponda à idade mental relativa à faixa etária estabelecida, possibilitando a colaboração da instituição para a tranquilidade do servidor, com influência direta na qualidade do trabalho.

2011 – Auxílio-Transporte aos Servidores

Em atendimento à Medida Provisória 2.165-36, de 23.08.2001, e à Resolução CJF n. 4, de 14/3/2008, foram empregados recursos objetivando promover condições favoráveis ao deslocamento dos servidores de suas residências até o local de trabalho e respectivo retorno, na forma de custeio de parte de suas despesas com transporte, refletindo na assiduidade e, por conseguinte, na execução de suas tarefas diárias e no funcionamento ininterrupto da justiça federal.

2012 – Auxílio-Alimentação aos Servidores

Em atendimento ao art. 22 da Lei n. 8.460, de 17.09.1992, com redação dada pela Lei n. 9.527, de 10.12.1997, foram aplicados recursos com o objetivo de assegurar o benefício na forma de pecúnia, minimizando os custos com alimentação dos servidores, com reflexos positivos na qualidade de vida e na produtividade.

2058 – Divulgação dos atos do Poder Judiciário e dos serviços essenciais à Justiça – TV Justiça

Este projeto tem a finalidade de informar à sociedade brasileira sobre os atos do Poder Judiciário e sobre os serviços essenciais à Justiça em âmbito nacional, por meio da TV Justiça, propiciando ao cidadão conhecer e participar de forma mais direta das ações da Justiça.

O Centro de Produção da Justiça Federal – CPJUS, coordenado pelo CJF e formado pelas assessorias de comunicação dos cinco tribunais regionais federais, tem o objetivo de facilitar o acesso à divulgação dos atos do Poder Judiciário e dos serviços essenciais à Justiça em todo território nacional. No ano de 2011, destacaram-se as seguintes ações de comunicação social desenvolvidas pelo CPJUS:

I – Matérias jornalísticas:

- 378 matérias jornalísticas relativas ao CJF e 1.987 notícias relacionadas à Justiça Federal foram publicadas no Portal da Justiça Federal e encaminhadas, na forma de release, aos órgãos da imprensa nacional;
- 908 notícias publicadas na intranet do CJF.

II – Publicações:

- Revista Via Legal – 3 edições;
- Mural – 50 edições;
- Folha do CJF – 5 edições;
- Caderno TNU – 5 edições.

III – Televisão:

- 52 edições do programa Via Legal (435 a 486);
- 26 programas Momento Ambiental;
- Matérias jornalísticas para os jornais da TV Justiça com enfoque para a cobertura do dia a dia do CJF e dos tribunais regionais federais.

IV – Rádio: 240 matérias do programa Rádio Cidadania Judiciária.

A meta física superou a previsão em decorrência do desenvolvimento do projeto "Geração" do Planejamento Estratégico, iniciado em 2008, que teve como objetivo ampliar a

difusão das produções do Centro de Produção da Justiça, por meio de parcerias com emissoras de televisão regionais. Os programas vêm sendo exibido na TV Justiça, canal a cabo coordenado pelo Supremo Tribunal Federal (Lei n. 10.461, de 17 de maio de 2002), e, em canal aberto, nas 20 emissoras da Associação Brasileira de Emissoras Públicas Educativas e Culturais - ABEPEC e em 27 emissoras privadas regionais, totalizando 48 emissoras. Considerando a exibição mínima de uma vez por semana em cada emissora, chegamos ao final do ano de 2011 com 96 horas de exibição por mês. Dessa forma, com os recursos alocados, foi possível a realização de um número maior de horas de exibição de programas televisivos, o que possibilitou uma maior divulgação dos atos do Poder Judiciário.

4091 – Capacitação de Recursos Humanos

A ação visou promover, de forma integrada, a qualificação de pessoal, pela aquisição, reciclagem e aprimoramento de conhecimentos, envolvendo as áreas jurídica, administrativa, informática, comportamental entre outras, de modo a se obter melhor desempenho, incremento da produtividade e satisfação profissional, com consequente otimização dos serviços oferecidos aos jurisdicionados.

Assim, dos eventos realizados em 2011 na Justiça Federal de 1º e 2º Graus, destacam-se:

CJF

Como forma de aperfeiçoar a atuação dos servidores que exercem atividades de natureza gerencial, foi concluído em 2011, o Programa de Desenvolvimento Gerencial da Justiça Federal. Por meio dessa capacitação foram oferecidos conteúdos online criados por renomados professores da Universidade de Harvard.

Alguns eventos internos e especiais foram realizados com recursos próprios como o curso sobre o Sistema de Processo Judicial Eletrônico e a V Jornada de Direito Civil, enquanto outros ocorreram em regime de cooperação com outros órgãos como, por exemplo, o II Workshop do Sistema Penitenciário Federal e o 1º Seminário Nacional em Matéria Aduaneira.

Nos eventos externos, foram capacitados 101 servidores do CJF. O processo de evento externo propicia aos servidores atividades de aquisição/compartilhamento de conhecimento.

Além disso, foram realizados 28 cursos em parceria com o Superior Tribunal de Justiça e Tribunal Superior do Trabalho, nos quais foram capacitados 147 servidores do CJF.

Em outubro de 2011 o Programa Nacional de Capacitação – PNC, que estabelece as diretrizes, princípios, objetivos e metas relacionadas à capacitação, foi aprovado pelo CJF. Em consequência, foi realizado o Encontro com dirigentes de RH dos TRFs para detalhamento do plano de ação que integra o PNC e para discussão das alternativas existentes, recursos necessários, prazos e indicadores de acompanhamento.

No ano de 2011, foram realizados eventos com baixo custo em razão de uma política voltada para a realização de parcerias com outras instituições do Poder Judiciário e, por conseguinte, provocou uma contenção de valores na execução financeira. No entanto, o cumprimento das metas físicas praticamente alcançou as metas estabelecidas inicialmente, além de gerar uma crescente visibilidade perante a comunidade jurídica.

1ª REGIÃO

A dotação orçamentária visou promover, de forma integrada, a qualificação de pessoal, mediante ações de capacitação, envolvendo as áreas jurídica, administrativa, comportamental e de tecnologia da informação.

No ano de 2011, utilizando-se de todo suporte tecnológico disponível, o Tribunal e as Seções Judiciais da 1ª Região realizaram procedimentos rumo a uma política de promoção de desenvolvimento, valorização e de qualidade de vida de todo o corpo funcional. Buscou-se facilitar aos servidores a aquisição de novos conhecimentos para seu aperfeiçoamento individual e profissional e aplicação de técnicas e processos de trabalho que garantam a melhoria quantitativa e qualitativa dos serviços do Tribunal.

A concessão de bolsas de estudos de pós-graduação *lato sensu* foi uma das formas utilizadas para propiciar a educação continuada dos servidores e assegurar maior produtividade, tendo em vista a exigência de correlação dos cursos com a área de atuação dos inscritos nos processos seletivos realizados.

Nos processos seletivos realizados no ano de 2011, que envolveram a análise quanto ao cumprimento dos requisitos necessários à habilitação, foram ofertadas 24 bolsas de estudos.

Ao longo de 2011, a Escola de Magistratura Federal da 1ª Região (Esmaf), cujo objetivo é promover a preparação, formação, treinamento e aperfeiçoamento dos

magistrados federais, fez investimentos em capacitação de magistrados e servidores, dentre os quais se destacaram:

Eventos Realizados pela Escola de Magistratura Federal - 2011

EVENTOS
Cursos de Latim Básico e Avançado e tradução do 50º livro do Digesto
Ciclo de Conferências com as seguintes Palestras: "O Brasil no Panorama Internacional"; "Soluções dos Conflitos Políticos por meio de Cartas Constitucionais, a partir da perspectiva da História"; "Um Novo Tipo de Juiz"; "Sequestro Internacional de Crianças"; "Novo CPC – Perspectivas, Avanços e Retrocessos" e "Dívida Externa Brasileira em Libras Esterlinas".
Seminário Sobre a PEC dos Recursos
Curso de Formação para Magistrados Aprovados no XIII Concurso para Provimento do Cargo de Juiz Federal Substituto da 1ª Região
II Jornada de Planejamento e Gestão da ESMAF
I Jornada de Sistema Financeiro da Habitação da ESMAF
II Jornada de Direito Tributário da ESMAF
I Jornada de Ciências Sociais da ESMAF
II Jornada de Direito Civil da ESMAF
III Jornada de Direito Processual Penal da ESMAF
Publicação da Coleção Jornada de Estudos da ESMAF (vols 7 a 10)

A Universidade Corporativa da Justiça Federal da 1ª Região (Unicorp), instituída pela Resolução Presi 600-014, de 8/11/2007, para capacitar o quadro funcional para áreas específicas, promoveu diversas ações, no exercício de 2011, que tiveram foco na utilização do ensino a distância por intermédio de cursos virtuais, de cursos com videoconferência e cursos mistos (presenciais com videoconferência).

Dos eventos de capacitação virtuais participaram 1.163 servidores do Tribunal, das Seções e Subseções Judiciárias, destacando-se duas turmas do curso "Direito Tributário I", três turmas do "Direito Tributário II", 2 turmas da "Nova Ortografia da Língua Portuguesa", 1 turma para o curso de "Formação de Tutores para o curso Nova Ortografia da Língua Portuguesa"; 1 turma de "Desenvolvimento de Competências Gerenciais"; três turmas do curso de "Direito Administrativo" e 1 turma de "Ambientação à Justiça Federal da 1ª Região". Também foi implementado o Programa de Capacitação Continuada de Diretores de Secretaria de Vara da Justiça Federal da 1ª Região.

Foi também iniciado o projeto "A UniCorp em Videoconferência", com a realização de 16 palestras, coordenadas pelas Seccionalis e disponibilizadas por videoconferência para a 1ª Região, com 3.132 participações, com o objetivo de capacitar e especializar servidores da 1ª Região, dos mais longínquos municípios às capitais simultaneamente, com os mesmos palestrantes.

A UniCorp, além de implementar ações na modalidade a distância (cursos virtuais e por videoconferência), e atuar na modalidade presencial com turmas externas, propiciou a participação de 173 servidores do Tribunal, em áreas de orçamento, contabilidade, engenharia e direito. Dentre os eventos externos, destacaram-se: DIRF 2011; Auditoria de Obras Públicas; Curso Comp. Elaboração de Instrumento Obrigatório no Processo Licitatório; Modelos de Serviço de Gestão de Pacientes Crônicos e de Alto Custo; 82º Curso sobre SIAFI (Operacional); Ajustamento de Conduta e Controle de Disciplina de Funcionários Públicos; Atualização de Direito Administrativo; Curso de Capacitação em Direito Processual Civil; Entendendo GFIP. SEFIP na Administração Pública; Retenção de Tributos pelos Órgãos da Administração Pública; VIII Semana da Administração Orçamentária, Financeira e de Contratações Públicas; 2º Seminário dos Dirigentes e Gestores das Autogestões em Saúde; 40º Curso sobre SIAFI Gerencial; A Nova Contabilidade Pública Brasileira e a Perspectiva de Implantação de Custos no Setor Público; Curso de Processo Administrativo e de Improbidade Administrativa; Home Care: Problema ou Solução; Nova Planilha de Custos e Preço; Reformas Processuais Penais; Curso Prático de Direito Administrativo e Financeiro na Administração; Curso de Retenção de Encargos Trabalhistas, conforme a IN MPOG e Resolução CNJ 98/2009.

Destaca-se que o projeto “A Unicorp em Videoconferência” classificou-se em segundo lugar na categoria Educação a Distância do Prêmio Nacional de Educação Corporativa do Judiciário. O evento de premiação aconteceu em Goiânia, durante o Congresso Brasileiro de Educação Corporativa do Judiciário, realizado no período de 14 a 16 de setembro, que reuniu magistrados, secretários e servidores do Poder Judiciário. O projeto do TRF1 concorreu com mais dez trabalhos na mesma categoria. Composto por duas iniciativas, a Terça Gerencial e a Sexta Jurídica, o projeto tenta vencer o desafio imposto aos agentes capacitadores pela Lei n. 11.416/2006, que estabelece aos respectivos órgãos do Poder Judiciário a responsabilidade de oferecer, a cada dois anos, cursos de desenvolvimento gerencial aos titulares de funções comissionadas.

Para a implementação dos eventos de capacitação, a UniCorp tem priorizado a busca de instrutores internos, que são denominados Educadores Judiciários, de modo a consolidar a instrutoria interna e valorizar a atuação dos talentos da Casa, pois alia qualidade à otimização de recursos. Em 2011, para fortalecer a competência didática dos Educadores, foram ministradas 3 turmas do Curso Teoria e Prática da Docência On Line, com participação de 30 alunos.

Os eventos mais relevantes realizados na Justiça Federal da 1ª Região: I Encontro sobre Gestão Documental da 1ª Região; Seminário: Gestão de Custos: Conceitos,

Importância e Aplicabilidade na 1ª Região; Semana do Desenvolvimento Gerencial; Palestra Novo CPC – Perspectivas, Avanços e Retrocessos; Encontro do Controle Interno da 1ª Região: Novos Paradigmas; Encontro das Secretarias Administrativas da Justiça Federal da Primeira Região; I Encontro de Gestores da Segurança Judiciária da União; Curso de Ambientação, por meio da plataforma de Educação à Distância; Encontro de Gestão Administrativa; Programa de Educação Financeira; Programa de Educação Continuada de Diretor de Secretaria de Vara; I Encontro das Áreas de Administração de Recursos Humanos da Justiça Federal da 1ª Região; Curso de Aperfeiçoamento em Técnicas de Conciliação e Mediação; Curso de Aposentadorias e Pensões; Curso Projeto Básico e Termo de Referência; Curso Programa para Aposentadoria; III Módulo do Programa de Orientação à Aposentadoria; Seminário sobre Obras Públicas e Serviços de Engenharia; Curso de Regência Verbal e Nominal; Atualização da Lei 8.112/90; Treinamento e-SISAD; Treinamento das Seccionais para Implantação do Sistema E-JUR; GDP E GP-D nas Varas; Gestão de Custos: Conceitos, Importâncias e Aplicabilidade na 1ª Região; Palestra: Direitos, Deveres e Benefícios dos Servidores Públicos e Federais; Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos; Logística de Materiais no Serviço Público; Palestra: A Natureza Jurídica e os Critérios de Aplicação das Sanções Punitivas por Ato de Improbidade Administrativa; Curso: Semana Especial de SIAFI Operacional e SIFI Gerencial; Operacionalização do Sistema de Administração Financeira do Governo Federal, Principais Transações e Relatórios de Gastos Públicos; Composição de Custos e Formação de Preços de Serviços; Direito Tributário – Módulo I e II; Palestra: Ética, Teoria e Prática; Treinamento do Editor de Documento TRF1DOC; Aspectos Legais do Processo de Aposentadorias; Contrato Administrativo; Legislação Aplicada à Gestão de Pessoas – Lei 8.112/90; Gestão Estratégica de Pessoas e Planos de Carreira; Orçamento Público: Elaboração e Execução; Apresentação do Novo Modelo de Planilha de Custo de Formação de Preço; Palestra: Judicialização da Política; Treinamento para Implantação do E-Jur; Simpósio sobre Perícias Médicas; Curso Premium; Legislação Aplicada a Logística de Suprimentos; Seminário sobre as Inovações Introduzidas pela Lei 12.403/2011; Curso de Pregão Presencial com Formação de Pregoeiro; Curso em Siasg – Sistema Integrado da Administração de Serviços Gerais; IV Congresso Nacional dos Oficiais de Justiça Avaliadores Federais; Curso de Prática Previdenciária; Curso de Gestão Tributária de Contratos e Convênios; Curso Servidor Público - Enfoque Constitucional/Aposentadoria; Curso de Dosimetria da Pena; 6ª Jurídica: Judicialização da Saúde: Desafios e Perpectivas; Curso Desenvolvimento de Competências Gerenciais; Curso Direito Administrativo: Dispensa e Inexigibilidade de Licitações; Palestra: Gestão de resíduos e o perigo aviário no espaço aéreo da Amazônia;

uma Abordagem Jurídica; Curso de Planejamento Prévio das Licitações Públicas: Aspectos Jurídicos; 26º Congresso Brasileiro de Treinamento e Desenvolvimento; Curso Direito Constitucional; Curso Direito Penal Descomplicado; Curso Orçamento Público: Elaboração e Execução; XI Congresso de Qualidade de Vida; Curso Conciliação com Procedimentos e Técnicas de Conciliação; Curso de Desenvolvimento Comportamental dos Servidores; Palestra: Alguns Aspectos Polêmicos no Novo Projeto do CPC; Seminário Internacional - Acesso à Justiça na Sociedade Contemporânea: Dimensão Histórica, Sociológica, Filosófica, Econômica, Política e Jurídica; Simpósio sobre Perícia Médica e Benefícios Rurais; Curso dos Sistemas e-Sosti, e-Sisad, e-Guardião; V Encontro de Diretores de Secretaria da Justiça Federal da Bahia; II Encontro das Áreas de Desenvolvimento de Recursos Humanos e 26º Congresso Brasileiro de Treinamento e Desenvolvimento; Retenção de ISS na Contratação de Pessoas Físicas e Jurídicas; Nova Ortografia da Língua Portuguesa; Gestão de Convênios e de Contratos de Repasse para Convenentes; Orçamento Público - Elaboração e Execução; Sistemáticas de Custos; Semana Financeira e Orçamentária; Armas Não Letais (oferecido pela PRF, destinado a Agentes de Segurança); Contabilidade Pública Avançada; Atualização em Processo Civil; Orçamento: elaboração e execução; Postura Profissional com Excelência no Atendimento; 1º Congresso de Qualidade de Vida no Trabalho no Serviço Público Brasileiro; Curso de Direito Processual Penal; Curso de Libras; Curso Manutenção de Notebooks; Palestra Políticas Públicas - Violência Doméstica e Familiar; Treinamento Novo Editor de Texto – TRF1DOC; Curso como Atualizar Sistema de Câmeras; Curso Repercussão Geral; Curso Rumo a Aprendizagem Virtual; VII Congresso de Direito Previdenciário; Workshop: Como Implementar a Gestão em Unidades Judiciárias; Curso Prático: Retenção na Fonte de Tributos e Contribuições Sociais na Contratação de Bens e Serviços no Serviço Público; 3º Seminário Maranhense de Licitações e Contratações Públicas; Workshop: Gestão por Competências; CONBRASCOM 2011 – Congresso Brasileiro de Assessores de Comunicação de Justiça; Curso de Capacitação em Planejamento Estratégico; I Jornada de Ciências Sociais; Curso de Atualizações Jurídicas; Seminário sobre Inovações Introduzidas pela Lei 12.403/2011; Curso Cálculos Judiciais; Treinamento em serviço sobre o sistema e-Admin; Cálculos Trabalhistas; Curso de Excel; Cálculos Judiciais; I Jornada de Sistema Financeiro da Habitação; Seminário sobre Direito Aeronáutico; Curso de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro; SIAFI Gerencial; Curso Plataforma Processual JEF Virtual; XXIV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação; IV Seminário de Estudos Jurídicos da Amazônia Ocidental; Desenvolvimento de Líder Coach; Acessibilidade e Inclusão em Edifícios Públicos e Oficina sobre Execuções Fiscais.

2ª REGIÃO

Justiça Federal de 1º Grau da 2ª Região - Foram treinados 1.561 Juízes e servidores (indicando superação da meta em 40%), que participaram de cursos, congressos, palestras, seminários e simpósios - dentre os quais merecem destaque: os Cursos “Autos Virtuais - Processos Eletrônicos”; “Direito Empresarial sob o Enfoque da Justiça Federal – Aspectos Teóricos e Práticos”; “Cálculo Previdenciário”; “1º Atendimento aos Juizados Especiais Federais”; “Práticas Processuais Criminais”; “Ação de Improbidade Administrativa: Aspectos Teóricos e Práticos”; “Novo Manual de Procedimentos da Corregedoria Regional Federal da Justiça Federal 2ª Região”; “17º Seminário Internacional IBCCRIM”; “2º Seminário de Filosofia e Direito”; Seminário ENFAM: Desafios do Direito Comercial”; Palestra sobre “O Princípio da Dignidade da Pessoa Humana no Direito Contemporâneo” e “VIII FONAJEF - Fórum Nacional dos Juizados Especiais Federais”.

Justiça Federal de 2º Grau da 2ª Região - A execução desta atividade resultou na efetiva capacitação de 924 pessoas, sendo 776 servidores e 148 magistrados, quantitativo este que representa 71% da força de trabalho do TRF2, em 31/12/2011, (1.300 ativos) e supera em 41,50% a meta prevista na LOA/2011, que foi de 653.

Contribuíram para o alcance desse resultado, os treinamentos voltados para o desenvolvimento e aperfeiçoamento das funções gerenciais desempenhadas pelos 167 servidores ocupantes de cargos em comissão e pelos 164 ocupantes de funções comissionadas do TRF2R. Desses, 186 servidores foram treinados, ou seja, aproximadamente, 56,19% do total.

Destacamos alguns cursos relevantes e muito bem avaliados pelos participantes:

- Na área jurídica: “Desaposentação”, “Prisão, outras Medidas Cautelares e Liberdade Provisória na Lei 12.403/2011” e “Aposentadoria Especial”;
- Na área de informática: “Compartilhando e Protegendo seus Dados na Rede” e “Acessibilidade na Web”;
- Na área de recursos humanos: “Prático de GFIP/SEFIP na Administração Pública” e “Programa de Inclusão para Pessoas com Deficiências: Perspectivas e Desafios”;
- Na área de desenvolvimento gerencial: “1ª Conferência de Dirigentes do TRF-2ª Região – 1ª e 2ª Fases”, “Gestão Estratégica de Processos” e “Gestão Estratégica para Sustentabilidade”;
- Na área de administração/orçamento: “Avaliação de Controles Internos”;

- Na área de documentação: "Bibliotecas Digitais" e "Gestão e Preservação de Arquivos Digitais".

Na área de capacitação dos magistrados é importante destacar a atuação da Escola de Magistratura Regional Federal da 2ª Região – EMARF, que com o trabalho de suas 13 Comissões Temáticas e com a consolidação de parcerias com órgãos de referência no cenário nacional, promoveu, ao longo do ano de 2011, um total de 83 eventos, distribuídos em Grupos de Estudos, Grupos de Trabalho, Fóruns, Programa de Estudos Avançados e Cursos de Ensino a Distância, contabilizando, ao final do exercício, o treinamento de 148 Magistrados.

Por intermédio do recurso do "Ensino à Distância – EAD", ferramenta valorizada pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ na tarefa de capacitação, foram oferecidos pela Escola da Magistratura Regional Federal da 2ª Região – EMARF, junto com a participação de outras instituições, 9 treinamentos com carga horária total de 425 horas/aula: *"A formação humanista do juiz e a instrutoria em EAD"*; *"Do papel ao alcance das metas – o desafio de medir o desempenho"*; *"Aspectos controvertidos na cobrança do PIS e da CONFINS"*; *"Reforma do Código do Processo Penal"*; *"Plano de gestão de varas criminais"*; *"Planejamento estratégico e gestão de projetos"*; *"Produção do texto no processo eletrônico"*; *"Gestão para o funcionamento de varas criminais e de execução penal" – 2ª edição*; e *"Curso sobre o sistema de processo judicial eletrônico" – módulo I*.

No campo das parcerias com outras entidades também voltadas para as atividades de capacitação e desenvolvimento profissional, a Escola de Magistratura Regional Federal da 2ª Região – EMARF mantém 11 convênios de cooperação técnica firmados com diversas instituições nacionais e internacionais (Escolas de Magistratura de outros Órgãos Públicos Federais e Estaduais, faculdades, universidades e associação e instituto de classes) objetivando, sobretudo, a mútua realização de atividades acadêmicas, intercâmbios e o planejamento e implantação de projetos educacionais e de capacitação profissional. Em 2011, a EMARF obteve êxito em firmar esses tipos de convênios com o Tribunal Regional Eleitoral – TRE / Escola Judiciária Eleitoral - EJE e o Instituto dos Advogados Brasileiros - IAB.

Nos Fóruns realizados no ano de 2011, que contaram com palestrantes das diversas áreas do Direito, de renomado destaque no mundo jurídico, inclusive internacional, dentre os quais merece destaque o de "Cooperação Jurídica Internacional e o novo Código de Processo Civil" que teve como palestrante o Ministro Luiz Fux, registrou-se também um

significativo interesse na participação do público externo, entre operadores e estudantes de Direito, que totalizaram 2.324 inscritos.

Outro objetivo atingido pela EMARF foi a implantação do “Novo Portal da Revista da EMARF”, o qual, com a utilização dos recursos do “Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas – SEER”, proporcionará melhoria na avaliação da qualidade e maior rapidez no fluxo das informações de seus periódicos eletrônicos, disponibilizados ao público pela internet no endereço <http://seer.trf2.jus.br:81/emarf/ojs/index.php/emarf>.

3ª REGIÃO

ÁREA DE GESTÃO DE PESSOAS

No exercício de 2011 foram realizadas 580 ações de aprimoramento/capacitação dos servidores, com o objetivo de contribuir para a eficácia e modernização dos serviços e procedimentos da JF3R. Norteando-se pelos objetivos estratégicos da JF3R, destacam-se:

- ⇒ Cumprimento de 100% da carga horária prevista para ambientação dos servidores que ingressaram no exercício de 2011;
- ⇒ Intensificação e diversificação de cursos gerenciais, em conformidade com as diretrizes do CNJ;
- ⇒ Incremento dos cursos oferecidos na modalidade de instrutoria interna, bem como do Banco de Talentos da JF3R;
- ⇒ Alcance da meta estabelecida no Decreto n. 5296/04 de 5% do quadro de pessoal capacitado em LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais;
- ⇒ Grade específica de eventos para a área de TI e competências estratégicas;
- ⇒ Instituição das diretrizes da metodologia da Educação a Distância (EAD), no âmbito da JF3R, pela RES TRF3R n. 258/2011.

ESCOLA DE MAGISTRADOS DA JF3R

Além das atividades permanentes da EMAG, de promoção de Cursos de formação (ingresso na carreira) e de aperfeiçoamento de magistrados (vitaliciedade, promoção e atualização), que totalizaram 57 eventos e 789 participantes, destacam-se no exercício de 2011 as seguintes ações:

- ⇒ Com o objetivo de aumentar a qualidade e a produtividade das atividades desenvolvidas pelos magistrados, houve redução estratégica do número de palestras avulsas e workshops, priorizando, em contrapartida, a realização de cursos e

seminários, que permitissem uma abordagem mais profunda e ampla dos temas, refletindo, inclusive, na minimização dos afastamentos e custos com deslocamentos;

⇒ Cumprimento de 100% da carga horária prevista pela ENFAM para vitaliciedade de Magistrados;

⇒ Ampliação da acessibilidade ao conhecimento e priorização da educação na modalidade à distância, oferecendo cursos aos magistrados e servidores da JF3R na plataforma Moodle de ensino-aprendizagem, priorizando a difusão de eventos por videoconferência para as subseções da JF3R;

⇒ Divulgação eletrônica do Boletim *on line* (conteúdo de interesse cotidiano) e da Revista Acadêmica (interesse doutrinário-científico) e permissão para *download* de conteúdos;

⇒ Disponibilização dos certificados de participação pela *internet*, eliminando as etapas de elaboração, impressão e remessa de documentos;

⇒ Celebração de convênios com o Instituto de Estudos Avançados de Processo Penal e com a Universidade de São Paulo – Campus de Ribeirão Preto, objetivando a ampliação de vínculos cooperativos entre instituições jurídico-acadêmicas.

4ª REGIÃO

Os recursos, neste programa/atividade, foram gastos para pagamento de cursos a servidores e magistrados visando à qualificação, de forma integrada, nas áreas jurídica, de informática e comportamental, entre outras, de modo a obtenção de melhores condições de trabalho e maiores índices de produtividade na prestação jurisdicional. A meta proposta foi plenamente atingida.

5ª REGIÃO

A meta física da UO 12101 (1º grau) foi de 94,98% e ficou abaixo do previsto em virtude da variação do número de servidores capacitados. Foram inscritos em restos a pagar não processados R\$ 238.701,43, sem contrapartida de meta física.

A meta física da UO 12106 (TRF5R) foi plenamente realizada, restando o valor de R\$ 52.165,00 inscritos em restos a pagar não processados, sem contrapartida de meta física.

4224 – Assistência Jurídica a Pessoas Carentes

Em cumprimento ao disposto no art. 5º, inciso LXXIV, da Constituição Federal, a execução dessa ação proporcionou o acesso da população carente à tutela jurisdicional do Estado, fornecido pela justiça federal, assegurando-lhe o direito constitucional à assistência jurídica integral gratuita e ao pleno exercício dos direitos e garantias constitucionais individuais e coletivos, envolvendo despesas com pagamento de honorários advocatícios efetuados a defensores dativos, peritos, intérpretes e curadores especiais nomeados para prestação de assistência jurídica a pessoas carentes.

4257 – Julgamento de Causas na Justiça Federal

Os recursos alocados na atividade foram utilizados com o objetivo de assegurar as condições necessárias para a manutenção e o funcionamento dos serviços desenvolvidos nas áreas administrativa e judiciária, garantindo a continuidade da prestação dos serviços aos jurisdicionados.

Assim, realizaram-se despesas com aquisição e manutenção de serviços essenciais e aquisição de materiais de consumo e permanentes, bem como a realização de reformas e adaptações dos espaços físicos existentes nas dependências das unidades, contribuindo para o aperfeiçoamento da atividade jurisdicional.

Os recursos consignados nessa atividade foram aplicados, ainda, no pagamento da remuneração de magistrados e servidores ativos, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e, por conseguinte, refletindo positivamente nos trabalhos desempenhados em prol da prestação jurisdicional, destacando-se a realização de mutirões com a finalidade de dar celeridade aos trâmites dos feitos.

PROCESSOS	TRF	JF DE 1º GRAU	TOTAL
Julgados	623.937	2.529.075	3.153.012
Distribuídos	524.222	2.854.416	3.378.638
Tramitação	1.119.632	6.780.832	7.900.464

O quadro anterior demonstra o resultado da prestação jurisdicional que representa a meta de processos julgados e, ainda, toda a movimentação processual da Justiça Federal de 1º e 2º Graus, mantida com os recursos públicos.

A meta física dos processos julgados registrados no SIGPLAN foi de 2.936.847 e, de acordo com a apuração dos Dados Estatísticos da justiça federal, o total foi de 3 153 012. A

divergência entre os números ocorreu em virtude da data de apuração e publicação entre os dois sistemas. No entanto, a meta considerada correta para a prestação de contas é a dos Dados Estatísticos da justiça federal, por apresentar critérios de apuração padronizados para toda a justiça federal, bem como ser fonte oficial de ampla divulgação. Dessa forma, os processos julgados representaram 12,82% da previsão definida na LOA.

8417 – Funcionamento do Centro Cultural da Justiça Federal – CCJF

A Ação tem por finalidade manter em funcionamento as instalações do Centro Cultural da Justiça Federal – CCJF e assegurar o desenvolvimento de suas atividades sócio-culturais, tendo em vista a natureza peculiar de suas atividades.

Por conta dos recursos disponibilizados nessa ação, além das despesas de caráter continuado relacionadas à manutenção e ao funcionamento das atividades do Espaço Cultural houve a aquisição de equipamentos para ampliação do sistema eletrônico de segurança do prédio, para a modernização das instalações do teatro e de uma tela de projeção para o espaço de cinema. Bem como a realização dos serviços de restauro dos móveis originais que compõem o plenário da antiga sede do STF e que estão expostos à visitação pública; das portas entalhadas do prédio do CCJF, de autoria do artista e entalhador português Manoel Ferreira Tunes e a da sua fachada lateral esquerda.

Convém destacar a inauguração do Cine Cultural Justiça Federal, equipado com 56 assentos, destinando espaço especial para 4 cadeirantes, além de um assento para pessoa com obesidade mórbida, que logo no seu primeiro ano de funcionamento, abrigou festivais consagrados, dentre os quais, o *"V Encontro de Cinema Negro Brasil, África e Caribe"* e o *"Festival do Rio"*.

Ao longo de 2011 a programação do CCJF contou com os seguintes eventos: 23 exposições (com destaque para o *"FotoRio 2011"* e *"20 olhares novos"*); 115 apresentações musicais (como a *"História Através da Música"* e o lançamento do CD Marcos Lobo); apresentação do *"Documentário Abdias Nascimento"*; 1 lançamento de DVD; 15 mostras cinematográficas; 09 peças teatrais (em especial *"Nise da Silveira – Senhora das Imagens"* e a infantil: *"O Menino Detrás das Nuvens"*); 3 atividades novas de artes cênicas (*"Um Número"*, *"Umbigar"* e a *"Ópera Faust"*); 54 palestras, debates e mesas redondas; 14 oficinas; 6 cursos, 17 atividades educativas, lançamento de 35 livros; 7 atividades ligadas ao projeto *"(Re)Conhecendo a Biblioteca do CCJF"*; 3 atividades especiais (*"Sarau de MPB"*, *"Uma noite com o xadrez"* e *"Leitura de Portfolio por Flávio Damm"*); a Série Justiça e

Pensamento, a Oficina “Contação de Histórias” e o Curso “Gestão de ambientes culturais inclusivos”.

A realização desses eventos resultou na visitação de, aproximadamente, 135 mil visitantes/ano, tendo, nesse período, o “site” do CCJF registrado o número de 69.010 acessos, mostrando ter se consolidado em uma efetiva ferramenta de comunicação para a divulgação da cultura.

Registre-se que em 2011, a empresa que explora uma cafeteria nas dependências do CCJF depositou nos cofres públicos o valor de R\$ 19.909,74, em contrapartida pela concessão de um espaço para exercer atividade comercial que atende a quem visita as exposições, o teatro e as demais atividades culturais oferecidas ao público.

A.2 – Projetos do Programa 0569 – Prestação Jurisdicional na Justiça Federal

No que tange aos projetos previstos no Programa 0569 – Prestação Jurisdicional na Justiça Federal, verifica-se a seguinte execução orçamentária:

AÇÃO: PROJETO	R\$ 1.00			
	Execução			
	Orçamentária	Física	Financeira	Física
102Y - Construção de Edifício-sede da Justiça Federal em Rio Grande - RS				
Produto: Edifício construído (% de execução física)				
UO 12101	3.000.000	13%	1.133.051	4,81%
			(5)1.866.948	
103C – Construção de Edifício-sede da Justiça Federal em Três Lagoas – MS				
Produto: Edifício-sede construído (% de execução física)				
UO 12101	1.250.000	12,08%	152.213	1,47%
			(5)1.097.786	(6)10,61%

AÇÃO: PROJETO	Dotação Autorizada		Execução		R\$ 1,00
	Orçamentária	Física	Financeira	Física	
103D - Construção de Edifício-Sede da Justiça Federal São José dos Campos-SP Produto: Edifício-sede construído (% de execução física)					
UO 12101	197.065	1,16%	197.064	1,16%	
103F – Construção de Edifício Anexo da Justiça Federal em Campo Grande – MS Produto: Anexo construído (% de execução física)					
UO 12101	1.900.000	5,00%	—	—	
10AQ: Construção de Edifício-sede da Seção Judiciária em Rondonópolis - MT Produto: Edifício construído (% de execução física)					
UO 12101	1.201.970	27,00%	0	0%	(5) 1.201.970 (6) 27,00%
10SH: Construção de Edifício Anexo da Seção Judiciária em João Pessoa - PB Produto: Edifício construído (% de execução física)					
UO 12101	3.300.000	30,00%	—	—	
111Z – Aquisição de Terreno para construção do Edifício sede da Seção Judiciária em Belém - PA Produto: Terreno Adquirido (unidade)					
UO 12101	830.000	02	333.000	01	(5) 497.000 (6) 01

AÇÃO: PROJETO	R\$ 1,00			
	Dotação Autorizada		Execução	
	Orçamentária	Física	Financeira	Física
1136 - Modernização de instalações da Justiça Federal				
Produto: Instalação modernizada (unidade)				
UO 12101	10.892.935	59	1.427.661	21
	(2) 785.782		(5) 8.546.260	(6) 41
UO 12102	1.280.000	04	567.260	03
			(6) 591.732	
UO 12103	400.000	01	13.125	0
	(2) 25.376		(5) 361.498	(6) 01
UO 12105	130.000	01	39.490	01
			(5) 19.892	
UO 12106	448.000	01	16.776	0
			(5) 158.651	(6) 01
TOTAL	13.150.935	43	2.064.312	25
11HX – Construção do Edifício-Sede da JF em Vitória da Conquista - BA				
Produto: Ed. Construído (% de exec física)				
UO 12101	3.000.169	35,13%	2.227.525	26,08%
			(5) 772.643	(6) 9,05%
11JL – Construção do Edifício-sede da Justiça Federal em Foz do Iguaçu - PR				
Produto: Edifício construído (% de execução física)				
UO 12101	6.000.000	16,00%	0	0%
			(5) 6.000.000	(6) 16,00%
11KR – Construção do Edifício-sede da Justiça Federal em Blumenau - SC				
Produto: Edifício construído (% de execução física)				
UO 12101	3.100.000	7,44%	0	0%
			(5) 3.100.000	(6) 7,44%

AÇÃO: PROJETO	R\$ 1,00			
	Execução			
	Orçamentária	Física	Financeira	Física
11RQ – Reforma do Fórum Federal de Execuções Fiscais de São Paulo - SP Produto: Imóvel reformado (% de execução física)				
UO 12101	4.300.000	—	—	—
11RV – Construção do Edifício-sede do TRF da 1ª Região em Brasília - DF Produto: Edifício construído (% de execução física)				
UO 12102	47.500.000 (2) 30.037.470 (3) 2.012.519	10,00%	0 (6) 15.238.517	0,095% (6) 3,46%
11YR – Construção do Edifício-sede da Justiça Federal em União dos Palmares AL Produto: Edifício construído (% de execução física)				
UO 12101	2.163.000	—	0 (6) 1.740.038	0% (6) 47,64%
12OX – Reforma e ampliação do Edifício-sede da Justiça Federal em Boa Vista-RR Produto: Imóvel reformado (% de execução física)				
UO 12101	3.496.831	100%	0 (5) 3.496.831	0% (6) 100%
12OZ – Reforma da Sede da Justiça Federal em Fortaleza - CE Produto: Imóvel reformado (% de execução física)				
UO 12101	5.001.562	—	389.988 (5) 4.610.012	8% (6) 92,00%

AÇÃO: PROJETO	Dotação Autorizada		Execução		R\$ 1,00
	Orçamentária	Física	Financeira	Física	
12OV – Aquisição de Imóveis para funcionamento do TRF 3ª Região – Torre Norte - SP Produto: Imóvel adquirido (sala comercial) UO 12104	20.011.228	07	11.247.444 (5) 8.763.784	04 03	
12R6 - Construção de Edifício-anexo da Seção Judiciária em Salvador – BA Produto: Edifício construído (% de execução física) UO 12101	1.000.000	—	—	—	
12YS – Ampliação do Edifício-sede da Subseção Judiciária de Caruaru - PE Produto: Edifício ampliado (% de execução física) UO 12101	3.000.000	100%	U (5) 3.000.000	0% (6) 100%	
12YT – Aquisição de Imóveis para funcionamento do TRF 3ª Região em São Paulo – SP Produto: Imóvel adquirido (sala comercial) UO 12104	20.100.000 (2) 4.310.976	05	0 (5) 12.836.215	0	
14LQ – Aquisição de Edifício-sede da justiça Federal em Guarabira – PB Produto: Edifício adquirido (unidade) UO 12101	551.000	—	0 (5) 551.000	0	
14LR – Reforma do Juizado Especial Federal de São Paulo – SP Produto: Edifício reformado (% de execução física) UO 12101	3.900.000	—	—	—	

R\$ 1.00

AÇÃO: PROJETO	Dotação Autorizada		Execução	
	Orçamentária	Física	Financeira	Física
1A58 – Construção de Edifício-sede da Justiça Federal em Santarém – PA Produto: Edifício construído (% de execução física)				
UO 12101	300.000	8% (4) 5,06%	0 (5) 212.755	0% (6) 3,59%
1B15 – Construção de Edifício Anexo da Justiça Federal em Campina Grande – PB Produto: Anexo construído (% de execução física)				
UO 12101	1.258.000	18,00% (4) 1.258.000	0 (5) 1.258.000	0% (6) 18,00%
1J19 – Construção de Edifício-sede da Justiça Federal em Dourados – MS Produto: Edifício construído (% de execução física)				
UO 12101	2.500.000	11% (4) 90,58%	4.665 (5) 2.200.004	0,19% (6) 79,71%
1J28 - Construção do Edifício Anexo da Justiça Federal em Boa Vista – RR Produto: Anexo construído (% de execução física)				
UO 12101	1.000.000	46%	—	—
3600 – Reforma do Edifício-sede do TRF da 3ª Região em São Paulo - SP Produto: Edifício reformado (% de execução física)				
UO 12104	3.000.000	6,00% (2) 468.675	0 (5) 2.898.659	0% (6) 6,00%
3755 – Implantação de Varas Federais Produto: Vara Federal Instalada (Unidade)				
UO 12101	23.359.321	96 (4) 46	12.401.848 (5) 9.933.848	46

AÇÃO: PROJETO	Dotação Autorizada		Execução		R\$ 1,00
	Orçamentária	Física	Financeira	Física	
3757 - Implantação de Sistema Integrado de Gestão de Informação Jurisdicional na Justiça Federal (e-jus) Produto: Sistema implantado (% de execução física)					
UO 12101	61.884.881 (2) 2.989.329	9% (4) 9,65%	8.153.672 (5) 50.151.744	1,28%	
7E44 - Construção do Edifício-sede da Justiça Federal em Cáceres - MT Produto: Edifício construído (% de execução física)					
UO 12101	381.500	13,77%	0 (5) 381.500	0% (6) 13,77%	
7H63 - Construção do Edifício-sede da Subseção Judiciária de Barreiras - BA Produto: Edifício construído (% de execução física)					
UO 12101	12.000	—	0 (5) 11.127	0% (6) 0,15%	
7J50 - Construção do Edifício-sede da Subseção Judiciária em Feira de Santana - BA Produto: Edifício construído (% de execução física)					
UO 12101	10.000.000	41% (4)89,92%	0 (5) 10.000.000	0% (6) 89,92%	
7K49 - Construção do Edifício-sede da Subseção Judiciária em Jequié - BA Produto: Edifício construído (% de execução física)					
UO 12101	1.650.000	21% (4)26,65%	70.686 (5) 1.579.313	1,142% (6) 25,51%	

AÇÃO: PROJETO	R\$ 1,00			
	Execução			
	Orgâmentária	Física	Financeira	Física
7K63 - Construção do Edifício Anexo da Justiça Federal em Palmas - TO Produto: Edifício construído (% de execução física)				
UO 12101	8.450.000	38% (4)43,80%	7.040.858 (5) 1.409.141	36,50% (6) 7,30%
7L87 - Construção do Edifício-sede da Seção Judiciária em Macapá - AP Produto: Edifício construído (% de execução física)				
UO 12101	17.990.404	59% (4)40,71%	9.095.062 (5) 8.826.886	20,58% (6) 19,98%
7N57 - Construção do Edifício-sede da Subseção Judiciária em Marabá - PA Produto: Edifício construído (% de execução física)				
UO 12101	145.740	3,87% (2) 1.200.000	116.959 (5) 26.350	3,11% (6) 0,70%
7Q70 - Construção de Edifício-sedes da Justiça Federal Produto: Edifício construído, reformado e ampliado (unidade)				
UO 12101	1.300.000	02	0	0
7Q71 – Reforma e Ampliação de Edifício-sedes da Justiça Federal no município de Monteiro -PB Produto: Edifício Reformado e Ampliado (unidade)				
UO 12101	700.000	01	124.896 (5) 574.696	01

AÇÃO: PROJETO	Dotação Autorizada		Execução		R\$ 1,00	
	Orçamentária	Física	Financeira	Física		
7R05 – Aquisição de Edifício-sede da Justiça Federal – No município de Mogi das Cruzes - SP						
Produto: Edifício adquirido (unidade)						
UO 12101	6.000.000	01	—	—		
<p>(1) Dotação Cancelada;</p> <p>(2) Dotação Indisponível;</p> <p>(3) Destaque concedido;</p> <p>(4) Meta física corrigida;</p> <p>(5) Inscrição em RP não processados;</p> <p>(6) Meta física de RP a ser atingida em 2011.</p>						

As principais realizações ocorridas em cada um dos projetos existentes no Programa 0569 – Prestação Jurisdicional na Justiça Federal foram:

102Y – Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Rio Grande - RS

Os recursos, neste projeto, foram gastos com a execução e a fiscalização da obra da nova sede da Seção Judiciária de Rio Grande/RS. A meta fixada na LOA baseou-se em um valor de contratação menor que a efetivada, razão pela qual não houve o atingimento da meta nos seus patamares iniciais.

103C – Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Três Lagoas – MS

A construção de edifício-sede da Justiça Federal em Três Lagoas-MS tem a finalidade de atender e receber o público alvo em instalações condizentes que propiciem o bem estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação dos serviços jurisdicionais da JF.

Em 2011 foi aprovado crédito suplementar de R\$ 600.000,00, através da Lei 12.579/2011. Foram executados R\$ 152.213,89, restando R\$ 1.097.786,11 inscritos em restos a pagar não processados, que representam 10,61% da meta física.

103D – Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal de São José dos Campos – SP

A construção de edifício-sede da Justiça Federal em São José dos Campos-SP tem a finalidade de atender e receber o público alvo em instalações condizentes que propiciem o bem estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação dos serviços jurisdicionais da JF.

A obra foi concluída pelo valor total de R\$ 13.643.341,52, empenhado entre os exercícios de 2001 e 2011. Houve economia de R\$ 3.267.678,48 em relação ao valor inicialmente estimado, representando redução de 19,32%.

103F – Construção de Edifício Anexo da Justiça Federal em Campo Grande – MS

Em 2011, todo o valor previsto para esta ação foi oferecido como fonte de cancelamento para suplementação de outras dotações.

10AQ – Construção do Edifício-Sede de Seção Judiciária em Rondonópolis – MT

Durante o ano foram empenhados e inscritos em restos a pagar processados R\$ 1.201.970,00. Desse total, R\$ 1.137.970,00 foi para empresa Maat Engenharia Ltda EPP visando a conclusão da obra do pavimento superior da Subseção e R\$ 64.000,00 para a empresa Montante Construtora e Impermeabilizadora para a fiscalização.

A primeira etapa da obra foi concluída e não há pendências. Quanto à segunda etapa, relativo aos valores acima mencionados, encontra-se na fase preliminar com mobilização e instalações provisórias. Tem previsão de iniciar em janeiro de 2012 e prazo de execução de 6 meses.

10SH – Construção de Edifício Anexo da Seção Judiciária em João Pessoa – PB

Em 2011, todo o valor previsto para esta ação foi oferecido como fonte de cancelamento para suplementação de outras dotações.

111Z – Aquisição de terrenos para construção do Edifício-Sede da Seção Judiciária em Belém – PA

Dentro dos limites definidos para a 1ª Região foram alocados R\$ 550.000,00. Em 2011, foi necessária a abertura de crédito adicional suplementar de R\$ 280.000,00. Foi

empenhado o montante de R\$ 830.000,00 que ficou inscrito em restos a pagar para pagamento em 2012, sendo: R\$ 333.000,00, inscritos em restos a pagar processados, em cumprimento de decisão cautelar para desapropriação do imóvel do interesse da Seccional do Pará e R\$ 497.000,00, inscritos em restos a pagar não processados, para aquisição de terreno.

1136 – Modernização de Instalações da Justiça Federal

1ª REGIÃO

Os créditos investidos nesse projeto destinaram-se a modernizar as instalações do TRF e das Seções Judiciárias da 1ª Região, por intermédio da realização de reformas e adaptações de imóveis, visando proporcionar condições físicas adequadas ao bom funcionamento dos serviços judiciários.

Ressalta-se que as diversas necessidades da 1ª Região, solicitadas na proposta orçamentária para 2011, foram priorizadas de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo planejamento estratégico para obras e reformas. As principais ações realizadas neste projeto foram:

- SJRR: Recuperação da 1ª Vara Federal, em caráter emergencial, na rede elétrica, telefônica, climatização e demais instalações, em função de risco de incêndio;
- SJRO: Elaboração de projetos e serviços de cabeamento estruturado de energia elétrica no CPD do edifício-sede;
- SJTO: Contratação de empresa especializada na execução de serviços de engenharia para a Subseção Judiciária de Gurupi/TO;
- SJAC: Execução de serviços de fornecimento de material e reforma dos jardins, bem como de reforma do imóvel funcional da JFAC;
- SJAM: Execução e fiscalização da obra de interligação do prédio-sede e o edifício Rio Negro e da reforma do imóvel Tocaia da JFAM; implantação do sistema de combate a incêndio; reforma do prédio da sede da Seção e instalação de tendas para uso no estacionamento da Subseção de Tabatinga/AM;
- SJMT: Serviço de instalação com fornecimento de material, de acessibilidade para portadores de necessidades especiais e impermeabilização do edifício-sede da JFMT;

reforma do prédio locado e serviço de modernização do cabeamento estruturado da Subseção de Rondonópolis/MT;

- SJPI: Contratação de serviços de pintura e de obra de ampliação do estacionamento de veículos do edifício-sede da JFPI e reforma das instalações físicas do edifício-sede da Subseção de Cenajus/PI;

- SJMA: Aquisição de no-breaks para a SJMA e Subseções de Imperatriz e Caxias e Pintura externa e interna do edifício-sede e anexo da SJMA;

- SJPA: Reforma da sede da Seção Judiciária, com a elaboração de projetos executivos das instalações prediais, com a finalidade de prepará-las para o arquivo; reforma dos edifícios-sede das subseções judiciárias de Altamira e Santarém e reforma e adaptações de imóvel da sede da Subseção Judiciária de Paragominas/PA;

- SJGO: Contratação de empresa para elaboração de projetos para adaptação do imóvel locado para a SJGO e serviços de adaptação, reforma e modernização de área e instalações no edifício onde funcionarão os JEFs da JFGO;

- SJBA: Execução de serviço de drenagem de águas pluviais junto ao muro da divisa do terreno e projeto de sonorização da SJBA e elaboração de projeto básico de acessibilidade de deficientes físicos, sistemas de proteção contra incêndio e pintura externa e interna na Subseção Judiciária de Barreiras;

- SJDF: Aquisição de equipamentos de rede;

- SJMG: Elaboração de projeto executivo e substituição das instalações hidráulicas; elaboração de projeto básico e executivo para adequação das instalações de ar condicionado; aquisição de switches tipo core III e tipo borda para atender as necessidades nos edifícios que abrigam a SJMG; contratação de serviços de ampliação do cabeamento estruturado; contratação de serviços de ampliação da rede lógica e fornecimento e instalação de estabilizador eletrônico para a Subseção Judiciária de Uberlândia; serviços de construção de cabeamento estruturado na Subseção Judiciária de Sete Lagoas; serviços de impermeabilização do edifício-sede da Subseção Judiciária de Juiz de Fora e fornecimento e instalação de piso tipo paviflex, incluindo a aplicação de tratamento impermeabilizante na Subseção de Contagem;

- TRF: serviços de escoramento da estrutura metálica para substituição da cobertura do telhado, reforma do hall do plenário, criação de sala vip e contratação de empresa para reforma dos sanitários e revitalização da fachada da Sede I.

2^a REGIÃO

Justiça Federal de 1º Grau da 2^a Região - Os recursos destinados a execução desse Projeto foram utilizados na reforma do telhado do prédio onde estão instaladas as Seções de Almoxarifado e de Transportes da SJRJ, situado à Rua do Equador, na cidade do Rio de Janeiro, e na modernização dos elevadores do prédio onde funcionam as Varas Federais Cíveis, que se efetivará com o fornecimento e a instalação de 03 elevadores do prédio Anexo I e com a adequação de componentes dos 07 elevadores do prédio Anexo II.

Justiça Federal de 2º Grau da 2^a Região – O projeto tem por finalidade reformar, ampliar e modernizar as instalações do complexo predial onde tem sede o TRF2R, com área total construída de 49.255,64m², visando proporcionar condições físicas adequadas ao bom funcionamento dos serviços judiciários.

No exercício de 2011 os recursos alocados nesse Projeto foram destinados a realização da despesa com a aquisição de cartões magnéticos, com tecnologia *microchip*, para viabilizar o pleno funcionamento do "Sistema de Controle de Acesso" dos usuários das instalações dos prédios onde funciona o TRF2R, medida esta que faz parte de um conjunto de ações voltadas para a modernização do "Sistema de Automação Predial". E, também, com a contratação de serviços que objetivam a modernização do "Sistema de Refrigeração" que, após implementado, propiciará melhor desempenho do sistema, redução do consumo de energia elétrica e aperfeiçoamento no padrão térmico compatível com as necessidades dos diversos setores.

3^a REGIÃO

Foram reformadas, ampliadas e modernizadas, visando proporcionar condições físicas adequadas ao bom funcionamento dos serviços jurisdicionais, as seguintes instalações:

TRF3R: Reforma dos conjuntos 111 e 112 do Edifício Funcef Center com utilização de recursos materiais disponíveis na UJ;

SJSP: Prédio Administrativo Central de São Paulo (piso elevado, no-break) e da Praça da República – SP (reforma da cobertura, infraestrutura, no-break); Fóruns Civil, Previdenciário e Criminal de SP (impermeabilização de lajes) e Fóruns Federais de Santos (reforma hidráulica, forros e luminárias, piso, cabeamento estruturado), Araçatuba (no-break), Ourinhos (piso elevado, forro e luminárias), Araraquara (forros e luminárias, cabeamento estruturado), Sorocaba (forros e luminárias, cabeamento estruturado), São

Bernardo do Campo (no-break), Santo André (infraestrutura, no-break), Campinas (no-break) e Guarulhos (no-break) e JEF de SP (impermeabilização de lajes, infraestrutura elétrica e telemática, forros e luminárias, piso elevado, reforma salas de perícias e construção de dois sanitários para gabinetes, equipamento self-contained), Osasco (piso elevado, cabeamento estruturado), Caraguatatuba (forros e luminárias, no-break) e Jundiaí (no-break).

SJMS: Fóruns de Corumbá (reforma e adequação de salas de Perícia e Arquivo), Ponta Porã (aquisição e instalação de elevador, no-break e motogerador), Dourados (reforma do pórtico de entrada e instalação de porta giratória), Campo Grande (adequação do sistema de cabeamento estruturado e da infraestrutura de rede elétrica exclusiva para equipamentos de tecnologia da informação) e JEF de Campo Grande (aquisição e instalação de elevador, reforma de banheiros para atender normas de acessibilidade).

Os valores aprovados/ajustados na LOA (crédito adicional com cancelamento compensatório no valor de R\$ 2.771.435,00 para a SJSP) foram suficientes para cumprimento da meta física.

4^a REGIÃO

Justiça Federal de 1º grau da 4^a Região – Os gastos, neste programa/projeto, referem-se a serviços de modernização nas instalações da SJRS, na subseção de Novo Hamburgo, e no prédio sedc da SJSC, em Florianópolis. A meta foi parcialmente atingida, sendo que, das três unidades a modernizar projetadas, uma foi realizada no decorrer do exercício de 2011 e a outra encontra-se pendente de realização físico-financeira, via restos a pagar em 2012. Na presente programação persiste o problema já relatado em exercícios anteriores, onde as limitações orçamentárias do projeto de modernização vêm obrigando as administrações das unidades executoras a reavaliar suas programações inicialmente estabelecidas e adequá-las a situação vigente.

Justiça Federal de 2º grau da 4^a Região – Os gastos, neste programa/projeto, referem-se a serviços de modernização nas instalações do prédio-sede do Tribunal Regional Federal da 4^a Região. A meta proposta foi atingida.

5^a REGIÃO

Os recursos destinados nesta dotação foram utilizados para execução de modernização e recuperação das instalações físicas das Seções Judiciárias da 5^a Região, com o objetivo de operacionalizar os ambientes, de maneira a agilizar e melhorar o atendimento da demanda social.

A UO 12101 ficou com 80% da meta física (12 unidades) para ser realizada no exercício de 2012, com o valor de R\$ 1.948.502,66 inscritos em restos a pagar não processados.

A UO 12106 ficou com a meta física (1 unidade) para ser realizada no exercício de 2012, com inscrição de R\$ 158.651,30 em restos a pagar não processados.

11HX – Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Vitória da Conquista – BA

No exercício de 2011 foi dada continuidade à construção do edifício-sede, obra iniciada em 2009. A meta física constante da LOA de 2011 foi corrigida em função do custo total da obra ter mudado para R\$ 8.539.545,66.

Dentro dos limites definidos para a 1ª Região foram alocados R\$ 2.065.169,00 que, após a abertura de crédito adicional suplementar de R\$ 935.000,00, totalizaram R\$ 3.000.169,00.

Foram pagos em 2011, R\$ 2.227.525,10 e inscritos em Restos a Pagar não processados, para pagamento em 2012, R\$ 772.643,90.

Além da execução acima mencionada foram pagos como despesas extra-orçamentárias, decorrente do convênio com a CEF, R\$ 650.747,33,00.

A obra foi concluída e inaugurada em janeiro de 2012, com emissão do termo de recebimento provisório.

11JL – Construção de Edifício-Sede da Justiça Federal em Foz do Iguaçu – PR

Os recursos, neste projeto, foram gastos com a execução da obra da nova sede da Seção Judiciária de Foz do Iguaçu, no Paraná. A meta proposta foi parcialmente atingida. Ressalte-se que, inicialmente, a contratação das obras de execução ocorreu no mês de dezembro, sendo que a realização da meta se dará via execução de restos a pagar em 2012. Dois fatores implicaram na alteração da meta projetada na LOA: 1) houve uma redução de 40% no valor inicial da dotação aprovada visando ao atendimento de necessidades de créditos adicionais em outras programações; 2) a contratação das obras em patamares superiores aos utilizados nos cálculos estimativos realizados quando da elaboração do PLOA.

11KR – Construção de Edifício-Sede da Justiça Federal em Blumenau – SC

Os recursos, neste projeto, foram gastos com a execução da obra da nova sede da Seção Judiciária de Blumenau, em Santa Catarina. A meta proposta foi plenamente atingida. O fator que implicou na alteração significativa da meta projetada na LOA foi a aprovação de crédito adicional no mês de dezembro, que acresceu R\$ 3.000.000,00 à dotação inicial, que era de R\$ 100.000,00.

11RQ – Reforma do Fórum Federal de Execuções Fiscais de São Paulo – SP

Crédito especial publicado no último quadrimestre de 2011, que será reaberto no exercício de 2012.

11RV – Construção do Edifício-Sede do TRF da 1ª Região em Brasília – DF

Dentro dos limites definidos ao TRF da 1ª Região, foi alocado inicialmente o montante de R\$ 50.000.000,00 que foi reduzido em R\$ 2.500.000,00 no Congresso, por emenda, restando R\$ 47.500.000,00.

No decorrer de 2011, o Tribunal empenhou e inscreveu em restos a pagar não processados R\$ 15.238.517,67. Foi contingenciado R\$ 30.037.470,00 e descentralizado para o Ministério do Exército R\$ 2.012.519,20 para atender ao 3º Plano de Trabalho que inclui assessoramento técnico no gerenciamento e fiscalização da obra de construção do edifício-sede (terceira etapa).

A obra está na fase de superestrutura, com execução de subsolo e 1º andar, sendo composta pelos blocos A (gabinetes), B (plenário), C (sala de seções) e D (administrativo). Os blocos A e D têm subsolos comuns e estão 100% concluídos. O subsolo do bloco B (plenário) ainda não foi iniciado, por falta de ajustes nos projetos estruturais a serem elaborados pelo engenheiro calculista.

Em andamento a superestrutura (1º andar) dos blocos A e D e o subsolo do bloco C.

A execução do contrato está na ordem de 25% até dezembro/2011 e dentro do cronograma proposto dessa terceira etapa.

11YR – Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em União dos Palmares – AL

Este projeto tem por finalidade a construção de um edifício-sede para a Justiça Federal em União dos Palmares, Alagoas, que atualmente, encontra-se funcionando em uma sede provisória.

Em 2010 houve a licitação e o empenho da 1ª Fase do projeto que ficou orçado em R\$ 1.489.489,00. Em 2011 foi solicitado um Crédito Especial no valor de R\$ 2.163.000,00 para início da segunda etapa da obra. O valor total previsto para a obra é de R\$ 3.652.489,00.

O valor inscrito em restos a pagar não processados, R\$ 1.740.038,00 corresponde a 47,64% da meta física.

Esta dotação foi decorrente de um crédito especial para complementação da Obra de União dos Palmares. O saldo de R\$ 422.962,00 será reaberto no exercício 2012 e corresponde a 11,3% da meta física.

12OV – Aquisição de Imóveis para funcionamento do TRF 3ª Região – Torre Norte-SP

12YT – Aquisição de Imóveis para funcionamento do TRF 3ª Região em São Paulo - SP

Com a finalidade de proporcionar condições físicas adequadas ao bom funcionamento dos serviços jurisdicionais prestados à população da JF3R foram adquiridos, no exercício de 2011, os seguintes imóveis, localizados no Edifício Cetenco Plaza, Torre Norte, na Av. Paulista n. 1842, anexo ao Edifício Sede:

Imóvel	Laudo de Avaliação de Imóveis da CEF			Valor da aquisição (R\$)
	Mínimo (R\$)	Médio (R\$)	Máximo (R\$)	
Conj. 116 e 117 (11.º andar)	5.400.000,00	6.000.000,00	6.600.000,00	5.400.000,00
Conj. 135 a 138 (13.º andar)	12.950.000,00	14.400.000,00	16.000.000,00	11.247.443,76
Conj. 195 a 198 (19.º andar)	12.105.000,00	13.210.000,00	14.531.850,00	10.800.000,00
Conj. 227 e 228 (22.º andar)	5.400.000,00	6.000.000,00	6.600.000,00	5.400.000,00

Foram adquiridos imóveis anteriormente utilizados pelo TRF3R na qualidade de locatário, mantendo a concentração da estrutura física do órgão e representando significativa economia com os custos mensais de aluguel. Conforme laudos de avaliação de imóveis, elaborados pela CEF, os valores de aquisição foram inferiores aos mínimos

estimados no mercado imobiliário, cumprindo, assim, o dever de eficiência na gestão dos recursos públicos (art. 37 da CR).

12OX – Reforma e Ampliação do Edifício-Sede da Justiça Federal em Boa Vista – RR

Foram consignados na LOA 2011, por emenda, R\$ 1.500.000,00, aos quais foram acrescentados R\$ 1.496.831,00 de crédito especial de 2010, reaberto em 2011 e R\$ 500.000,00 de crédito suplementar, perfazendo o valor total disponível de R\$ 3.496.831,00, que foi empenhado e inscrito em restos a pagar não processados para pagamento em 2012.

A obra de reforma geral do edifício-sede está sendo executada pela empresa RED Engenharia Ltda (contrato n. 26/2011), com ordem de serviço expedida em 28/11/2011. No entanto, apenas os serviços preliminares foram iniciados, tais como: mobilização, execução das instalações provisórias e alvenaria nas salas do subsolo. O prazo de execução é de seis meses (28/6/2012).

12OZ Reforma da Sede da Justiça Federal em Fortaleza – CE

A execução da reforma ocorrerá no exercício de 2012, conforme inscrição em restos a pagar não processados de R\$ 4.610.012,00 que corresponde a 92% da meta física.

12R6 – Construção de Edifício Anexo da Seção Judiciária em Salvador - BA

Em 2011 foi necessária a abertura de crédito adicional especial de R\$ 1.000.000,00, que não foi utilizado e será reaberto em 2012.

Os projetos executivos foram devolvidos à empresa Wega Arquitetura Construção e Reforma, para as devidas retificações nas especificações técnicas e planilha orçamentária, a fim de abrir processo licitatório da obra em fevereiro/2012.

12YS – Ampliação do Edifício-Sede da Subseção Judiciária de Caruaru – PE

O valor disponibilizado para esta ação é decorrente de um Crédito Especial, autorizado no último quadrimestre de 2010 e, portanto, reaberto em 2011. O valor previsto

de R\$ 3.000.000,00 foi totalmente inscrito em restos a pagar e corresponde a 100% da execução física da obra.

14LQ – Aquisição de Edifício-Sede da Justiça Federal em Guarabira - PB

A dotação deste projeto foi decorrente de um crédito especial para aquisição de edifício, junto ao INSS, que servirá de sede para a Justiça Federal em Guarabira-PB. A execução da despesa ocorrerá no exercício de 2012, conforme inscrição de R\$ 551.000,00 em restos a pagar não processados.

14LR – Reforma do Juizado Especial Federal de São Paulo - SP

Crédito especial publicado no último quadrimestre de 2011, que será reaberto no exercício de 2012.

1A58 – Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Santarém - PA

A meta física deste projeto na LOA de 2011 foi corrigida em função do custo total da obra ter mudado para R\$ 5.926.417,00.

Em 2011, foi consignado na LOA 2011, por emenda, o valor de R\$ 300.000,00. Deste total, foram empenhados R\$ 212.755,00 para a contratação do projeto arquitetônico, os quais foram inscritos em restos a pagar para pagamento em 2012.

A ordem de serviço foi dada à empresa J.C. Frederico CIA Ltda. para início no dia 23/1/2012 e expirando o prazo em 23/7/2012, para entrega dos projetos executivos.

1B15 – Construção de Edifício Anexo da Justiça Federal em Campina Grande - PB

Em 2010 houve a execução de R\$ 4.125.473,00. Em 2011, foi solicitado um Crédito Especial no valor de R\$ 1.258.000,00, passando o valor total da obra para R\$ 5.383.473,00. O valor de R\$ 1.258.000,00 foi totalmente inscrito em restos a pagar não processados para ser executado no exercício de 2012, que corresponde a 18% da meta física.

O valor da meta física informado no SIGPLAN, de 23,36% está equivocado. O valor correto é realmente 18%. O equívoco ocorreu porque não foi considerada a execução orçamentária de 2009, no valor de R\$ 1.490.335,97.

1J19 – Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Dourados - MS

A inclusão da Ação 1J19 foi decorrente de crédito especial aprovado pela Leis 12.370/2010 e 12.510/2011 e suplementado com o cancelamento no crédito de setembro da Ação 103F através da Lei n. 12.579/2011.

O inicio da execução das obras ocorreu no final do exercício, posto que o procedimento licitatório só pôde ser iniciado após a suplementação do crédito. Por essa razão, foram inscritos em restos a pagar não processados, 99,79% do valor empenhado.

1J28 – Construção de Edifício Anexo da Seção Judiciária em João Pessoa - PB

Em 2011, todo o valor previsto para esta ação foi oferecido como fonte de cancelamento para suplementação de outras dotações.

3600 – Reforma do Edifício-Sede do TRF da 3ª Região em São Paulo – SP

Dando continuidade aos trabalhos de modernização e adequação do Edifício Sede do TRF3R iniciados em 2003, foram executados no exercício de 2011, com recursos inscritos em restos a pagar de exercícios anteriores: projeto, consultoria e fiscalização da obra de reforma do sistema de ar condicionado (2009); reforma do sistema de ar condicionado e projeto de sistema de prevenção e combate a incêndios (2010).

Os recursos financeiros disponibilizados no exercício de 2011 foram inscritos em restos a pagar não processados, correspondendo à meta física de 6%, impactada pela conclusão, apenas no final do exercício, do procedimento licitatório para implantação do sistema de controle de acesso eletrônico e do aditivo ao contrato n.º 06.001.10.2010 (reforma do sistema de ar condicionado).

3755 – Implantação de Varas Federais

1ª REGIÃO

A Lei 12.011 de 4/8/2009 criou 230 Varas Federais destinadas, precipuamente, à interiorização da Justiça Federal de primeiro grau e à implantação dos Juizados Especiais

Federais e definiu que a localização das varas criadas seria estabelecida pelo Conselho da Justiça Federal, o que foi feito por meio da Resolução CJF 102 de 14/4/2010.

Para a 1^a Região, foram destinadas 94 varas, das quais 19 foram instaladas em 2010, 19 em 2011, 19 estão previstas para 2012, 19 para 2013 e 18 para 2014.

A Resolução PRESI/CENAG n. 4 de 17/5/2011 autorizou a instalação das 19 varas previstas para 2011.

A dotação recebida para instalação das varas foi de R\$ 11.400.000,00. Deste total, R\$ 6.341.601,01 foi liquidado e R\$ 3.352.685,46 inscritos em restos a pagar não processados.

Os recursos foram utilizados para aquisição de equipamentos, material permanente, mobiliário, obras e instalações, além de material de consumo, que vieram suprir carências na instalação das Varas.

2^a REGIÃO

O projeto engloba as despesas relacionadas com a instalação de novas Varas Federais (obras, reformas e adaptação de imóveis, compras de equipamentos e materiais).

De início deve-se registrar que, em consonância com o cronograma previsto na Resolução nº 102/CJF e com a Lei nº 12.011/2009, foram instaladas, em 2011, 05 Varas Federais no Estado do Rio de Janeiro (4^a e 32^a Varas Federais Cíveis do município do Rio de Janeiro, 2^a Vara Federal de Itaboraí, 2^a Vara Federal de Nova Iguaçu e 2^a Vara Federal de Duque de Caxias).

Por conta dos recursos destinados a esse Projeto foram adquiridos equipamentos para modernização do sistema de comunicação telefônico de 2 Unidades Judiciárias localizadas na capital (4^a e 32^a Varas Federais Cíveis) e de 2 Subseções Judiciárias da região metropolitana do Estado (2^a Vara Federal de Nova Iguaçu e 2^a Vara Federal de Duque de Caxias).

Os equipamentos adquiridos permitirão garantir a disponibilidade do sistema, a modernização das centrais e dos aparelhos telefônicos, a expansão da quantidade de ramais, a redução do tempo de recuperação do serviço de comunicação de dados e a preparação da infraestrutura da SJRJ para a implantação da tecnologia VOIP. Com esses investimentos, o objetivo é promover a substituição de tecnologias fechadas dos fabricantes de centrais telefônicas por soluções de software livre, visando independência dos

fornecedores e, por consequência, economia de gastos com manutenção, suporte técnico e atualização tecnológica.

Também foram realizadas despesas com a reforma do imóvel onde se localiza a Subseção Judiciária de Itaboraí e com a compra de hardwares e softwares para instalação nas Varas Federais.

3ª REGIÃO

Visando a adequação da estrutura da JF3R à crescente demanda pela prestação jurisdicional, foram instaladas 09 Varas Federais no exercício de 2011, localizadas pela Lei n. 12.011/2009:

⇒ SJSP: 9ª Vara Federal de Campinas (PROV CJF3R nº 327, especialidade criminal); 2ª Vara-Gabinete do JEF Cível de Americana (PROV CJF3R nº 328); 1ª Vara de Mogi das Cruzes (PROV CJF3R nº 330, vara mista); 1ª Vara-Gabinete do JEF de Santo André (PROV CJF3R nº 331); instituição da 41ª Subseção Judiciária de São Vicente e implantação da 1ª Vara-Gabinete do JEF de São Vicente (PROV CJF3R nº 334); 1ª Vara Federal de Jundiaí (PROV CJF3R nº 335, vara mista); 1ª Vara Federal de Lins (PROV CJF3R nº 338, vara mista).

⇒ SJMS: 2ª Vara Federal de Ponta Porã (PROV CJF3R nº 333, vara mista) e 1ª Vara-Gabinete do JEF de Dourados (PROV CJF3R nº 337).

A meta física prevista para o exercício foi atingida, repercutindo diretamente em benefício aos jurisdicionados das localidades abrangidas pela competência das Varas Federais inauguradas.

4ª REGIÃO

Visando à interiorização das Varas Federais para a prestação do serviço jurisdicional, na tentativa de promover a celeridade e o alcance das informações exigidas pela sociedade brasileira, foram instaladas, em 2011, 02 (duas) varas federais, conforme segue: na Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, a Vara Federal e Juizado Especial Adjunto de Capão da Canoa/RS e na Seção Judiciária do Paraná, a 3ª Vara Criminal de Foz do Iguaçu. A meta proposta foi parcialmente atingida pois, no exercício de 2010, por razões de caráter orçamentário, procedeu-se a antecipação das despesas com a instalação de duas Varas Federais que tinham previsão de instalação no ano de 2011.

5ª REGIÃO

Esta ação tem como principal objetivo prover recursos orçamentários para as despesas de instalação de novas Varas Federais. Os recursos disponíveis foram utilizados para aquisição de equipamentos, material permanente, mobiliário, veículos, microcomputadores e impressoras, além de material de consumo, que vieram suprir carências na instalação de Varas.

Despesas com reformas e adaptações de imóveis e demais despesas relacionadas à instalação das Varas também foram custeadas com os recursos alocados nesta ação e os resultados obtidos contribuíram na melhoria da prestação jurisdicional nas Seções Judiciárias que compõem a Região.

Em 2011 foram instaladas 09 (nove) Unidades Judiciárias na 5ª Região, assim distribuídas: duas Varas Federais na Seção Judiciária do Rio Grande do Norte (11ª no Município de Assu e 12ª no Município de Pau dos Ferros); quatro Varas Federais na Seção Judiciária de Pernambuco (28ª no Município de Arcoverde, 29ª e 30ª Varas no Município de Jaboatão dos Guararapes, e 31ª no Municípios de Caruaru); uma Vara Federal na Seção Judiciária de Alagoas (9ª no Município de Maceió); uma Vara Federal na Seção Judiciária do Ceará (27ª no Município de Itapipoca) e uma Vara Federal na Seção Judiciária da Paraíba (12ª no Município de Guarabira).

3757 – Implantação de Sistema Integrado de Gestão de Informação Jurisdicional

A ação visa desenvolvimento e implantação de sistemas de automação que possibilitem a integração entre Órgãos Judiciários afins, bem como a modernização e agilidade no acesso dos usuários internos e externos às informações processuais nas Unidades da Justiça Federal de 1º e 2º Graus. Foram realizadas as seguintes ações no decorrer do exercício:

CJF

Os recursos desta atividade foram aplicados no desenvolvimento, manutenção evolutiva e implantação de novas versões de sistemas de informação deste Conselho e da Justiça Federal (nacionais), tais como:

AJG - Assistência Jurídica Gratuita;

Assistência – Captação de informações sobre Benefícios Assistenciais da JF;

Audinf Auditoria informatizada;

Cadi-Jus - Cadastro de Imóveis da Justiça Federal;
CAJU - Central de Atendimento ao Juiz Federal;
Corregedoria – Automação das auditorias;
e-CJF - Sessão Eletrônica do CJF;
ESPECIALISTA - Banco de Especialistas;
GESCOM - Sistema de Gestão de Pessoas por Competência;
GestãoJud - Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento e Execução;
JUSQUALITAS - Jusqualitas;
Portal da JF Zope/Plone - Portal da Justiça Federal;
PRECJUD - Sistema de Precatórios e RPVs da Justiça Federal;
SICOM - Sistema de disponibilização das tabelas de Correção Monetária;
SINAR - Sistema Nacional de Remoção;
SISUR - Sistema Unificado de Rubricas de Pagamento de Pessoal;
TALENTO - Banco de Talentos;
VIRTUS - Sistema de Controle de Processos da Turma Nacional de Uniformização;
Webservice CPF/CNPJ - Consulta base de CPF e CNPJ.

1^a REGIÃO

A dotação autorizada no projeto e-Jus foi utilizada em 2011 na ampliação e modernização dos sistemas de informação, visando à implantação do Processo Digital da 1^a Região – e-Jur, conforme discriminado abaixo:

DEMONSTRATIVO DE REALIZAÇÕES NA AÇÃO IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE INFORMAÇÃO JURIDICIONAL NA JUSTIÇA FEDERAL - 2011				
II O	GND	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	DESCRIÇÃO	TOTAL
TRF	3	COMUNICAÇÃO DE DADOS WAN - INTERLIGAÇÃO TRF 1/SEÇÕES E SUBSEÇÕES	1.5 - AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REDE DE COMUNICAÇÃO	1 764.834,28
	3	CONTRATACAO PRESTACAO DE SERVICOS CONTINUADOS DE DESENVOLVIMENTO, MANUTENÇÃO, CONVERSÃO DE DADOS E INTEGRAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO DE SISTEMAS 20.000 PONTOS DE FUNÇÃO NA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - TI	1.3 - JUSTIÇA FEDERAL VIRTUAL	7.698.099,17
	3	CONTRATACAO SERVIÇOS DE MIGRAÇÃO DE SISTEMAS PARA CONTAGEM ANUAL DE ATÉ 20.000 PONTOS DE FUNÇÃO	1.3 - JUSTIÇA FEDERAL VIRTUAL	128.490,00
	3	SERVIÇO DE ATENDIMENTO EXTERNO NAS SECCIONAIS SES	1.3 - JUSTIÇA FEDERAL VIRTUAL	34.074,00
	3	PROFISSIONAIS DE INFORMATICA - SEÇÕES CFE.	1.3 - JUSTIÇA FEDERAL VIRTUAL	363.000,00
TOTAL GERAL				12.988.407,45

Fonte: SECOR/TRF1/2011

2ª REGIÃO

Em 2011 as ações realizadas foram direcionadas para respeitar o alinhamento com os objetivos estabelecidos no Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação da Justiça Federal – PETI/Jus 2010/2014 (publicado na Resolução nº 103/2010 do CJF). Com destaque para as ações que resultaram em investimentos em tecnologia voltados para a obtenção do “Nivelamento da Infraestrutura de Tecnologia da Informação” nos órgãos da Justiça Federal de 2º Grau da 2ª Região e para a continuidade do projeto estratégico “Justiça 100% Digital”.

Importa registrar que o investimento feito para atingir o nivelamento da Infraestrutura de Tecnologia da Justiça Federal da 2ª Região seguiu recomendação contida na Resolução nº 90/2009 – CNJ, que assegura os níveis de serviço (qualidade, disponibilidade e confiabilidade) adequados ao cumprimento da função institucional, com ajustes das capacidades de processamento, armazenamento e, também de tráfego de dados na infraestrutura de TI, resultando na obtenção do expressivo índice de 81,48% para o indicador estratégico nº 26, que mede a aderência aos padrões mínimos de TI estabelecidos para o Poder Judiciário, cuja meta estabelecida foi de 40% para 2011.

O projeto “Justiça 100% Digital”, por sua vez, tem como meta a utilização da tecnologia de documentos eletrônicos em meio digital no processamento das causas judiciais no 1º e 2º graus da Justiça Federal. O projeto teve seus objetivos e planejamento realinhados a duas das metas nacionais definidas pelo CNJ: “Implantar sistema de registro audiovisual de audiências em pelo menos uma unidade judiciária de primeiro grau em cada tribunal”, e “Implantar processo eletrônico judicial e administrativo em 70% das unidades de primeiro e segundo grau até dezembro de 2011”.

Quanto aos resultados alcançados, deve-se registrar que no âmbito da 1ª Instância, com a utilização do sistema APOLO, a implantação do processo eletrônico judicial foi estendida a 100% das varas não criminais e, no que concerne à implantação do processo eletrônico administrativo, a solução adotada envolveu a extensão do uso do sistema SIGA, que integrou o trâmite processual em todas as unidades da segunda região. No âmbito da 2ª Instância a solução escolhida envolve a adoção do Sistema Projeto Judicial Eletrônico – PJe que, em função dos problemas enfrentados na manutenção de uma única versão nacional do sistema pelo CNJ, não teve sua implantação efetivada no exercício de 2011.

Os recursos orçamentários foram empregados na aquisição dos seguintes equipamentos, softwares e serviços nas Unidades Jurisdicionadas da 2ª Região:

1) Ação: "Nivelamento da Infraestrutura de Tecnologia da Informação"**Tribunal Regional Federal da 2ª Região**Dispositivo de busca textual *Google Appliance*572 impressoras laserDispositivo de armazenamento *Storage*Instalação e configuração do dispositivo *Storage*Treinamento técnico de administração e operação do dispositivo *Storage**Fonte: Secretaria de Tecnologia da Informação - STI/TRF-2ª Região*

Objetivos: Desenvolvimento de um sistema de busca textual integrada para os serviços de jurisprudência, atos normativos, diário eletrônico, ínter teor e consulta processual, incorporando todas as facilidades e o desempenho oferecidos pela solução Google; a extensão do serviço de impressão com uso da frente e do verso dos papéis em todas as unidades do TRF, conforme estabelecido na Resolução 90/2009 do CNJ e a ampliação da capacidade de armazenamento de dados e processos eletrônicos.

Seção Judiciária do Rio de Janeiro

Aquisição e instalação de solução para captura, armazenamento, gerência e disponibilização de áudio e vídeo em meio digital (registro audiovisual de audiências)

Fonte: Subsecretaria de Tecnologia da Informação e de Comunicações - STI/SJRJ

Objetivo: Permitir o aumento do número de audiências realizadas e a redução de seu tempo médio de duração, tornando mais eficientes os processos de captura, armazenamento, gerência e disponibilização de seus registros audiovisuais em meio magnético.

2) Ação: "Justiça 100% Digital"**Tribunal Regional Federal da 2ª Região**

Sistema Audiovisual para as salas de sessões (softwares e equipamentos; instalação, configuração e treinamento)

Datacenter seguro regional com implementação de uma sala-cofre certificada de acordo com as normas ABNT NBR 15.247 e NBR 60529

Fonte: Secretaria de Tecnologia da Informação - STI/TRF-2ª Região

Objetivos: Guarda e armazenamento, seguros, dos processos e documentos eletrônicos em geral, considerando que destes dependem a continuidade dos processos de trabalho críticos do TRF, tanto jurisdicionais quanto administrativos. Observando que a execução da meta dois nacional " integrar o registro de imagens das sessões aos registros de áudio", já vinha sendo realizada há alguns anos.

Seção Judiciária do Espírito Santo

Módulo Supervisora, equipamentos, softwares, serviço e treinamentos (duplicação e expansão do Switch Core e equipamentos conexos)

Servidor de Gerenciamento NAC
Filtro de Conteúdo (e-mail e web)
Switch IBM – SAN FC
Licenças Microsoft – Sql, Exchange, Windows server e terminal servive
Licenças Microsoft – Desktop Pro c/ Mdop e Software Assurance – 2ª
Parcela
Bladecenter S e lâminas Blade
Gabinete de expansão LTO Ultrium – Expansão da Tape Library
Software de Gravação de Audiência – Kenta
Expansão de 01 Gaveta de Storage
50 Impressoras laser monocromáticas dúplex

Fonte: Núcleo de Tecnologia da Informação – NT/SJES

Objetivos: Expansão da capacidade de armazenamento de dados e aumento do nível de segurança das informações disponibilizadas em rede, bem como a otimização do seu nível de disponibilidade, viabilizando a criação de um plano de continuidade de negócio; gravação de audiências das Varas Cíveis, Criminais e dos Juizados Especiais com recursos mais eficientes; modernização de estações de trabalho e servidores de rede, bem como do parque de impressão; interligação dos "storages" entre os dois CPDs da SJES e a padronização, a ampliação da disponibilidade e o aumento da capacidade dos equipamentos de servidores nas unidades da Justiça Federal no interior do Estado.

Seção Judiciária do Rio de Janeiro

Licenciamento de software oracle para análise, diagnóstico e otimização do ambiente de banco de dados

Padronização, licenciamento e suporte técnico dos sistemas operacionais Linux e dos servidores de aplicações(Software para servidores)

Fonte: Subsecretaria de Tecnologia da Informação e de Comunicações – STI/SJRJ

Objetivos: Otimização do sistema de gerenciamento do banco de dados, mantendo a integridade e confiabilidade do sistema de acompanhamento processual; assegurar um alto nível de disponibilidade e de segurança da infraestrutura de equipamentos servidores que suportam os sistemas corporativos da SJRJ, principalmente em função da utilização do módulo de gestão documental do Sistema Integrado de Gestão Administrativa (SIGA-DOC) pelo CJF no ambiente computacional da SJRJ e, por fim, a modernização do parque computacional

3ª REGIÃO

Foram alocados recursos para implantação dos projetos estratégicos da JF3R PJ-e (Processo Judicial Eletrônico) e primeira etapa do Siga-Doc (Processo Administrativo Eletrônico); melhoria da infraestrutura de rede, equipamentos e softwares de gerenciamento e armazenamento de dados; serviços de suporte especializado para orientação, suporte a

ações do planejamento de TI e atuação em incidentes de alta complexidade em projetos na plataforma Microsoft; atualização do ambiente computacional e do parque de estações de trabalho e notebooks.

A alocação dos recursos no exercício foi dividida em:

1 - Desenvolvimento e implantação de sistemas de acompanhamento e controle da tramitação processual (7,98%): Serviços técnicos especializados para implantação do PJ-e e Suporte Premier Microsoft;

2 - Aquisição de equipamentos (83,68%): filtro de conteúdo web (appliance); notebooks; monitores de LCD 19"; microcomputadores; storage area network – SAN; aceleradores wan tipo 1, 2 e 3; atualização biblioteca backup (library) Qualstar modelo TLS88264; servidor tipo 3 HS22, blade modular, módulo de chassis; switches empilháveis; roteador balanceador tipo 2 (roteador ADLS); switches catalyst 2960S-TS-S e 3750G-12-S; switches modular de chassis; módulos interface UTP para switch modular de chassis e interface 10GB para switch modular de chassis; switches fabric interconect - módulo para conexão externa; chassis para Blade Cisco; impressoras código barras c/ peeloff; switches 2960S 48 P 10/100/1000 POE UPLINK 10GBIT ETH; racks para servidores de rede tipo 1; servidores blade tipo 1 B200; storages completas - VNX 5300; gavetas de discos storages; discos SAS 600GB 10.000 RPM e discos SAS 2TB 7.200 RPM;

3 - Aquisição de softwares (6,53%): filtro de conteúdo web (licenças); upgrades para SGBD SQL Server e licenças do MS Office Professional;

4 - Aquisição de material de consumo, serviços técnicos e demais despesas afins (1,81%): Mídias para armazenamento de certificados digitais – TOKEN.

O orçamento da ação contou com acréscimo de 51,82% em relação ao exercício de 2010, favorecendo o atendimento de necessidades de infraestrutura, ambiente, serviços e arquitetura computacional, decorrentes da implantação de sistemas eletrônicos de apoio à atividade fim da instituição, repercutindo no cumprimento do planejamento estratégico e, consequentemente, no benefício direto ao jurisdicionado da JF3R.

As implantações dos projetos PJ-e em toda a JF3R e primeira etapa do Siga-Doc ditaram a linha de investimentos, exigindo alterações nas metas físicas previstas na Proposta Orçamentária. Foram executados 99,41% da dotação recebida. No entanto, o contingenciamento do orçamento, com liberação apenas no final do exercício, atrasou os investimentos ligados aos referidos projetos e gerou inscrição em restos a pagar, de 90,14% da dotação.

4ª REGIÃO

Os recursos alocados neste projeto foram gastos para atender, ampliar e propiciar o desenvolvimento integrado e equilibrado, de forma sistêmica, entre todas as áreas da Justiça Federal, baseado em projetos com a avaliação custo-benefício, estendendo a compatibilização dos equipamentos, permitindo a ampliação, substituição, melhorias e interligações para acesso em programas de reciprocidade com Tribunais Superiores, Seções Judicárias, entidades credenciadas e usuários em geral. A meta inicial prevista em LOA foi de 1,82%, posteriormente ajustada para 1,24% em razão de cancelamentos de créditos na presente ação, resultando em uma meta a ser realizada em 2012 via restos a pagar de 1,17%, correspondente a, aproximadamente, 94% da meta ajustada. A meta proposta foi atingida.

5ª REGIÃO

O valor de R\$ 7.385.093,14 foi inscrito em restos a pagar não processados e corresponde a 1,151% da meta física.

As principais ações realizadas com a ação 3757 na JF5R foram:

- virtualização de Servidores;
- solução de Correio Eletrônico (JFCE e JFPE);
- serviços de Sustentação e Implantação de soluções Regionais (Área Judiciária Tebas e Esparta);
- solução de Infraestrutura adequada para videoconferência (JFCE);
- aquisição de Servidores para subseções;
- aquisição de micros, notebooks/netbooks;
- aquisição Regional de Softwares Estruturais (Oracle, TSM , RedHat, VMWare, JBOss, Antivirus, CommandView, Windows e Exchange Server);
- solução Reestruturação de Rede Corporativa de algumas seções (parcialmente as seções de JFPE, JFAL, JFRN);
- solução de virtualização de Storage (Inicialmente TRF e JFAL);
- serviços de Sustentação e Evolução do Processo Judicial Eletrônico.

7E44 – Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Cáceres – MT

Não houve dotação consignada para esta obra no orçamento inicial de 2011. Entretanto, foi necessária a abertura de crédito adicional especial de R\$ 381.500,00 inscritos em restos a pagar não processados para pagamento em 2012.

A obra encontra-se em fase final, com execução de 97% até dezembro/2011, com previsão de inauguração para 12/3/2012.

7H63 – Construção do Edifício-Sede da Subseção Judiciária em Barreiras - BA

Não houve dotação consignada para esta obra no início do exercício, sendo necessária a abertura de crédito adicional especial de R\$ 12.000,00. Desse valor, foi empenhado e inscrito em restos a pagar não processados R\$ 11.127,62 para pagamento em 2012. Projetos executivos e arquitetônicos prontos.

7J50 – Construção do Edifício-Sede da Subseção Judiciária em Feira de Santana – BA

Em 12 de dezembro de 2011 foi iniciada a construção do prédio-sede da Subseção Judiciária de Feira de Santana.

Foram consignados na LOA 2011, por emenda, R\$ 10.000.000,00 empenhados e inscritos em restos a pagar não processados para pagamento em 2012.

O valor Global da Obra sem a fiscalização é R\$ 10.222.228,19 e será executada pela Empresa Ativa Engenharia Ltda. em 10 meses e 100 dias.

Ordem de serviço expedida em 12/12/2011 e obra em andamento nas fases de movimento de terra e fundação.

7K49 – Construção do Edifício-Sede da Subseção Judiciária em Jequié – BA

Parte da execução dos serviços relativos à 1ª Etapa de Construção do prédio-sede da Subseção Judiciária de Jequié não foi concluída em 2011. Mesmo assim, foi dada continuidade a construção, através da contratação de serviços da 2ª e conclusiva etapa de construção, com recursos advindos de emendas parlamentares.

Foram consignados na LOA 2011 por emenda R\$ 1.650.000,00. Foram executados R\$ 70.686,25 e inscritos em restos a pagar não processados R\$ 1.579.313,75, para pagamento em 2012.

O valor global da etapa final da obra (2^a etapa) é da ordem de R\$ 6.300.000,00 e será executada pela empresa Ativa Engenharia Ltda., em 24 meses e 100 dias.

Obra ainda não executada em face da necessidade de ajustes no contrato da 1^a etapa, tendo em vista que o contrato foi rescindido por inexecução parcial. Os serviços não executados na 1^a etapa serão aditados no contrato da 2^a etapa.

7K63 – Construção do Edifício Anexo da Justiça Federal em Palmas – TO

Dentro dos limites definidos à 1^a Região, foram alocados inicialmente R\$ 4.050.000,00 e suplementados R\$ 2.600.000,00 por meio de emendas parlamentares totalizando em R\$ 6.650.000,00. Durante o exercício de 2011 foi necessária a abertura de crédito adicional suplementar de R\$ 1.800.000,00, perfazendo a dotação de R\$ 8.450.000,00.

Foram pagos no exercício R\$ 7.040.858,83 e inscritos em restos a pagar não processados R\$ 1.409.141,17, para pagamento em 2012.

A obra encontra-se em fase final, com execução na ordem de 85%, com previsão para entrega para junho/2012.

7L87 – Construção do Edifício-Sede da Seção Judiciária em Macapá – AP

Foram alocados inicialmente R\$ 10.238.904,00 e suplementados R\$ 11.375.000,00 por meio de emendas parlamentares, totalizando em R\$ 21.613.904,00 o valor aprovado na Lei Orçamentária. Desse montante, foram cancelados R\$ 3.623.500,00 como fonte para crédito adicional, perfazendo o valor final disponível para a execução R\$ 17.990.404,00.

Durante o exercício foram empenhados R\$ 17.921.949,28 necessários para a conclusão da obra. Desse valor, R\$ 9.095.062,31 foram executados no exercício e R\$ 8.826.886,97 foram inscritos em restos a pagar não processados, para pagamento em 2012.

O custo total desta obra passou a ser de R\$ 44.182.061,00 em virtude dos aditivos aprovados.

A obra encontra-se em fase de conclusão com previsão de entrega para maio/2012. Atualmente estão em andamento os serviços de testes em equipamentos (ar condicionado, elevadores, bombas), urbanização, acabamento de piso, paredes e pintura.

7N57 – Construção do Edifício-Sede da Subseção Judiciária em Marabá - PA

Não houve dotação consignada para esta obra no início do exercício, estando disponíveis R\$ 187.780,90 oriundos de restos a pagar para a conclusão da obra.

Durante o exercício de 2011 foi necessária a abertura de crédito adicional especial de R\$ 145.740,00, em função de novas demandas para a finalização da obra. Desse valor, foram empenhados R\$ 143.310,46, sendo R\$ 116.959,86 executados no exercício e R\$ 26.350,60 inscritos em restos a pagar não processados para pagamento em 2012.

Obra concluída e inaugurada em 2011. Emitido o termo de recebimento provisório.

7Q70 – Construção de Edifícios-Sedes da Justiça Federal**0058 – No Município de São Carlos – SP**

Da dotação inicial prevista na LOA de R\$ 4.000.000,00, R\$ 2.800.000,00 foram oferecidos como fonte de cancelamento para suplementação da ação 12YT (Lei 12.579/2011), remanescendo contingenciado o saldo de R\$ 1.200.000,00 (Fonte: SIAFI E SIGPLAN).

0060 – No Município de Limoeiro do Norte - CE

Crédito não utilizado pela Justiça Federal de Primeiro Grau - CE. O valor da ação não era suficiente para a contratação dos projetos executivos para a licitação da obra.

7Q71 – Reforma e ampliação de Edifícios-Sedes da Justiça Federal**0058 – Reforma do edifício-sede da Justiça Federal no Município de Monteiro - PB**

Foi realizada a contratação de serviços de reforma/modernização do edifício-sede da Subseção Judiciária. O valor final do contrato foi de R\$ 1.304.782,19.

A reforma foi iniciada em 7/11/2011, com a execução de R\$ 124.896,30, e a conclusão das obras, de acordo com o contrato, está prevista para o dia 4/07/2012.

Foram inscritos R\$ 574.696,70 em restos a pagar não processados.

A.3 – Operações Especiais do Programa 0569 – Prestação Jurisdicional na Justiça Federal

AÇÃO: OPERAÇÕES ESPECIAIS	Dotação Autorizada		Execução		R\$ 1,00
	Orçamentária	Física	Financeira	Física	
0C04 - Criação e/ou Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos, Carreiras e Revisão de Remunerações no âmbito dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União					
UO 12101	(1)47.566.000	—	—	—	
09HB – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais					
UO 12101	600.950.028 (2)472	—	580.523.645 (3) 685.019	—	
UO 12102	31.023.438 (2) 16.678	—	29.898.133 (3) 4.471	—	
UO 12103	28.421.741 (2) 6.932	—	27.739.225 (3) 57.000	—	
UO 12104	50.068.361 (2) 6.932	—	49.301.152 (3) 17.523	—	
UO 12105	29.318.651 (2) 13.217	—	28.711.692	—	
UO 12106	16.765.180 (2) 14.056	—	16.320.697	—	
TOTAL	756.547.399	—	732.494.544	—	
OBSERVAÇÕES: a) A Dotação Autorizada e meta física da UO 12101 são executadas por intermédio das 27 Unidades Gestoras da Justiça Federal de 1º Grau e do Conselho da Justiça Federal; e b) Na Operação Especial 09HB não há previsão de execução física na LOA.					
(1) Dotação remanejada para suplementação de crédito na ação 4257 – Julgamento de Causas na Justiça Federal;					
(2) Destaque concedido;					
(3) Inscrição em RP não processados.					

09HB – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais

Esta ação teve como finalidade o pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do artigo 8º da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004.

Execução dos Destaques Concedidos no Programa 0569 – Prestação Jurisdicional na Justiça Federal

AÇÃO: Atividade	Destaque Concedido		Execução		R\$ 1,00
	Orçamentária	Física	Financeira	Física	
2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes Produto: Pessoa beneficiada (unidade) UG 050001	2.154.387	—	2.147.887 (RP) 6.500	—	
4091 –Capacitação de Recursos Humanos Produto: Servidor capacitado (unidade) UG 113601	48.000	—	46.945 (RP) 1.055	—	
4257 – Julgamento de Causas na Justiça Federal Produto: Processo julgado (unidade) UG 050001	1.363.365	—	1.363.365	—	

AÇÃO: Projeto	Destaque Concedido		Execução		R\$ 1,00
	Orçamentária	Física	Financeira	Física	
11RV – Construção do Edifício-sede do TRF da 1ª Região em Brasília - DF Produto: Edifício construído (% de execução física) UG 160066	2.012.519	—	429.269 (RP) 1.582.278	—	

AÇÃO: Operação Especial	Destaque Concedido		Execução		R\$ 1,00
	Orçamentária	Física	Financeira	Física	
09HB – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais					
UG 050001	58.288	—	58.288		

B) PROGRAMA: 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União

De acordo com previsão da Lei n. 11.653, de 07.04.2008 (PPA 2008/2011), o programa tem como objetivo assegurar os pagamentos de benefícios previdenciários legalmente estabelecidos para os servidores da União inativos, pensionistas e seus dependentes. São beneficiários os magistrados, os servidores e dependentes do quadro de pessoal da justiça federal.

Com as Emendas Constitucionais 20/1998 e 41/2003 e com a Lei n. 9.717/98, novas regras foram definidas para a organização da Previdência Pública, dando ênfase ao caráter contributivo e à necessidade de equilíbrio financeiro e atuarial. De acordo com o PPA, a União tem limitado a 12% de sua receita corrente os gastos com inativos e pensionistas, observando-se, ainda, a relação de 2/1 entre a contribuição do órgão empregador e a dos segurados, mantendo-se registros individualizados por códigos de receitas na contabilidade das unidades executoras.

AÇÃO: OPERAÇÕES ESPECIAIS	Dotação Autorizada		Execução		R\$ 1,00
	Orçamentária	Física	Financeira	Física	
0C05 - Reestruturação de Cargos, Carreiras e Revisão de Remunerações - Aposentadorias, Reformas e Pensões					
UO 12101	(1) 515.550.868	—	—	—	

AÇÃO: OPERAÇÕES ESPECIAIS	R\$ 1,00			
	Dotação Autorizada		Execução	
	Orçamentária	Física	Financeira	Física
0396 – Pagamento de Aposentadorias e Pensões Produto: Pessoa beneficiada (unidade)				
UO 12101	562.623.884	—	559.380.542	—
UO 12102	25.309.256	—	24.846.818	—
UO 12103	(2) 274.988	—	(3) 187.449	—
UO 12104	31.963.327	—	31.899.953	—
UO 12104	46.295.316	—	45.813.232	—
UO 12105	35.761.401	—	35.691.055	—
UO 12106	14.060.934	—	14.045.679	—
TOTAL	716.014.118	—	711.677.279	—
OBSERVAÇÃO: a) A Dotação Autorizada e meta física da UO 12101 são executadas por intermédio das 27 Unidades Gestoras da Justiça Federal de 1º Grau e do Conselho da Justiça Federal; b) As metas físicas executadas foram informadas pelos TRFs e CJF.				
(1) Dotação remanejada para suplementação de crédito na ação 0396 – Pagamento de Aposentadorias e Pensões;				
(2) Destaque concedido;				
(3) Inscrição em RP não processados.				

0396 – Pagamento de Aposentadorias e Pensões

A aplicação dos recursos assegurou a manutenção sócio-econômica a que legalmente fazem jus os servidores e magistrados inativos e pensionistas civis.

Execução dos Destaques Concedidos no Programa 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União

AÇÃO: Operação Especial	R\$ 1,00			
	Destaque Concedido		Execução	
	Orçamentária	Física	Financeira	Física
0396 – Pagamento de Aposentadorias e Pensões Produto: Pessoa beneficiada (unidade)				
UG 050001	274.989	—	274.989	—

C) PROGRAMA: 0901 – Cumprimento de Sentenças Judiciais

Consoante o PPA, o programa 0901 – Cumprimento de Sentenças Judiciais tem como finalidade o pagamento de sentenças judiciais transitadas em julgado, em que são sucumbentes a União, suas Autarquias e Fundações Públicas. Os beneficiários, apesar de não definidos formalmente no PPA, são os cidadãos que buscaram a tutela da justiça federal e tiveram decisões favoráveis aos seus pleitos. Em razão dos montantes envolvidos, constata-se que a execução do programa tem reflexos na redistribuição de renda do Estado Brasileiro e na injeção de recursos na economia.

Em 2011, os valores relativos a esse programa foram respassados por meio de destaque à justiça federal e executados através de três ações: a ação 0005 tem a finalidade de cumprir as sentenças judiciais transitadas em julgados, na forma de precatórios; a ação 0625 destina-se ao pagamento de sentenças judiciais transitadas em julgado, por meio de Requisições de Pequeno Valor (RPVs) emitidas pelos Juizados Especiais Federais e a ação 00G5 referente à contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais decorrentes do pagamento de precatórios e requisições de pequeno valor.

Os destiques recebidos asseguraram o pagamento de todos os precatórios e requisições de pequeno valor (RPVs) em cumprimento ao artigo 100 da Constituição Federal.

Programa: 0901 – Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais

AÇÃO: OPERAÇÕES ESPECIAIS	Dotação Autorizada		Execução		R\$ 1.00
	Orçamentária	Física	Financeira	Física	
00FB – Pagamento de Passivos Jud/Adm (Juros URV, parcela autônoma de equivalência e adicional por tempo de serviço) – Aposentadorias e Pensões					
UO 12101	(1)13.860.455	—	—	—	
00FK – Pagamento de Passivos Jud/Adm (Juros URV, parcela autônoma de equivalência e adicional por tempo de serviço) – Pessoal Ativo					
UO 12101	(1)33.859.676	—	—	—	

AÇÃO: OPERAÇÕES ESPECIAIS	Dotação Autorizada		Execução		R\$ 1.00
	Orçamentária	Física	Financeira	Física	
00FO – Contribuição da União para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Pagamento de Passivos Jud/Adm (Juros URV, parcela autônoma de equivalência e adicional por tempo de serviço)					
UO 12101	(1)4.680.144	—	—	—	
TOTAL GERAL	52.400.275	—	—	—	
(1) Dotações remanejadas para suplementação de crédito nas ações 0396 – Pagamento de Aposentadorias e Pensões e 4257 – Julgamento de Causas na Justiça Federal.					

**Destaques Recebidos no Programa: 0901 – Operações Especiais:
Cumprimento de Sentenças Judiciais**

AÇÃO: OPERAÇÕES ESPECIAIS	Destaque Recebido		Execução		R\$ 1.00
	Orçamentária	Física	Financeira	Física	
0005 – Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios)					
UO 12102	2.101.088.080	—	2.378.515.551	—	
UO 12103	995.454.804	—	994.185.377	—	
UO 12104	1.326.794.072	—	1.325.759.713	—	
UO 12105	2.196.416.113	—	2.193.808.406	—	
UO 12106	594.535.943	—	593.800.189	—	
TOTAL	7.517.289.012	—	7.486.069.237	—	
00G5 – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do Regime de Previdência Social					
UO 12102	351.654.420		70.105.787	—	
			(1)281.548.633		
UO 12103	139.740.283	—	4.925.754	—	
			(1)5.967.024		
UO 12104	36.724.851	—	10.283.361	—	
			(1)838.864		

AÇÃO: OPERAÇÕES ESPECIAIS	R\$ 1.00			
	Destaque Recebido		Execução	
	Orçamentária	Física	Financeira	Física
UO 12105	61.385.788	—	12.550.905	—
UO 12106	65.696.089	—	16.098.936	—
TOTAL	655.201.431	—	113.964.743	—
0625 – Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Requisição de Pequeno Valor)				
UO 12102	1.489.306.684	—	1.485.802.616	—
UO 12103	665.622.303	—	655.671.631	—
UO 12104	1.110.785.876	—	1.087.757.699	—
UO 12105	1.369.509.785	—	1.363.542.216	—
UO 12106	810.112.907	—	796.528.078	—
TOTAL	5.445.337.555	—	5.389.302.241	—
TOTAL GERAL	13.617.827.998	—	12.898.336.222	—
(1) Inscrição em RP não processados.				

D) Outros Destaques Recebidos

Programa: 0565 – Prestação Jurisdicional do Supremo Tribunal Federal

AÇÃO: Atividade	R\$ 1.00			
	Destaque Recebido		Execução	
	Orçamentária	Física	Financeira	Física
6359 - Apreciação e julgamento de causas no Supremo Tribunal Federal				
UO 12101	18.704	—	0,00	—
			(RP) 9.856	

Programa: 0794 – Gestão do Patrimônio Imobiliário da União

AÇÃO: Atividade	R\$ 1.00			
	Destaque Recebido		Execução	
	Orçamentária	Física	Financeira	Física
4852 - Destinação de Imóveis da União				
UO 12102	5.142	—	4.960	—
			(RP) 142	

Programa: 1389 – Controle da Atuação Administrativa e Financeira

AÇÃO: Projeto	Destaque Recebido		Execução		R\$ 1.00
	Orçamentária	Física	Financeira	Física	
11E6 – Implantação de Sistema Integrado de Gestão da Informação Jurisdicional no Poder Judiciário UO 12106	4.705.144	—	4.704.679 (RP) 465	—	
OBS: Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe)					
2B65 – Apreciação e Julgamento de Processos Disciplinares UO 12101	45.605	—	4.820 (RP) 37.092	—	

Programa: 1453 – Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI

AÇÃO: Atividade	Destaque Recebido		Execução		R\$ 1.00
	Orçamentária	Física	Financeira	Física	
8858 – Valorização de Profissionais e Operadores de Segurança Pública UO 12101	7.992	—	7.992	—	
UO 12102	346.446	—	116.487 (RP) 124.905	—	

VII - CONCLUSÃO

Em cumprimento ao disposto no art. 56 da Lei Complementar n. 101, de 4/5/2000, e em atendimento ao Aviso n. 3/2011 – Gab. JM do Tribunal de Contas da União – TCU, o presente relatório contém a análise das ações desenvolvidas no exercício de 2011, no âmbito do Conselho e da Justiça Federal de 1º e 2º Graus.

No exercício de 2011, ressaltam-se as medidas adotadas com vistas à modernização da Justiça Federal de 1º e 2º graus, com aperfeiçoamento dos sistemas eletrônicos; desenvolvimento de tecnologia do sistema processual; digitalização de processos; implantação de certificação digital e mecanismos de segurança capazes de garantir a autenticidade, confidencialidade e integridade das informações, com o objetivo de propiciar ao cidadão acesso célere e seguro à prestação jurisdicional.

Destaca-se, ainda, o esforço da justiça federal no cumprimento das Metas Prioritárias para 2011, definidas pelos presidentes dos tribunais e demais órgãos do Judiciário brasileiro, reunidos no 4º Encontro Nacional do Judiciário, que instituiu metas de nivelamento para todo o Poder Judiciário, visando, precípua mente, modernizar e aperfeiçoar o judiciário para proporcionar maior agilidade e eficiência à tramitação de processos, melhoria da qualidade dos serviços prestados e ampliação do acesso do cidadão à Justiça. Diante disso, a justiça federal promoveu diversas ações, com esforço e empenho dos magistrados e servidores, no intuito de cumprir as metas do CNJ, com destaque para o cumprimento da Meta 3, que consiste em julgar quantidade igual a de processos de conhecimento distribuídos em 2011 e parcela do estoque, com acompanhamento mensal, onde o percentual de cumprimento foi de 88,98% na 1ª Região e mais de 100% nas outras regiões da justiça federal.

Como meta específica para a justiça federal, a meta prioritária 9, que consiste em implantar processo eletrônico judicial e administrativo em 70% das unidades de primeiro e segundo graus até dezembro de 2011, teve percentual de cumprimento de 76,03% no panorama nacional e dc 100% na 4ª região.

No que se refere à geração de receitas para a União, em função do desempenho da justiça federal no exercício de 2011, a arrecadação de custas judiciais totalizou R\$ 66.286.233,69 (sessenta e seis milhões, duzentos e oitenta e seis mil, duzentos e trinta e três reais e sessenta e nove centavos) e os depósitos judiciais somaram

R\$ 7.694.319.306,18 (sete bilhões, seiscentos e noventa e quatro milhões, trezentos e dezenove mil, trezentos e seis reais e dezoito centavos).

Conclui-se que a justiça federal, no exercício de 2011, deu prosseguimento à estratégia de aprimoramento de suas ações na busca pela excelência dos serviços prestados à sociedade, contribuindo para a eficácia da utilização dos recursos públicos e aperfeiçoamento da prestação jurisdicional, consoante os objetivos e metas estabelecidos pelo Plano Plurianual, as prioridades definidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e consignadas na Lei Orçamentária Anual e, ainda, em atendimento aos limites estabelecidos na Lei Complementar n. 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

Brasília, 30 de março de 2012.



Ministro ARI PARCENDER
Presidente

VIII – ANEXOS

A) Demonstrativo da Força de Trabalho

FORÇA DE TRABALHO 2011
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL E JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO E SEGUNDO GRAUS

SERVIDORES ATIVOS

SITUAÇÃO FUNCIONAL	1º REGIÃO			2º REGIÃO			3º REGIÃO			4º REGIÃO			5º REGIÃO			C.J.F.	TOTAL
	TIP	JF 1º Grau	sub-serv.														
Servidores Ativos (+)	962	6.781	sub-serv.	77	260	sub-serv.	994	4.225	sub-serv.	1.838	4.221	sub-serv.	6.059	5.046	sub-serv.	523	185
Servidores Cadastrados (-)	77	260	sub-serv.	337	11	sub-serv.	185	220	sub-serv.	38	220	sub-serv.	72	4	sub-serv.	7	739
Servidores em Licença sem Nenhum Rebaixamento (-)	2	9	sub-serv.	204	120	sub-serv.	6	8	sub-serv.	2	2	sub-serv.	9	11	sub-serv.	3	10
Servidores Rebaixados (-)	226	526	sub-serv.	762	204	sub-serv.	324	24	sub-serv.	53	31	sub-serv.	11	14	sub-serv.	11	53
Servidores no Órgão em Leis 2553 Privatizada (-)	6	14	sub-serv.	15	15	sub-serv.	14	14	sub-serv.	14	14	sub-serv.	23	23	sub-serv.	3	50
Ocupantes do Órgão em Cláusula Provisória (-)	4	84	sub-serv.	85	9	sub-serv.	11	20	sub-serv.	10	20	sub-serv.	4	11	sub-serv.	15	134
Ocupantes do Órgão em Leis 2553 Privatizada (-)	38	10	sub-serv.	48	26	sub-serv.	11	37	sub-serv.	23	4	sub-serv.	27	7	sub-serv.	15	167
Ocupantes do Órgão em Cláusula Provisória (-)	10	104	sub-serv.	114	153	sub-serv.	86	239	sub-serv.	26	45	sub-serv.	71	7	sub-serv.	7	188
Ocupantes do Órgão em Leis 2553 Privatizada (-)	10	104	sub-serv.	114	54	sub-serv.	204	258	sub-serv.	40	12	sub-serv.	52	35	sub-serv.	37	667
Servidores rebaixados por remoção (+)	27	400	sub-serv.	427	22	sub-serv.	242	40	sub-serv.	332	242	sub-serv.	25	356	sub-serv.	381	1.568
Servidores Ativos (+)	-	16	sub-serv.	13	-	sub-serv.	13	-	sub-serv.	9	-	sub-serv.	8	6	sub-serv.	6	43
Servidores Contratados (+)	-	3	sub-serv.	-	14	sub-serv.	-	5	sub-serv.	13	-	sub-serv.	-	13	sub-serv.	12	42
Servidores Cadastrados (-)	-	-	sub-serv.	-	9												
Servidores Rebaixados (-)	-	-	sub-serv.	-	-												
Servidores Atualmente Judicados (+)	-	-	sub-serv.	-	-												
TOTAL	1.176	6.493		7.868	1.300		3.271	4.571		1.184	4.572		4.318	5.401		2.932	3.635

SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS

SITUAÇÃO FUNCIONAL	1º REGIÃO			2º REGIÃO			3º REGIÃO			4º REGIÃO			5º REGIÃO			C.J.F.	TOTAL
	TIP	JF 1º Grau	sub-serv.	TIP	JF 1º Grau	sub-serv.	TIP	JF 1º Grau	sub-serv.	TIP	JF 1º Grau	sub-serv.	TIP	JF 1º Grau	sub-serv.		
Magistrados (inativos +)	16	38	sub-serv.	54	20	sub-serv.	9	70	sub-serv.	14	24	sub-serv.	38	24	sub-serv.	13	178
Servidores Inativos (+)	89	703	sub-serv.	792	121	sub-serv.	437	558	sub-serv.	240	481	sub-serv.	721	129	sub-serv.	51	2.883
Pensionados Reabilitados da Magistratura (+)	5	24	sub-serv.	4	9	sub-serv.	13	12	sub-serv.	8	20	sub-serv.	5	10	sub-serv.	6	79
Pensionados Reabilitados da Magistratura (-)	22	316	sub-serv.	24	183	sub-serv.	31	207	sub-serv.	189	200	sub-serv.	104	122	sub-serv.	117	1.000
TOTAL	132	1.084		1.213	638		602	297		582	978		422	598		432	506

B) Balanços Contábeis

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

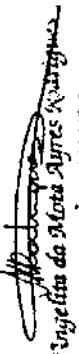
TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - OFSS

SUBTÍTULO 1200 - JUSTIÇA FEDERAL (SUPERIOR) - ADM. DIRETA

ÓRGÃO SUPERIOR

		EXERCÍCIO		MES	
		2011	2012	DEZEMBRO	
		EMISSÃO		PÁGINA	
		01/03/2012		1	

TÍTULOS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	REALIZAÇÃO	EXCESSO OU INSUFICIÊNCIA DE ARRECADAÇÃO	TÍTULOS	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	DESPESA		ECONOMIA QUANDO EXCESSO NA EXECUÇÃO DE DESPESA
								EXECUÇÃO	DESPESA	
RECEITAS CORRENTES	11.316.820,00	11.316.820,00	299.293.879,30	-367.454.059,30	CREDITOS INICIAIS SUPLEMENT	6.917.433,514,00	20.625.442.577,76	20.257.078.136,36	360.414.341,00	
RECEITAS TRIBUTÁRIAS	9.324,00	9.324,00	60.701.578,14	-60.692.254,14	DESPESAS CORRENTES	6.654.077,650,00	20.025.649.776,80	19.699.215.460,40	346.434.316,40	
RECEITAS PATRIMONIAIS	0,00	0,00	84.729,26	-84.729,26	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.492.380.660,00	10.101.047.598,73	9.820.862.173,70	280.105.525,03	
RECEITAS DE SERVIÇOS	0,00	0,00	1.233.251,26	-1.233.251,26	OUTRAS DESPESAS CORREN	1.161.697,050,00	9.924.602.078,07	9.878.333.285,70	46.248.791,37	
TRANSFERÊNCIAS	0,00	0,00	7.250.000,00	-7.250.000,00	DESPESAS DE CAPITAL	263.355.864,10	593.792.800,96	557.752.675,96	42.000.125,00	
OUTRAS RECEITAS CORRENTE	11.407.496,00	11.407.496,00	230.001.320,64	-18.193.824,64	INVESTIMENTOS	246.305.864,00	241.496.789,96	212.945.638,24	34.545.514,72	
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	23.000,00	-23.000,00	INVERSÕES FINANCEIRAS	16.550.000,00	351.302.011,00	344.847.037,72	7.454.973,26	
ALIENAÇÃO DE ÍTEMS	0,00	0,00	23.000,00	-23.000,00	CREDITOS ESPECIAIS	0,00	43.220.861,00	33.559.035,54	9.622.025,46	
					DESPESAS DE CAPITAL	0,00	43.220.861,00	31.559.035,54	9.627.025,46	
					INVESTIMENTOS	0,00	22.658.633,00	13.030.807,54	9.627.025,46	
					INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	20.562.228,00	20.562.228,00	0,00	
SUBTOTAL I	11.316.820,00	11.316.820,00	299.293.879,30	-182.477.059,30	SUBTOTAL I	6.917.433,514,00	20.625.663,438,76	20.290.601.171,90	378.062.256,86	
EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	0,00	0,00	7.996.322,00	7.996.322,00						
TOTAL	11.316.820,00	11.316.820,00	299.293.879,30	-19.391.307.292,60	TOTAL	6.917.433,514,00	20.625.663,438,76	20.290.601.171,90	378.062.256,86	
DEFÍCIT TOTAL	0,00	0,00	19.391.307.292,60	-19.391.307.292,60	SUPERAV/TOTAL					
TOTAL GERAL	11.316.820,00	11.316.820,00	19.801.142,00	20.290.601.171,90	TOTAL GERAL	6.917.433,514,00	20.625.663,438,76	20.290.601.171,90	378.062.256,86	


Injetivo da Mota Ayres

CRC-DF 012698104

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

140 Quarta-feira 11

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL - SUPLEMENTO

Abri de 2012

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - OFSS		TÍTULO	EXERCÍCIO		MES
	2011	2010		2011	2010	
SUBTÍTULO	12.000 - JUSTIÇA FEDERAL (SUPERIOR) - ADM. DIRETA		EMISSÃO	PÁGINA		
ORGÃO SUPERIOR			01/03/2012	1		
	INGRESSOS		DISPENSOS			
TÍTULOS	2011	2010	TÍTULOS	2011	2010	
RECEITAS CORRENTES	30.143.572,61	11.829.027,22	DESPESAS CORRENTES	19.699.213.460,40	18.872.436.617,17	
RECEITA TRIBUTÁRIA	61.183.528,92	2.926.234,40	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.680.144.098,30	8.451.796.223,00	
RECEITA PATRIMONIAL	114.728,13	125.941,33	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	9.855.116.335,80	9.632.661.428,49	
RECEITA DE SERVIÇOS	1.234.643,32	1.894.423,73	OUTRAS DESPESAS	9.855.116.335,80	9.632.661.428,49	
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	7.255.176,09	2.010.571,99	DESPESA ENTRE ORGÃOS DO ORÇAMENTO	1.163.951.026,30	1.140.714.075,40	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	231.157.821,82	101.652.971,34	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	768.383.842,03	768.383.842,03	
RECEITA ENTRE ORGÃOS DO ORÇAMENTO	197.674,33	218.884,43	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	591.385.711,50	19.586.123,65	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	75,90	DESPESAS DE CAPITAL	594.240.170,85	594.240.170,85	
RECEITAS DE SERVIÇOS	197.674,33	218.808,53	INVESTIMENTOS	225.914.282,14	288.016.303,31	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	23.039,45	12.537.959,00	INVERSÕES FINANCEIRAS	364.856.265,72	306.196.487,34	
RECEITAS DE CAPITAL	23.037,45	3.145,00	DESPESAS ENTRE ORGÃOS DO ORÇAMENTO	606.193,64	25.380,20	
ALÉM/ACAO DE BENS	2,00	12.534.814,00	INVESTIMENTOS	57.193,64	25.380,20	
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL			INVERSOS FINANCEIROS	551.000,00	0,00	
RECEITA CAP. ENTRE ORGÃOS DO ORÇAMENTO			INVERSOS FINANCIADAS	39.631.235,23	38.949.970.890,59	
DEDUÇÕES DA RECEITA			TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	39.305.535,02	38.069.295.861,79	
TRANSFERÊNCIAS ORÇAMENTARIAS RECEBIDAS			TRANSFÉRNCIAS ORÇAMENTARIAS CONCEDIDAS	39.305.535,02	38.069.295.861,79	
COTA RECEBIDA	59.279.362.839,50	58.233.458,306,29	REPASSE CONCEDIDO	5.911.548,47	3.207.543,08	
REPASSE RECEBIDO	59.246.379,557,61	57.433.603,171,84	SUB-REPASSE CONCEDIDO	39.290.488,23	37.952.763.379,23	
SUB-REPASSE RECEBIDO	19.905.612.555,11	19.413.152.141,24	SUB-REPASSE CONCEDIDO NO EXERC.	39.290.488,23	37.952.763.379,23	
SUB-REPASSE RECEBIDO NO EXERC.	5.129.034,22	2.737.391,76	VALORES DIFERIDOS - BAIXA	59.1450,60	1.710.300,58	
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	39.290.488,345,23	37.952.763.379,23	VALORES DIFERIDOS - INSCRIÇÃO	8.547.680,17	11.615.638,90	
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	39.290.488,345,23	37.952.763.379,23	TRANSFERÊNCIAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	325.700,207,23	880.674.029,20	
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	35.229.101,17	63.033.833,28	ORDEM DE TRANSFERÊNCIA CONCEDIDA	9.310.650,60	19.038.748,80	
VALORES DIFERIDOS - INSCRIÇÃO	7.920.152,188	878.426,33	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	2.555.160,12	13.917.729,22	
TRANSFERÊNCIAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	34.593.281,89	783.855,134,45	DEVOUCAO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	6.751.490,48	5.121.019,58	
ORDEM DE TRANSFERÊNCIA RECEBIDA	9.310.650,60	13.038.748,80	TRANSFERÊNCIAS DIVERSAS CONCEDIDAS	316.385.556,63	861.635.280,40	
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	2.559.160,12	13.917.729,22	DISPENSOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	6.504.887,129,44	5.007.246.086,47	
RECEPÇÃO DE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	6.751.490,48	5.121.019,58	VALORES EM CIRCULAÇÃO	3.006.991.128,51	2.587.416.814,41	
TRANSFERÊNCIAS DIVERSAS RECEBIDAS	25.272.631,29	761.816.385,65	RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	3.006.961.209,52	3.006.961.209,52	
INGRESSOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	6.851.872.471,50	5.091.099.722,19	CREDITOS TRIBUTARIOS	16.355.98	206,37	
VALORES EM CIRCULAÇÃO	2.131.358.675,36	2.131.358.675,36	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	5.256,14	5.192,12	
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	2.587.407.494,99	2.131.352.474,04	CRÉDITOS DIVERSOS A RECEBER	5.256,14	5.192,12	
CREDITOS TRIBUTARIOS	206,37	3.509,76	OUTROS CRÉDITOS	2.172.983,59	2.156.709,27	
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	9.192,12	384,69	DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	2.306,87	1.920,93	
OUTROS CRÉDITOS	9.192,12	384,69	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	119.536.160,78	119.536.160,78	
RECURSOS VINCULADOS	49.424,79	2.306,87	OBRIGAÇOES EM CIRCULAÇÃO	119.536.160,78	119.536.160,78	
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	9.426.106,50	114.203.842,08	FORNECEDORES	11.028.513,31	14.331.603,02	
VALORES DIFERIDOS	9.426.106,50	114.203.842,08	CONSIGNACOES	2.172.983,59	2.156.709,27	
DEPÓSITOS	25.393.859,69	11.028.513,31	DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	8.422.996,35	11.995.483,54	
CONSIGNACOES	3.061.413,33	2.172.983,59	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	431.533,37	176.410,21	
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	22.054.978,68	3.422.996,35	OBRIGAÇOES EM CIRCULAÇÃO	1.649.665.440,55	1.234.985.565,74	
RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	277.467,68	432.533,37	FORNECEDORES	4.735.726,61	4.065.044,87	
ORIGAÇOES EM CIRCULAÇÃO	2.28.583.399,87	1.668.934.030,43	DE EXERCICIOS ANTERIORES	4.735.726,61	4.065.044,87	
FORNECEDORES	6.071.846,46	4.739.726,61	PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR	1.947.144,91	2.629,23	

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - OFSS		DISPENSOS	
	2011	2010	2011	2010
SUBTÍTULO	12000 - JUSTICA FEDERAL (SUPERIOR) - ADM. DIRETA	INGRESSOS	TÍTULOS	DISPENSOS
ÓRGÃO SUPERIOR				
DO EXERCÍCIO	3.401.788,09	2010	RPS NÃO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO	546.781.574,11
DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.670.058,37		VALORES EM TRANSITO	34.603,86
PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR:	263.610,87		RECURSOS A LIBERAR POR TRANSFERENCIA	10.330,00
RESTOS A PAGAR	914.070.601,26		RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	684.047.746,69
NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	813.289.532,96		OUTROS DEBITOS	3.627,43
CANCELADO	80.781.058,30		OUTRAS OBRIGACOES	46.009,55
VALORES EM TRANSITO	2.188,73		DESPESA EXTRA-ORÇAMENTARIA	9.1229,58
RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	1.358.018.767,96		RESTITUICAO DE RECEITAS FEDERAIS	93.229,58
OUTROS DEBITOS	148.777,79		AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	1.095.603.268,99
OUTRAS OBRIGACOES	7.606,80		BALSA DE DIREITOS	118.544.212,35
RECEITA EXTRA-ORÇAMENTARIA	2.341.637,59		CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	355.830.307,14
RESTITUICAO DE RECEITAS FEDERAIS	2.341.637,59		INCORPORACAO DE OBRIGACOES	1.340.196.550,69
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	1.98.661.149,58		RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR	1.334.622.775,02
INCORPORACAO DE DIREITOS	1.652.023.570,98		OUTRAS INCORPORACOES DE OBRIGACOES	976.748,61,51
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	1.026.548.130,24		AJUSTES DE OBRIGACOES	205.584,70
DESINCORPORACAO DE OBRIGACOES	256.637,51,97		ATUALIZACAO MONETARIA FINANCEIRA	57.775,67
EXERCICIOS ANTERIORES	558.625,20		AJUSTES FINANCEIROS A DEBITO	5.547,82
RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR	266.078.891,77			502,00
AJUSTES DE CREDITOS	61,63			6.040,82
AJUSTES FINANCEIROS A CREDITO	61,63			
DISPONIBILIDADE CO PERIODO ANTERIOR	2.269.664,84			
OUTRAS DISPONIBILIDADES	2.269.664,84			
INGRESSOS	66.413.398.855,14			
		2010	DISPENSOS	
			66.433.394.855,14	63.425.151.430,32

TÍTULO	EXERCÍCIO		MES
	2011	DEZEMBRO	
SUBTÍTULO	EMISSÃO		PÁGINA
ORGÃO SUPERIOR	01/03/2012	1	
ATIVO			
TÍTULOS	2011	2010	TÍTULOS
ATIVO FINANCEIRO	3.021.580.665,53	2.550.564.984,65	PASSIVO FINANCEIRO
DISPONÍVEL	6.671.322,01	2.269.664,84	DEPÓSITOS
DISPONÍVEL EM MOEDA NACIONAL	6.671.322,01	2.269.664,84	CONSIGNAÇÕES
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	3.006.988.821,64	2.567.416.893,48	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL
CRÉDITOS A RECEBER	197.112,12	9.398,49	DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS
LIMITE DE SAQUE/C/AVINC. DE PAGAMENTO	1.356.715.590,90	1.550.859.421,58	OBIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	1.650.062.033,74	1.036.548.073,41	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	14.084,88	0,00	FORNECEDORES - DO EXERCÍCIO
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	7.920.521,88	878.426,33	FORNECEDORES - DE EXERC. ANTERIORES
VALORES DIFERIDOS	7.920.521,88	878.426,33	PESSOAL A PAGAR - DO EXERCÍCIO
ATIVO FINANCEIRO	865.108.041,56	1.120.415.410,81	PESSOAL A PAGAR - DE EXERC. ANTERIORES
REALIZÁVEL A CURTO PRAZO	-1.568.445.483,18	-941.409.833,12	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	-1.557.801.010,52	-971.966.003,69	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR
RECURSOS A RECEBER	0,00	508,61	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
RECURSOS A RECEBER P/PAGTO DE RP-RETIFIC	-1.650.062.033,74	-1.036.548.073,41	A LIQUIDAR
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER - RETIFICADOS	-14.084,88	0,00	VALORES EM TRANSITO EXIGIBIVEIS
ADJANTAMENTOS CONCEDIDOS	45.562.279,29	€3.102.866,40	RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP
CRÉDITOS A RECEBER	508,61	0,00	OUTRAS OBRIGAÇÕES A PAGAR
OUTROS CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	6.712.320,20	1.476.694,71	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO
BEIS E VALORES EM CIRCULAÇÃO	28.180.140,57	30.558.170,57	VALORES DIFERIDOS
ESTOQUES	28.179.920,77	30.558.107,07	PASSIVO FINANCEIRO ALONGO PRAZO
MATERIAIS EM TRANSITO	21,80	63,50	DEPÓSITOS EXIGIBIVEIS A LONGO PRAZO
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	1.175.386,77	843.773,45	PASSIVO NÃO FINANCEIRO
DESPESAS ANTICIPADAS	1.175.386,77	843.773,45	OBIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	5.875,23	1.382.135,38	FORNECEDORES A PAGAR
CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	5.875,23	1.382.135,38	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER
CRÉDITOS DA UNIÃO, ESTADOS E MUNICÍPIOS	0,00	1.382.135,38	PROVISÓRIOS
DEVIDA ATIVA (IP)	5.875,23	0,00	RECURSOS A LIBERAR PARA RESTOS A PAGAR
PERMANENTE	2.413.567,649,51	2.059.599.335,10	RECURSOS A LIBERAR P/PAGTO DE RP-RETIFIC
INVESTIMENTOS	33.716,37	33.716,37	OUTROS DEBITOS A PAGAR
OUTROS INVESTIMENTOS	33.716,37	33.716,37	OBRIGAÇÕES TRIBUTARIAS A PAGAR
IMÓBILIZADO	2.412.631.157,08	2.058.508.992,40	PRECATÓRIOS A PAGAR (ANTERIORES 05/05/2000)
BENS MOVEIS E IMÓVEIS	2.518.886.646,63	2.162.459.448,94	PRECATÓRIOS A PAGAR (A PARTIR 05/05/2000)
DEPRECIACOES, AMORTIZACCES E EXAUSTOES	-166.255.489,55	-103.950.936,54	RETIFICAÇÃO DE RP NÃO PROCESSADOS A LIQUID
INTANGIVEL	10.882.776,06	1.057.126,33	EXIGIVEL A LONGO PRAZO
ATIVO REAL	3.816.668.707,09	3.710.980.395,46	OBRIGAÇÕES EXIGIBIVEIS A LONGO PRAZO
			PASSIVO REAL
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO
			PATRIMÔNIO/CAPITAL
			PATRIMÔNIO

EXERCICIO 2011	EMISSAO 01/03/2012	MES DEZEMBRO	PAGINA 1
-------------------	-----------------------	-----------------	-------------

VARIACOES ATIVAS		VARIACOES PASSIVAS					
		2011	2010	TITULOS	2011	2010	2010
ORCAMENTARIAS		60.483.025.015,90	58.289.724,34	ORCAMENTARIAS	59.597.836.029,58	57.537.402.105,61	
RECEITAS CORRENTES		31.1.143.572,61	110.829.027,22	DESPESAS CORRENTES	19.659.215.460,40	18.72.430.617,17	
RECEITA TRIBUTARIA	61.183.528,92	2.928.334,40		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.680.148.098,30	8.451.798.223,00	
RECEITA PATRIMONIAL	1.142.788,13	125.941,33		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	9.855.111.335,80	9.632.662.428,49	
RECEITA DE SERVICOS	1.234.643,32	1.894.423,73		DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	1.163.951.026,30	787.969.965,68	
OUTRAS TRANSFERENCIAS CORRENTES	7.255.176,09	2.010.571,99		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.140.714.075,40	768.383.842,03	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	231.157.821,82	103.652.971,34		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	23.231.950,90	19.586.112,65	
RECEITA ENTRE CRIGOS DO ORCAMENTO	197.674,33	218.884,43		DESPESA DE CAPITAL	594.240.170,55	594.240.170,55	
RECEITA DE SERVICOS	0,00	75,90		INVESTIMENTOS	225.918.252,14	28.016.303,31	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	197.674,33	218.808,53		INVESTIMENTOS FINANCEIRAS	364.856.265,72	306.198.487,34	
RECEITAS DE CAPITAL	23.039,45	12.537.959,00		DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	604.193,64	25.380,20	
ALIENACAO DE BENS	23.037,45	3.145,00		INVESTIMENTOS	57.193,64	25.380,20	
OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	2,00	12.534.814,00		INVERSES FINANCEIRAS	551.000,00	0,00	
DEDUICOES DA RECEITA	-1.872.722,76	-8.237.171,15		INTERFERENCIAS PASSIVAS	39.305.539,024,56	38.069.296.861,79	
INTERFERENCIAS ATIVAS	59.245.379,557,61	57.438.603.171,84		TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEVIDAS	39.305.539,024,56	38.069.296.861,79	
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	59.245.379,557,61	57.438.603.171,84		REPASSE CONCEDIDO	5.911.548,47	3.207.543,08	
COTA RECEBIDA	19.905,612.555,11	19.419.152.141,24		SUB-REPASSE CONCEDIDO	39.290.486.345,23	37.952.763.379,23	
REPASSE RECEBIDO	5.129.034,22	2.775.391,76		VALORES DIFERIDOS - BAIXA	591.450,69	1.710.300,58	
SUB-REPASSE RECEBIDO	39.290.488.345,23	37.952.763.379,23		VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	8.547.830,17	11.615.638,90	
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	36.229.101,17	63.033.833,28		MUTACOES PASSIVAS	1.695.833,12	1.434.455,80	
VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	7.930,521,88	827.556.737,43		DEINCORPORACOES DE ATIVOS	1.695.833,12	1.434.455,80	
MUTACOES ATIVAS	9.18.351.578,99	255.764.272,70		ALIENACAO DE BENS	121.799,04	0,00	
INCORPORACOES DE ATIVOS	247.772.339,38	88.168.070,96		LIQUIDACAO DE CREDITOS	1.570.034,08	1.434.455,80	
AQUISICOES DE BENS	88.345.319,98	166.743.471,95		RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	24.134.360.965,50	21.165.030.879,60	
INCORPORACAO DE CREDITOS	158.190.345,60	850.729,79		INTERFERENCIAS PASSIVAS	352.411.089,67	89.3.146.943,66	
GASTOS E DESPESAS DIFERIDAS	1.236.673,80	571.792.646,73		TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEVIDAS	25.036.139,80	12.378.835,28	
DESINCORPORACAO DE BENS RECEBIDOS	690.759,61	17.058.324.582,69		MOVIMENTO DE FUNDOS A CREDITO	10.941.136,24	19.131.978,38	
MOVIMENTO DE FUNDOS A DEBITO	30.047.456.63,66	753.373.391,60		DECRESCIOS PATRIMONIAIS	316.381.556,63	861.636.130,00	
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	62.005.316,28	13.165.597.917,95		INTERFERENCIAS PASSIVAS	23.781.941.875,83	20.271.883.925,94	
INTERFERENCIAS ATIVAS	15.080.395,80	12.378.412,78		DEINCORPORACOES DE ATIVOS	2.405.251.593,26	1.534.367.114,32	
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS	1.652.288,19	19.117.593,17		BAIXA DE BENS IMOVELIS	135.161.603,20	12.378.835,28	
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	15.272.631,29	761.816.385,65		BAIXA DE BENS MOVELIS	64.251.366,83	16.362.495,42	
MOVIMENTO DE FUNDOS A DEBITO	30.047.456.63,66	16.264.951.191,09		BAIXA DE BENS INTANGIVELIS	229.680,00	69.481.362,02	
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	2.0.0.388.984,94	3.165.597.917,95		BAIXA DE TITULOS E VALORES	11.055,60	0,00	
INCORPORACOES DE ATIVOS	134.705.443,42	102.328.842,95		BAIXA DE DIREITOS	2.205.597.478,75	1.448.505.802,73	
INCORPORACAO DE BENS IMOVEIS	115.544.818,18	50.648.489,05		AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	69.616.603,20	32.070.752,18	
INCORPORACAO DE BENS MOVELIS	7.097.429,79	30.179,00		DESAVORIZACAO DE BENS	23.121.808,19	8.809.045,58	
INCORPORACAO DE BENS INTANGIVELIS	11.055,60	11.454,15		OUTROS AJUSTES PATRIMONIAIS	14.320,00	0,00	
INCORPORACAO DE TITULOS E VALORES	1.713.448.247,95	2.072.578.952,88		DEPRECIAÇÃO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	46.471.575,01	23.261.706,60	
AUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	31.306.531,95	58.764.478,88		INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	21.298.119.163,51	18.700.695.981,76	
REFAVIAJACOES DE BENS	30.782.875,73	48.015.419,74		AUSTES DE OBRIGACOES	502,00	0,00	
AUSTES DE CREDITOS	30.808,19	5.712,53		AUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	8.952.013,86	4.750.087,68	

TÍTULO	EXERCÍCIO		MÊS
	2011	DEZEMBRO	
SUBTÍTULO	EMISSÃO		PÁGINA
ORGÃO SUPERIOR	01/03/2012		2
VARIACOES ATIVAS			
TIÍTULOS	2011	2010	TIÍTULOS
OUTROS AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS INCORPORACAO DE PASSIVOS	13.4932.848,03	10.743.346,61	AJUSTES FINANCEIROS
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	27.738.572.256,77	13.061.281.493,06	AJUSTES NAO FINANCEIROS
AJUSTES FINANCEIROS	690.280,00	10.307.301,16	RESULTADO PATRIMONIAL
AJUSTES NAO FINANCEIROS	61,63	10.272.014,88	SUPERAVIT
RESULTADO PATRIMONIAL	690.218,37	35.286,28	
DEFICIT	0,00	3.232.818.678,18	
VARIACOES ATIVAS	90.612.486.395,84	78.702.432.985,21	VARIACOES PASSIVAS
			90.612.486.395,84
			78.702.432.985,21

Boa tarde, Ayres
CRO-DF 012345-0

C) Nota Explicativa

**PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO**

**NOTA EXPLICATIVA ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2011**

1. REGISTROS CONTÁBEIS

Os atos e fatos da gestão foram registrados de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade aceitos na Administração Pública Federal, na forma estabelecida pela legislação em vigor, complementada pelas orientações contidas no Manual do Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI.

As Demonstrações Contábeis contemplam os registros Orçamentários, Extra-Orçamentários, Financeiros e Patrimoniais realizados pela Justiça Federal, no decorrer do exercício financeiro de 2011, obedecendo as Normas Brasileiras de contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP.

2. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário refere-se, exclusivamente, ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, no âmbito da Administração Pública Federal e demonstra o total da receita prevista e a despesa fixada na Lei n. 12.381, de 09 de janeiro de 2011 – Lei Orçamentária Anual - LOA e créditos adicionais comparada com a receita e despesa executada durante o exercício financeiro.

Da receita realizada no montante de R\$ 299.293.879,30 (duzentos e noventa e nove milhões, duzentos e noventa e três mil, oitocentos e setenta e nove reais e trinta centavos), registrada no subtotal I, da coluna Realização das Receitas.

A Dotação Atualizada registrada no Balanço Orçamentário do Órgão 12000 – Justiça Federal, no exercício financeiro de 2011 foi de

R\$ 20.668.663.438,76 (vinte bilhões, seiscentos e sessenta e oito milhões, seiscentos e sessenta e três mil, quatrocentos e trinta e oito reais e setenta e seis centavos).

Desse total, R\$ 7.051.617.955,00 (sete bilhões, cinqüenta e um milhões, seiscentos e dezessete mil, novecentos e cinqüenta e cinco reais) destinados a gastos com pessoal, custeio, investimentos e inversões financeiras; e 13.617.045.483,76 (treze bilhões, seiscentos e dezessete milhões, quarenta e cinco mil, quatrocentos e oitenta e três reais e setenta e seis centavos) oriundos da movimentação de créditos (destaques recebidos – destaques concedidos).

Para o cumprimentos de sentenças judiciais transitadas em julgado foram recebidos destaques no montante de R\$ 13.617.827.998,00 (treze bilhões, seiscentos e dezessete milhões, oitocentos e vinte e sete mil, novecentos e noventa e oito reais). Por outro lado, foram concedidos destaques de R\$ 5.911.548,47 (cinco milhões, novecentos e onze mil, quinhentos e quarenta e oito reais e quarenta e sete centavos) a outros órgãos, para execução de ações de responsabilidade da Justiça Federal.

A despesa realizada totalizou R\$ 19.600.817.017,09 (dezenove bilhões, seiscentos milhões, oitocentos e dezessete mil, dezessete reais e nove centavos).

3. BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro reflete os ingressos e dispêndios de natureza orçamentária e extra-orçamentária, os saldos provenientes do exercício anterior e aqueles transferidos para o exercício seguinte, que no exercício de 2011 totalizou R\$ 66.433.398.855,14 (sessenta e seis bilhões, quatrocentos e trinta e três milhões, trezentos e noventa e oito mil, oitocentos e cinqüenta e cinco reais e quatorze centavos).

No referido demonstrativo cabe destacar ingressos de restos a pagar não processados a liquidar no valor de R\$ 833.289.532,96 (oitocentos e trinta e três milhões, duzentos e oitenta e nove mil, quinhentos e trinta e dois reais e noventa e

seis centavos) e dispêndios no valor de R\$ 668.996.409,44, (seiscentos e sessenta e oito milhões, novecentos e noventa e seis mil, quatrocentos e nove reais e quarenta e quatro centavos) inscritos em restos a pagar não processados, nos termos do art. 36 da Lei n. 4.320/64.

4. BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial é estruturado de acordo com a Lei n. 4.320/64 e evidencia as contas representativas de bens, direitos, obrigações, patrimônio líquido e compensações do Órgão.

O exercício de 2011 apresentou o resultado do período no valor de R\$ 6.880.289.400,76 (seis bilhões, oitocentos e oitenta milhões, duzentos e oitenta e nove mil, quatrocentos reais e setenta e seis centavos) resultante da situação patrimonial ativa e passiva.

Os precatórios a pagar da União, Administração Direta e Indireta foram contabilizados no Passivo não Financeiro do Órgão, o montante de R\$ 8.618.650.995,36 (oito bilhões, seiscentos e dezoito milhões, seiscentos e cinqüenta mil, novecentos e noventa e cinco reais e trinta e seis centavos), em observância aos dispositivos do art. 100 da Constituição Federal, Subseção I - Das Disposições sobre Débitos Judiciais, da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e da Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar n. 101, de 04 de maio de 2000.

Os Recursos a Receber para pagamento de Restos a Pagar de 2011, no valor de R\$ 1.650.062.033,74 (um bilhão, seiscentos e cinqüenta milhões, sessenta e dois mil, trinta e três reais e setenta e quatro centavos).

Em observância à determinação preconizada no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, Volume II, da Secretaria do Tesouro Nacional, registrou-se despesa de depreciação das Unidades Gestoras da Justiça Federal de 1º e 2º Graus, no total de R\$ 166.255.489,55 (cento e sessenta e seis milhões, duzentos e cinqüenta e cinco mil, quatrocentos e oitenta e nove reais e cinqüenta e cinco centavos).

5. DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A Demonstração das Variações Patrimoniais reflete as mutações ocorridas durante o exercício financeiro no patrimônio líquido do Órgão, resultantes ou não da execução orçamentária, através do confronto entre as variações ativas e passivas.

O exercício de 2011 apresentou um superávit patrimonial no valor de R\$ 6.880.289.400,76 (seis bilhões, oitocentos e oitenta milhões, duzentos e oitenta e nove mil, quatrocentos reais e setenta e seis centavos).

O superávit representa a diferença entre a situação patrimonial ativa e passiva registrada no Balanço Patrimonial.


Angelita da Mota Ayres Rodrigues
Chefe da Seção de Orientação Contábil
CRC/DF nº 012698/O-0



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DAS ASSINATURAS

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020054 **GESTÃO - 00001**

EMISSÃO DE GRU PELO SIAFI

UG - 020054 **GESTÃO - 00001** **COD. - 70815-1**

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEN ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União - GRU, que poderá ser retirada no SITE: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br> código de recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020054/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

Para Órgãos Públicos integrantes do SIAFI, deverá ser seguida a rotina acima
EMISSÃO DE GRU SIAFI.

**OBS.: QUANDO HOUVER OPÇÃO DE ASSINATURA CONJUNTA DOS DIÁRIOS
SENADO E CÂMARA O DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL SERÁ
FORNECIDO GRATUITAMENTE.**

Maiores informações pelos telefones: **(0XX-61) 3303-3803/4361, fax:3303-1053**
Serviço de Administração Econômica Financeira / Controle de Assinaturas, falar com Mourão

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV .Nº2 S/N – CEP : 70.165-900 BRASÍLIA-DF**

CNPJ: 00.530.279/0005-49

Edição de hoje: 152 páginas
(OS: 11270/2012)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL

